

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Trinta de Abril de Dois Mil e Vinte e Quatro

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária em substituição, Rute Teresa Rabaça Prata. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Neste momento, temos cinquenta e oito membros da Assembleia. Em consequência, temos quórum. Queria cumprimentá-los a todos, aos senhores Deputados eleitos, aos senhores Presidentes de Junta, ao senhor Presidente da Câmara, às senhoras Vereadoras e aos senhores Vereadores, aos Funcionários da autarquia e ao Público em geral. Previamente, agradecer ao senhor Presidente da Câmara a Medalha Comemorativa dos 50 Anos do 25 de Abril, que distribuiu por todos os Deputados e, creio, também, pelos senhores Vereadores. A senhora Deputada e Secretária da Mesa, Maria da Graça Rodrigues, por razões pessoais, não pode estar hoje presente. Nos termos do artigo 20º do nosso Regimento, mais especificamente no n.º 3, pedi ao representante do grupo municipal PG que indicasse um representante, um deputado para preencher a Mesa. O senhor Deputado José Valbom indicou para a Mesa a senhora Deputada Rute Prata. Faça favor, se não se importa, de ocupar o lugar na Mesa. -----

Dando conhecimento das substituições: Do grupo municipal Pela Guarda: falta, Lídia Lucas Teles Matos Aleixo, substituída por Telmo Filipe de Carvalho Vaz; falta, Luísa Margarida Gonçalves dos Santos, substituída por Paula Cristina Barbas dos Santos Palos; falta, Maria da Graça Rodrigues, substituída por António Duarte Neto; falta, Sandra Cristina Amaral Marques Macedo Madeira, substituída por Augusto Manuel Assunção Teixeira. Do grupo municipal do PSD: falta, Guilherme de Azevedo Guimas, substituído por Sara Cristina Paulo Ramos; falta, Rodolfo Alberto Baldaia de Queirós, substituído por Rodrigo Pires Besteiro. Do grupo municipal do PS: falta, Rui Pedro Torres Ribeiro, substituído por Liliana Alexandra Palos Almeida; falta, Maria Manuel Rodrigues dos

Santos Pimentel, substituída por Gonçalo Daniel Saraiva Marques; falta, Pedro Manuel Pinto Teixeira, substituído por Nélia Paula dos Santos faria. Juntas de Freguesia: falta o Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, João José Pina Prata, substituído pela Vogal, Anabela Guerra da Cunha. Falta o Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel do Jarmelo, Marco Paulo da Cruz Almeida Relvas, substituído pelo Vogal, Fernando Augusto Ferreira. Falta a Presidente da Junta de Freguesia de Meios, Maria Teresa Teles Cabral, substituída pelo Vogal, Paulo Jorge Nascimento Pina. Falta o Presidente da Junta de Freguesia de Pousade e Albardo, António Alberto Marques, substituído pelo Vogal, Jorge Escaleira. Dado conhecimento destas substituições, entrávamos no período da intervenção do público e há duas inscrições: o Dr. Aires Antunes Diniz e Dra. Diana Soraia Gonçalves dos Santos. Dava a palavra, por cinco minutos, ao senhor Dr. Aires Antunes Diniz. Faça favor.” -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Aires Antunes Diniz:** “Bom dia a todos. Senhora Câmara, senhora Mesa, caros Deputados, Funcionários da Câmara, Público em geral, aqueles que estiverem a ver-nos pela internet. Eu hoje venho falar sobre mercados municipais contra o despovoamento. Notamos como no nosso concelho, e também em muitos outros, os mercados municipais sofrem a concorrência impiedosa das grandes superfícies, cujos donos lideram as nossas oligarquias que cresceram com a democracia, que não foi capaz de os morigerar e assim proteger os pequenos comerciantes do nosso Interior, que os sofrem para além das dificuldades naturais que acontecem por força das alterações climáticas. Dizem-me que são já quase uma dezena no nosso concelho, sendo bem menor o número das pequenas mercearias que no nosso meio rural servem as nossas despovoadas aldeias, onde vive uma população muito idosa, que é felizmente auxiliada e apoiada por alguns jovens dos seus sessenta ou setenta anos, uma vez que a nossa governação nos prolongou para além do admissível as nossas vidas profissionais, adiando para bem tarde o nosso regresso aos meios rurais do Interior. Enquanto isso lhes aconteceu, viram as suas pensões degradarem-se, tendo até alguns que terminar as suas vidas profissionais para impedir que os governos lhe cortassem ainda mais as suas reformas. Foi o meu caso. Faltam-nos também muitos jovens que não nasceram por força das dificuldades criadas aos pais que aí viviam. Surgem felizmente nestas aldeias algumas

escassas pequenas empresas familiares, que sucedem às tradicionais explorações agrícolas, que produzem bons queijos e bons enchidos, permitindo assim manter vivas as tradições locais nalguma escassa agricultura e pecuária no nosso campo. Mas, quando pergunto por alguns que conheci ainda há pouco tempo, dizem-me que já desapareceram. Vemos assim como é difícil a sobrevivência económica das pequenas e médias explorações agrícolas e das empresas industriais que, na nossa proximidade, nos vendem os produtos que nos são necessários. Infelizmente, também alguns produtores de bens para autoconsumo vão desistindo desta atividade. Para complicar, o anterior governo, através da sua Ministra da Agricultura, muito foi prometendo e assim travando uma luta bem falada dos agricultores que ainda existem. Entretanto, nos nossos campos há mesmo muito mato e algumas árvores estão ainda de pé, mas mortas, parecendo esqueletos. De resto, vemos que os mercados municipais, incluindo o da Guarda, só se animam aos sábados, sobrevivendo e mantendo-se letárgicos durante o resto da semana. São quase sempre uma sombra do seu passado para pior, pois são difíceis as condições em que se fazem as trocas comerciais, mesmo após as requalificações infelizmente malsucedidas como acontece no mercado da Estação (fui lá ver e não estava lá ninguém, num sábado), onde se agravaram as condições de funcionamento, desertando alguns comerciantes que por lá havia. Não conseguem por isso manter viva a sua e a nossa precária agricultura. De facto, vemos que alguns comerciantes do nosso mercado municipal já desistiram de parte ou da totalidade da sua atividade e quase todos os outros só por teimosia lá continuam e, faltando-lhe os compradores dos produtos que podiam produzir, ficam os campos assim abandonados. Temos apesar disso na Guarda mais sorte que muitos outros mercados municipais que conheço, pois definharam, agonizaram e até já morreram, ou estão em clara agonia, ansiando os seus poucos comerciantes pela reforma. Cumpre por isso ao poder político autárquico fazer algo que lhes permita viver com dignidade, dando-lhe o estímulo necessário para que tal aconteça. É por isso que estou aqui para perguntar o que se pensa fazer para auxiliar os poucos agricultores que ainda restam nas aldeias e que vão continuar a definir se a tal maldade não obstará. Aproveito para me congratular com o êxito das Comemorações do 25 de Abril tanto a nível nacional como localmente com a inauguração do Monumento ao 25 de Abril de 1974, os diversos eventos promovidos pela nossa Câmara Municipal, do Arquivo Distrital e União de Sindicatos da Guarda,

apelando à participação nas Comemorações do Primeiro de Maio que se iniciam no Largo General João de Almeida às 15 horas de amanhã, seguindo depois para a Alameda de Santo André. E, aproveito, também, para fazer publicidade ao meu livro que vai ser apresentado no dia 4 aqui na Biblioteca Municipal e espero que vão até lá. Leiam o livro e que cause tanta polémica como aquela que acontece a propósito do monumento ao 25 de Abril. E disse.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Dr., muito obrigado. Dra. Diana dos Santos, faça favor, tem a palavra.” -----

- **Diana Soraia Gonçalves dos Santos:** “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e todos os que nos assistem à distância. Bom dia a todos. De uma avenida que fez jus ao nome que lhe deram, trago a certeza de que a liberdade está em boas mãos. Celebrou-se, por todo o país, a maior conquista dos últimos tempos, a conquista de um regime democrático que nos deu a possibilidade de sermos um povo melhor. Que não tenhamos dúvidas, a democracia foi o melhor que nos aconteceu. Sabemos que alguns dos privilegiados do Estado Novo, não suportam a ideia de um povo mais elevado, mais reivindicativo, mais culto, mais feliz, mais exigente e melhor preparado. E também sabemos o porquê. É sempre mais fácil explorar e manipular um povo estagnado, atrasado, com medo, sem direitos e sem exigências. Mas há cinquenta anos acenderam-se as luzes da vida e somos muitos, muitos mil, a continuar o Abril que nos abriu as portas da paz, da justiça, da saúde, da educação, da cultura, da fraternidade, da igualdade, do desenvolvimento e da liberdade. Desenganem-se aqueles que pensam que exaltar discursos saudosistas poderá alterar a nossa direção. Jamais voltaremos a cair no engodo “Deus, pátria e família”, porque não há maior Deus do que o amor, não há melhor pátria do que a multicultural e família não é um conceito, todas as famílias merecem respeito. No entanto, há uma lição que todos devemos reter das últimas eleições. Não é propriamente a democracia ou a liberdade que estão em perigo, são os partidos e movimentos políticos. Ao contrário do que se possa pensar, as pessoas não estão afastadas da política. Provas disso são a afluência às urnas nas últimas eleições legislativas e a luta de jovens em prol de causas em que acreditam. Por isso, os partidos e movimentos políticos têm que refletir sobre a forma como se comportam. Enquanto se usar os partidos ou movimentos para satisfação

individual e se encarar a política como uma profissão, ao invés de uma vocação, estamos no caminho errado. Enquanto o fim for o poder, ao invés de uma sociedade melhor, estamos no caminho errado. Enquanto as ideologias se perderem na caça ao voto, estamos no caminho errado. E na Guarda estamos claramente no caminho errado. A grande maioria das propostas elencadas no programa eleitoral do Movimento Pela Guarda não foi cumprida. Os guardenses sentem-se defraudados. A cidade encontra-se pior. Quero também lembrar o senhor Presidente que foi eleito por maioria relativa. Quer isto dizer que a maioria da população guardense não votou em si e por isso deverá ouvir os partidos que aqui representam a vontade da maioria dos guardenses e procurar, humildemente e sem altivez, entendimentos e decisões conjuntas. Mas sejamos realistas, já nada se espera deste mandato, ou melhor, espera-se o seu fim. Deveríamos perguntar aos políticos que governaram a Guarda nos últimos anos o que é que os move para além do poder. O senhor Presidente anda com uma agenda camuflada de futuro, procurando garantir a manutenção dos votos. Importa-lhe mais, quiçá, conquistar dez novos eleitores do que dez novos habitantes. Quais são as suas bandeiras para o concelho da Guarda, para além da bandeira do seu movimento? Cabe à minha geração e à geração mais jovem mudar o paradigma atual, voltar a lutar por causas, não depender da política para nada, a não ser para fazer um mundo melhor. Dentro ou fora de partidos políticos, teremos que ser nós a romper com esta visão pequena e bacoca a que temos vindo a assistir. Se queremos um futuro aqui e se queremos que esta terra tenha um futuro, temos que assumir o nosso lugar e dizer a quem nos desgoverna como Zeca disse: É já tempo de embalar a trouxa e zarpar. Aproveito para saudar o Coletivo recém-criado Venham Mais Cinco. O caminho deve ser este, espírito crítico, ideias, causas e ação. Que este coletivo seja um exemplo a seguir, que venham mais cinco, mais dez, muitos mil. Recordando as palavras de Salgueiro Maia, incito-vos: vamos acabar com o estado a que chegámos e a Guarda súplica para que o façamos o quanto antes. Viva Abril, Viva a Liberdade, Viva a Guarda. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Dra., muito obrigado. -----

- Passava, agora, à votação da ata da última Assembleia Municipal realizada no dia 27 de fevereiro. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar pronunciar-se sobre o teor da ata, faça favor, tem a palavra. Pendo que não há nenhum interessado

em falar. Colocava a ata à votação. Peço desculpa, vamos ter que votar, por uma razão muito simples. Nós temos oitenta e quatro cadeiras colocadas na sala, connosco oitenta e sete. É quase impossível, às vezes, daqui, vermos que vagas existem. E, portanto, para termos a certeza dos números da votação, iria colocar, à votação, por filas.” -----

- Resultado da votação da ata do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e quatro. -----

- Aprovada, por maioria, com setenta votos a favor e duas abstenções. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Continuando a ordem dos trabalhos, passávamos ao período antes da ordem do dia com a apresentação das moções e recomendações. Por ordem de entrada, dava a palavra ao PSD: «Por uma auditoria externa à aquisição de imóveis pelo Executivo Municipal»” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos. Na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentar todos os presentes. E porque é que cumprimento todos os presentes na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal? Porque se formos a cumprimentar pessoa a pessoa, cada um ou cada cargo, demoramos aqui muito tempo. Fazendo as contas, hoje não estamos cem, não estamos os oitenta e sete Deputados e Presidentes de Junta, mais os sete Vereadores, mais os técnicos, mais público presente, não estamos cem. Mas normalmente estamos. E a questão que eu aqui quero colocar é: o que fazem aqui cem pessoas nesta sala a uma terça-feira de manhã. Alguma coisa tem de ser. Não pode ser só acenar com a cabeça e dizer que sim às coisas que aqui são apresentadas. E, portanto, fazemos esta recomendação da auditoria externa à aquisição de imóveis pelo Executivo Municipal. Portanto, considerando que: a transparência e responsabilidade no uso dos recursos públicos são fundamentais para a confiança da comunidade na gestão municipal; a crise habitacional que grassa pelo nosso país e a sua resolução são o desígnio deste e do ciclo político que se avizinha local e nacionalmente; que o Município da Guarda declarou um estado de carência habitacional em todo o concelho e, nos termos da Lei de Bases da Habitação, direito de preferência de compra sobre qualquer transação de imóveis; a Estratégia Local de Habitação prevê a aquisição de trinta e quatro edifícios, num investimento de 9 milhões, 752 mil e 947 euros, com um custo de 1103 euros por metro quadrado, um

valor acima da média do município; nos últimos dois anos, a Câmara Municipal realizou uma aquisição de imóveis sem precedentes que se consubstancia numa ação de grande relevância financeira com grande impacto no mercado habitacional da cidade; só no ano de 2024, sem orçamento, aparentemente, o Executivo Municipal procedeu à compra de sete prédios urbanos, num valor total de 612 mil e 500 euros, durante a tarde, aprovaremos a compra de vinte e seis imóveis por cerca de três milhões de euros; é necessário assegurar que o processo de compra de imóveis seja conduzido de maneira ética, eficiente e de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis; no âmbito da competência fiscalizadora da Assembleia Municipal, cabe a pronúncia sobre a habitação no Município e a apreciação sobre o inventário de bens; é a Assembleia Municipal que autoriza a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a mil vezes a Retribuição Mínima Mensal Garantida, embora esse valor não tenha sido ultrapassado em nenhuma destas aquisições, em conjunto já foi largamente ultrapassado e precisamos, portanto, de fiscalizar se está a ser bem ou mal feito; é necessário assegurar o fim e utilidade dos imóveis adquiridos e a sua disponibilização célere ao público, caso contrário, estamos a comprar casas, estamos a tirá-las do mercado e, se nada fizermos, estamos só a especular e somos os piores especuladores na cidade; é objetivo do grupo municipal do PSD garantir a máxima transparência e prestação de contas em todas as transações imobiliárias conduzidas pela Câmara Municipal; é também competência do grupo municipal do PSD a iniciativa de constituição de uma comissão eventual para o acompanhamento do processo de aquisição de imóveis. Não abdicaremos dessa competência se o Município nada fizer. Instamos a que a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária a 30 de abril de 2024, recomende ao Município uma auditoria externa independente para analisar detalhadamente o processo de compra dos imóveis recentemente adquiridos pela Câmara Municipal; garantir que os auditores externos tenham acesso irrestrito a todos os documentos relacionados à aquisição dos imóveis em questão; que o relatório resultante da auditoria seja tornado público para garantir total transparência e informação à comunidade; que o relatório contenha o modo de aquisição, a finalidade e estado atual do imóvel adquirido; comprometer-se a implementar quaisquer recomendações pertinentes resultantes da auditoria, visando aprimorar os processos de aquisição de imóveis no futuro. Todos sabemos e todos concordamos que a Estratégia

Local de Habitação é muito importante e é até consensual entre todas as bancadas. No entanto, não podemos confiar apenas nas boas intenções, ou confiar apenas que, só porque há uma estratégia, que a mesma é benéfica para o Município. Todos sabemos que é. No entanto, estar a retirar as casas do mercado, estar a adquiri-las a um preço acima da média, estar a adquirir ruínas por 85 mil euros, por 95 mil euros, por 225 mil euros, estamos a deixar que os preços subam para os restantes. Não queremos que isso aconteça. Não abdicaremos de fiscalizar a ação da Câmara Municipal. Muito obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Colocava esta recomendação à discussão. Se algum senhor Deputado desejar intervir... Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, em si cumprimento todas as pessoas que me ouvem. Um bom dia a todos. Pela transparência, cem por cento. Cem por cento, mesmo. Não temos problema nenhum. Agora, penso que nos cinquenta anos, numa democracia madura, com uma Assembleia Municipal livre e responsável com vários partidos e um movimento, com um Executivo que nem sequer é maioritário, termos que nos socorrer de agentes externos, é desvirtuar o espírito de Abril. Os eleitos, numa democracia representativa, têm que ser responsáveis e assumir as suas responsabilidades. Isto é fugirmos às nossas responsabilidades. Os senhores Vereadores apoiaram a estratégia de habitação. Os seus também. Os nossos também, porque os do PSD também são meus, são representantes do país, da zona. É assim que é uma democracia madura. Para que precisamos de agentes externos? Vamos socorrer-nos de especialistas para fazermos aquilo de que nós não somos capazes? Não são capazes de fazer a fiscalização? O senhor Deputado não é capaz de apontar os erros, ineficiências, ilegalidades que existam? É? Quais são?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor, tem a palavra.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Bom dia, senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimento também todos os presentes, por uma questão de economia de tempo. Ó senhor Deputado, Dr. Valbom, a democracia rege-se por princípios de transparência e objetividade. O meu amigo tem assim tanto medo ou algo a esconder, que... então, se

não há medo, porque é que está com essa retórica de impedir que uma entidade externa... desculpe, eu estou a falar... uma entidade externa independente audite a ação da Câmara Municipal da Guarda. Porque a Câmara, o Executivo, fomos todos nós que votámos. Por isso eu não vejo qual seja o problema que uma entidade externa venha fazer uma verificação a um processo que a Câmara da Guarda promoveu. Se tudo estiver bem, se houver transparência, se houver objetividade, portanto, não sei qual é o medo. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir. Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos. Enquanto Bloco de Esquerda, levantámo-nos mesmo devido à intervenção que houve do PG. Só mesmo para reforçar que uma auditoria externa não retira qualquer tipo de responsabilidade da Assembleia. O que nos permite é, enquanto Deputadas e Deputados, termos muito mais informação, uma informação isenta que obviamente vai promover uma reflexão muito mais atenta das Deputadas, dos Deputados e, provavelmente, nos vai levar a melhores decisões. Portanto, acho que nunca é de negar existir uma audição externa. Não estamos a retirar trabalho à Assembleia, não estamos a retirar responsabilidade. Estamos muito provavelmente é a aumentar o nível de informação e a qualidade dela, para podermos decidir a bem da população.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Uma auditoria tem que ter objetivo, tem que ter fundamento. Temos dúvidas sobre quê em concreto? Duvidamos dos nossos Vereadores? Duvidamos do nosso Executivo? Qual é a ilegalidade? É assim, vamos lá. Senão é perder tempo, gastar dinheiro e, de certa maneira, desculpem lá, eu falo por mim, se eu não for capaz de ver os erros e preciso que um especialista externo me venha mostrar os erros, ou estou distraído ou sou cego. É isso que queremos dizer aqui e agora?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado João Vaz, faça favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, bom dia e em si cumprimentar todos os presentes, assim como aqueles que nos acompanham através de casa. Realmente já ouvimos aqui falar sobre a estratégia de habitação. Mas eu pergunto: que estratégia? É que nós, a única coisa que vemos é realmente medidas avulso, compras de casas avulso sem qualquer estratégia. Pelo menos qualquer estratégia aparente ou que se conheça. E depois vimos aqui falar de que não há dinheiro para contratar uma auditoria externa, que não temos dinheiro nos cofres da Câmara, que é preciso empréstimos. Pois, se calhar, se não estivéssemos sempre a comprar casas avulso, para as quais depois não lhes fazemos nada, como é o caso das que temos, por exemplo, na Praça Velha e que continuam a cair, se calhar haveria dinheiro. Até porque a Câmara é um exemplo de contratar fora, de contratar estudos fora, de contratar trabalho fora. Estamos sempre a contratar fora e agora há um grande problema em contratar fora. De qualquer forma, associamo-nos à recomendação e também desafiar, então, o PSD, a avançar mesmo com esta proposta da criação da Comissão Eventual, que certamente contarão com o voto favorável do Partido Socialista.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Lá está, o João disse, e bem, o Município é quem mais contrata e quem mais recorre a prestações de serviços externos. Eu não percebo qual é o problema que foi criado agora. É positivo ou negativo? Não sei. Quem é que levantou aqui a dúvida sobre as prestações de serviços? Se calhar o Dr. Valbom acha que não são boas. Ou algumas que são boas são as que o PG faz e as que são más são as do PSD? Qual é o problema de uma auditoria externa? E, lá está, podemos simplesmente fazer nós uma comissão nesta Assembleia Municipal. Se calhar o Dr. Valbom concorda com isso, uma vez que é para sermos maduros e fazermos a fiscalização dentro da Assembleia Municipal. Não há, ao nosso ver, ilegalidade alguma. Agora, o que temos são casas a serem compradas acima do preço do mercado, algumas não sabemos a finalidade e não temos qualquer projeto para elas. E, então, são casas que sobem o valor. Todo o custo médio acaba por subir no município e isso não podemos deixar que aconteça. Temos a Estratégia Local de Habitação, é consensual, queremos. Mas, depois, é assim, eu, a minha formação é em direito. Mas, ainda assim, tive umas aulas de

economia. E uma das primeiras coisas que lá aprendi eram *unintended consequences* e os resultados perversos. Muitas vezes, até podemos querer fazer uma coisa boa, mas acabamos por causar uma falha de mercado por causa destes resultados perversos. Se o Município compra setenta casas por 7 milhões e não faz nada com elas, está só a subir o preço para os restantes. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Penso que não haverá mais nenhuma senhora Deputada... deseja intervir? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **José Quelhas Gaspar, Deputado (PG):** “Ora, se me permite, senhor Presidente, senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimentar todos. Ó senhor Deputado, eu gostava de fazer uma pergunta aqui ao senhor Deputado do PSD para nos esclarecer quais são as bases teóricas e institucionais em que fundamenta o facto de, ou melhor, quando diz que estamos a adquirir, que o Executivo está a adquirir imóveis acima do preço de mercado, onde é que foi buscar essa ideia? De que forma é que consegue fundamentar essa teoria, de maneira que, se calhar, ficávamos todos esclarecidos se nos pudesse dizer onde, de facto, foi buscar isso. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Bem, senhor Deputado, em resposta à sua pergunta, por haver essa perceção e nós querermos esclarecer a questão é que solicitamos esta auditoria, para ficarmos ressarcidos de toda e qualquer coisa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir. Senão, se não houver mais nenhuma intervenção sobre este tema, passávamos à moção, também do Partido Social Democrata «Um plano de ação municipal para a promoção do livro e da leitura» Faça favor, senhor Deputado. Ó senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa, antes de intervir e não conta o tempo. Dado os tais seis minutos de cavalheirismo, já só sobra um minuto e cinquenta e sete, portanto, peço-lhe o seu poder de síntese.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Sim, vou sintetizar, até porque a moção é pública dentro do grupo da Assembleia. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente

da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta e Público em geral, bom dia a todos. Esta moção pretende recomendar ao Executivo que ponha em prática um plano de ação municipal para a promoção do livro e da leitura. O diagnóstico está feito. Sabemos que a leitura potencia a função cognitiva verbal e não-verbal, estimula a criatividade e a imaginação e a emoção, aumenta o vocabulário disponível e é muito melhor do que qualquer iPad ou do que qualquer Tablet. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária no dia 30 de abril, delibera recomendar ao Executivo Municipal que adote um plano de ação para a promoção do livro e da leitura, do qual deverão constar, entre outros: a realização de um inquérito junto da população guardense para aferir os seus hábitos de leitura e coligir dados que permitam sustentar as políticas do município para a promoção do livro e da leitura; o lançamento de uma campanha de sensibilização para a importância da leitura, através dos meios de comunicação ao dispor da Câmara, incluindo “outdoors” e “mupis”, bem como da rede de transportes públicos, envolvendo figuras públicas locais e nacionais na divulgação da promoção da leitura; a implementação e/ou ampliação de um sistema empréstimo e entrega de livros da biblioteca pública em ERPI, Centros de Dia e no domicílio de cidadãos acamados ou com mobilidade reduzida; a desconcentração geográfica dos serviços de empréstimo domiciliário nas Bibliotecas Municipais, mantendo e revitalizando a biblioteca itinerante, e através das Juntas de Freguesia e das bibliotecas escolares, servindo de ligação entre os leitores em idade escolar e o livro. No período de férias descentralizar a biblioteca criando um polo da BMEL no parque POLIS acompanhada da presença de técnicos, educadores e atividade artística; envolver a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela para que, para além das ações individuais de cada Município, possa haver um plano de ação comum para leitura, no que respeita às Bibliotecas Municipais e da rede das Bibliotecas Itinerantes; promover uma rede digital de leitura, com livre acesso a e-book através da BMEL; apoiar os poucos livreiros da cidade, promovendo iniciativas que contribuam para a sua visibilidade e sustentabilidade, entre outras a Feira do Livro. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado pelo seu poder de síntese. Colocava a moção à discussão. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar intervir, faça favor. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Ora, bom dia a todos. A moção do PSD deixa os guardenses confusos, pois o PSD parece não reconhecer ou simplesmente desconhece o trabalho que a BMEL e os colaboradores do município têm vindo a realizar nos últimos dois anos. O reconhecimento local, nacional e internacional, a BMEL é uma biblioteca dinâmica, polo de cultura que oferece uma programação variada e de qualidade, que envolve vários parceiros na nossa comunidade. Os Agrupamentos de Escolas, as suas Bibliotecas Escolares, os Lares, Centros de Dia, a Casa de Saúde Bento Menni, a ULS da Guarda, o Centro de Estudos Ibéricos, o Cineclube da Guarda, Plataforma de Ciência Aberta de Figueira de Castelo Rodrigo, são, entre outros, honrosos parceiros. Entre as atividades e projetos destacam-se a roda dos contos, a quinta dos contos, uma tarde na biblioteca, literacia em saúde mental, verão nas praias fluviais, férias ativas em família, concurso nacional de leitura, exposições, workshops, apresentações de livros, leituras encenadas, etc. No último ano, realizaram cerca de trezentas sessões com a participação de cinco mil e seiscentos jovens e crianças e seis mil e trezentos adultos, um total de cerca de doze mil participantes. Importante referir o facto de terem inscrito cerca de quinhentos novos leitores e de terem visitado a biblioteca cerca de quarenta e oito mil pessoas. Acrescenta-se ainda o evento Primeiro Salão do Livro Guarda-livros, que contou com a participação de sessenta convidados e quatro mil visitantes. Foi o primeiro Salão do Livro realizado na Guarda. Há quantos anos os guardenses esperavam a realização deste evento? Realça-se também que nos últimos seis meses deram entrada cerca de dois mil e quinhentos livros novos, através dos projetos PADES, RIBBSE e CIMBSE e um investimento deste Executivo de cerca de 20 mil e 500 euros. Estes dados mostram que o Município da Guarda cumpre com a sua missão de promover o livro e a leitura. O PSD também não reconhece ou desconhece o papel da BMEL como Rede Coordenadora Intermunicipal de Bibliotecas das Beiras e Serra da Estrela, que é constituída por dezassete Bibliotecas que integram o território da CIMBSE, nem como integrante da Rede de Bibliotecas CENCYL, Comunidade de Trabalho CENCYL, Região Centro de Portugal, Castilla e León. Resta-me apenas dizer que o Movimento Independente Pela Guarda irá votar a favor desta moção, reconhecendo assim o trabalho meritório do Município da Guarda, a experiência da BMEL que tem uma equipa qualificada e dedicada que reconhece as necessidades e os interesses dos seus leitores. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Parecendo que não... deseja? Faz favor, senhor Deputado, peço desculpa.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Deputado, agradeço-lhe a leitura do relatório de atividades da BMEL, mas é um plano de ação da Câmara Municipal e, portanto, pretende-se mais vasto, mais largo, onde a BMEL será um parceiro obviamente privilegiado e será o intérprete da ideia geral desta moção, claramente. Mas agradeço-lhe a leitura do relatório de atividades, todos ficámos a saber o que a BMEL está a fazer de bom. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Senhor Presidente da Câmara, não sei se deseja falar agora ou depois no fim de... No fim de tudo. Muito obrigado. Então, colocava à votação a moção do PSD.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- **Recomenda ao Executivo que ponha em prática** -----
----- **um plano de ação municipal para a promoção do livro e da leitura** -----
- Aprovada, por unanimidade, com setenta e cinco votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Também declaração de voto? Só um momento.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia a todos, mais uma vez. Em todas as atividades é sim, na do livro principalmente porque é muito importante. Por bem que se faça, é sempre possível que continuemos a fazer e melhoramos as nossas atividades. Obrigado por quem pôs esta moção e o espírito construtivo que ela traz.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.”

- **Gonçalo Marques, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento-o a si, a todos os presentes, bem como todos aqueles que nos acompanham em transmissão online. O grupo municipal do PS na Assembleia Municipal da Guarda votou favoravelmente a moção apresentada pelo PSD, uma vez que a leitura e a literacia são, sem dúvida, temas de suma importância. De facto, é inequívoco o papel da leitura no

desenvolvimento de toda e qualquer pessoa na sua totalidade, bem como as possibilidades que a mesma oferece, destacando-se o facto de a mesma munir-nos de ferramentas e instrumentos na luta por uma sociedade mais justa, sem preconceitos, discriminação e tolerância, mas que nos faz caminhar a largos passos rumo à liberdade. Nas palavras do nosso Prémio Nobel, José Saramago, a leitura é provavelmente uma outra maneira de estar em um lugar, o que traduz a magia e as portas que os hábitos de leitura abrem em cada um de nós, levando-nos a viajar e a conhecer outros mundos sem sequer sairmos de onde nos encontramos. Neste sentido, é de referir a segunda edição da iniciativa promovida pelo Município da Guarda, o Salão do Livro da Guarda, que ocorrerá entre os dias 17 e 26 de maio e que certamente impele à vivência dos hábitos de leitura. Contudo, e tal como é referido na moção alvo de aprovação, há que fazer mais e não limitarmos a promoção da leitura com a realização de uma de uma Feira do Livro, mas sim delinear uma estratégia clara e concertada, envolvendo não só os Agrupamentos de Escolas e demais estabelecimentos de ensino, mas também a Biblioteca Municipal, o Conselho Municipal de Educação, cuja ação revela-se fulcral no âmbito desta matéria...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, peço-lhe desculpa. Desconto o tempo. Não é uma intervenção.” -----

- **Gonçalo Marques, Deputado (PS):** “Não, senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É que parece-me a mim que é uma intervenção. “ -----

- **Gonçalo Marques, Deputado (PS):** “Não é, senhor Presidente. Eu...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Isto não é uma declaração de voto, peço-lhe imensa desculpa. Então ocupava o tempo do partido para se pronunciar sobre a moção em si.” -----

- **Gonçalo Marques, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, eu comecei o documento...” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu sei que o senhor Deputado começou por dizer, votámos por isto. Agora, não vai é fazer um discurso de dez minutos numa declaração de voto.” -----

- **Gonçalo Marques, Deputado (PS):** “Não, estou a terminar. Se o senhor Presidente me deixar terminar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pronto, são dois minutos.” -----

- **Gonçalo Marques, Deputado (PS):** “Estou já a terminar, vou já concluir. O Conselho Municipal de Educação, cuja ação revela-se fulcral no âmbito desta matéria e, claro, todos os munícipes em geral. Na verdade, esta poderá ser uma oportunidade para que a nossa cidade possa, desta feita, abraçar o conceito de verdadeira cidade educadora, plasmado nas páginas do Plano Municipal de Educação, apresentando-se como uma autêntica escola de cidadania, fundamental na formação cívica de todos os cidadãos. Por tudo o que foi explanado anteriormente, o Partido Socialista não poderia ter outro sentido de voto se não o voto favorável ao documento apresentado e colocado à votação. Muito obrigado a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Passava à moção que entrou de seguida, que é a moção do Bloco de Esquerda «Ao 25 de Abril e 1º de Maio». Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos. Moção ao 25 de Abril e 1 de Maio. No momento em que vamos celebrámos o quinquagésimo aniversário do 25 de Abril de 1974 e o 1º de Maio em liberdade, é preciso manter viva a memória de todos aqueles que lutaram contra o fascismo, a guerra colonial, pela liberdade e a pela democracia. O 1.º de Maio de 1974 revelou a aspiração de mudanças profundas, concretizadas nas conquistas de Abril que foram os alicerces do estado social e da luta por melhores condições de vida e de trabalho. Conquistou-se a liberdade de expressão e os direitos de reunião, de manifestação, de organização sindical e de greve. Conquistou-se o direito à saúde, à educação, à cultura, às férias, à habitação, à reforma, à proteção social, à justiça e igualdade de direitos, tal como a Constituição da República consagra. Porém, passados cinquenta anos depois do 25 de Abril de 1974 e do 1º de Maio em Liberdade, de quarenta e nove anos após as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte, apesar da resistência e da luta em resultado de um processo governativo vulnerável às opções que nem sempre servem os interesses da população, temos vindo a assistir à desregulamentação dos direitos laborais, à redução dos sistemas

de proteção social, à degradação do sistema de ensino público e do serviço nacional de saúde, a par de uma austeridade caracterizada por uma política de baixos salários, que não dignifica carreiras profissionais em todos os sectores de atividade, seja dos professores às forças de segurança, públicas ou privadas. Contrasta, por isso, com a falsa meritocracia onde já é vulgar gestores receberem num mês o que um trabalhador receberá em anos. É neste ambiente que se desenvolve o imediatismo da fantasia do ideário fascista que sinaliza o perigo de um retrocesso civilizacional. Por cá e em toda a Europa acontece. É nosso dever, enquanto homens e mulheres defensores da liberdade e da democracia, tornar perenes os ideais do 25 de Abril e a sua transmissão às gerações vindouras, validando e renovando a luta pela obra que nós fizemos e que todos fomos capazes de fazer. Abril é tempo de luta, de resistência e de renovar a esperança que se projeta no 1º de Maio, dia internacional das trabalhadoras e dos trabalhadores. Por este motivo, saudamos o quinquagésimo aniversário do 25 de Abril e o 1º de Maio, honrando a memória e o contributo de todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura, assim como o movimento Capitães de Abril, todos os militantes e população intervenientes na queda do regime que vigorou até 74; firmar a autonomia deste órgão autárquico eleito pela população; saudar o 1º de Maio e a coragem de todas as mulheres e homens que exigem o trabalho digno e a defesa da democracia; (e o quarto ponto foi alterado) saudar todas as pessoas trabalhadoras que fazem o trabalho invisibilizado e não remunerado, que são, na sua maioria, mulheres. Aproveitamos também para saudar o coletivo recém-criado Venham Mais Cinco, assim como a iniciativa do desfile do 25 de Abril, pela CPCJ e a Unidade de Sindicatos da Guarda. Infelizmente, nesse mesmo desfile e concentração, não pudemos contar com a presença do Município da Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputada, como sabe, estas moções são introduzidas na plataforma. Eu penso que tem alterações, depois agradecia que as dissesse porque também não ficamos a saber que alterações é que introduz. Pode. Eu penso que introduz uma alteração ao ponto 4, se eu entendi bem.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Eu referi na minha apresentação que a alteração foi feita ao ponto 4. Referia-se a mulheres trabalhadoras e eu alterei para: pessoas trabalhadoras, na sua maioria mulheres.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Portanto, pessoas trabalhadoras, na sua maioria mulheres.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Sim. Vou agora enviar um e-mail para procederem à alteração na Plataforma da Assembleia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Certo. Abrangeu e depois sublinha a maioria mulheres. Muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre esta moção? Penso que não. Colocava, então, à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Ao 25 de Abril e 1.º de Maio** -----

- Aprovada, por unanimidade, com setenta e dois votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passava agora... declaração de voto? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito bom dia. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes e aqueles que nos estão a ouvir lá em casa. Ora bem, dizer o seguinte. Votei a favor, naturalmente, desta recomendação, na medida em que concordo com todos os pontos e o PSD concorda com todos os pontos em apreço. Como qualquer democrata, naturalmente que votaria a favor. No entanto, fala-se aqui, no conteúdo, em degradação dos sistemas de proteção social. E a propósito disto, gostaria de dizer que, se tudo isto está assim tão mal, lembrar que nos últimos vinte anos, o PS governou quinze, quatro em coligação com o Bloco de Esquerda, em geringonça, como sabemos, até 2019, e depois também com o apoio tácito do Bloco e do PCP até 2022, até à maioria. Portanto, o Bloco é corresponsável também pela degradação da área social, do serviço social em Portugal. Portanto, os senhores não podem vir aqui apenas com cinco pontos, com uma moção que é pacífica, toda a gente vota a favor, mas no conteúdo que a senhora nos traz aqui, fala, vai mais além do que eu iria, no que respeita à degradação dos serviços. Eu não iria tão longe. E, portanto, o Bloco é corresponsável pelo retrocesso que aqui é citado na moção. Portanto, se há degradação, os senhores também têm responsabilidade. É só.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor, senhor Deputado José Valbom. Senhor Deputado João Vaz, depois já lhe dou a palavra.”

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez. É só para sublinhar que o 25 de Abril e o 1º de Maio e o que isso representa, é superior a tudo e devemos frisar o que nos une. Por isso votámos a favor. E a votação por unanimidade é saudável. É a prova de que estamos todos de acordo. É a prova de que estamos todos de acordo. Não vale a pena andarmos à procura de divisões onde estamos unidos. Ainda bem que veio o 25 de Abril, ainda bem que há o 1º de Maio, ainda bem que valorizamos o papel das mulheres. Eu vou dizê-lo, num dia destes, num jornal, outra vez, porque é fundamental.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado João Vaz, faça favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Novamente, bom dia. Democracia, liberdade, trabalho, claro que são valores que temos que continuar a defender e, portanto, obviamente que o Partido Socialista não poderia votar de outra forma senão favoravelmente esta moção. Tudo o que também é proposto, obviamente que estamos de acordo. No entanto, tenho só que deixar a nota que aquele parágrafo onde fala sobre a desregulação dos direitos laborais, da redução do sistema da proteção social e por aí abaixo, quer dizer, é indiscutível que hoje estamos melhor do que estávamos ontem e se compararmos, então, com décadas para trás, é completamente indiscutível. E numa moção onde referimos também o 1 de Maio, o Dia do Trabalho, dizermos que estamos cada vez com uma maior desregulamentação dos direitos laborais e uma redução do sistema de proteção social, é pouco sério.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Em nenhum ponto desta moção é referido que estamos pior do que no pré 25 de Abril. Agora, afirmar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhora Deputada...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “... que não existe uma desregulação de direitos laborais, também não me parece muito correto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhora Deputada...” -----
- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Nós estamos, sim, neste momento...” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada...” -----
- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “... com uma série questões que a população enfrenta, que tem a ver...” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada...” -----
- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “... com os tópicos aqui abordados.” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe imensa desculpa. Não entendo muito bem...” -----
- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “... Poderei enquadrar...” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu peço desculpa, mas eu não entendo, sinceramente não entendo como é que a senhora apresenta a moção, presumo eu que deve ser para votar a favor...” -----
- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Foi dito que foi pouco responsável e que o Bloco era responsável pela degradação do sistema social...” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Posso acabar de falar?” -----
- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Pode.” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Porque senão vou ter que lhe retirar a palavra. A senhora Deputada, em nome do Bloco de Esquerda, apresentou uma moção. Presumo eu que é para a moção ser aprovada. Não deve ser para ser rejeitada. Este tempo, depois da votação da moção, é para declarações de voto, não é para vir outra vez justificar a sua moção. Se é para justificar a moção, retiro-lhe a palavra. A palavra está retirada. Muito obrigado... A palavra está retirada. Muito obrigado.” -----
- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Eu não vim justificar a moção, mas foi dito que o Bloco de Esquerda era responsável pela degradação do sistema. Portanto, tenho direito a intervir e defender a honra do Bloco de Esquerda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se for a defesa da honra é outra questão. Mas tem que explicar porque é que vem cá outra vez falar. Porque senão isto parece o concurso de perguntas e respostas. Não podemos entrar nisso. Tem a palavra a senhora Deputada do CDS. Faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, bom dia. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e também os que estão lá em casa. A recomendação que aqui apresento, não vem como moção exatamente porque reconheço que, na Guarda, há algumas atividades culturais, nas quais eu tento participar e estar atenta. E, portanto, entra como recomendação e não como moção. Antes da minha intervenção e penso que todos nós ouvimos rádio, há uns dias atrás, num podcast da TSF onde indicavam a programação de algumas cidades, se calhar alguns aqui presentes ouvimos esse mesmo podcast, a única coisa que era referida da Guarda, pasme-se, era o mercado quinzenal. Há atividades culturais a decorrer nesta cidade e isso nem sequer era referido, à semelhança de outras localidades onde se falava de teatro, de cinema, de cultura, enfim, a Guarda apenas era o mercado quinzenal. Como guardense, fiquei estupefacta porque, de facto, e quem quer participar e quem está atento, sabemos, não só na BMEL, no Teatro Municipal, no Museu da Guarda, há atividades a decorrer e, portanto, é um bocadinho nesse sentido, como é que a TSF apenas fala no nosso mercado quinzenal. A minha recomendação tem a ver com a criação de um festival de teatro amador dedicado à cidade da Guarda. Quando foi agora as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, aos quais penso que correram muito bem, os agrupamentos de escolas foram envolvidos e também eles participaram ativamente nestas comemorações. Esta recomendação que faço é também nesse sentido, ou seja, de envolver, por exemplo, os agrupamentos de escolas. O que propomos é a realização de um festival de teatro amador dedicado à Guarda (as peças representadas teriam este mote), à semelhança do que acontece noutras localidades. Este festival poderia realizar-se em novembro, na semana do dia dedicado à nossa cidade. Poderia também haver, durante esta semana ou fins de semana, a aprendizagem do contacto com a parte técnica, do aprimoramento através do confronto com as necessárias adaptações de ideias. O emblemático festival terá como objetivo valorizar e promover o trabalho que as associações e escolas do distrito, e não só, realizam na expressão artística que é o

teatro. Haveria o envolvimento de múltiplos participantes, entre ao quais alguns que possam ter vontade, mas não têm objetivo. É um desafio para os grupos escolares ou para os grupos amadores que existem e que, são desta forma, desafiados e motivados a trabalhar e a voltar ao palco. Este festival pode incluir, por exemplo, uma homenagem a uma personalidade específica (porque não Eduardo Lourenço, porque não Carolina Beatriz Ângelo, Augusto Gil ou Evelina Coelho). Saliento o facto de não haver nenhum projeto de festival de teatro amador no distrito e que poderia ser uma forma de criar uma verdadeira rede teatral entre os grupos que existem e até de envolver, como já disse também, os diferentes agrupamentos. É de notar que este festival não é para competir com outros festivais que possam acontecer no município, mas é sim muito mais para motivar as instituições e incentivar a pesquisa e a divulgação de factos e pessoas ligadas à Guarda. Penso que não me vou alongar muito mais. Era isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora deputada, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada deseja intervir sobre este tema? Senhor Deputado, faça favor” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Vou seguir o repto do Rodrigo e não cumprimentar, cumprimentar só o senhor Presidente. Dizer só que é uma ideia ótima, que nós concordamos que deve incentivar-nos à realização. Também salientar a ideia de que estamos sempre a meio do caminho. Há coisas que são feitas, é verdade, há sempre espaço para fazer mais coisas. Isso é uma postura construtiva e positiva que nós reconhecemos muito positivamente. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja intervir. Presumo que... Peço desculpa.” -----

- **Manuela Fernandes, Deputada (PS):** “Muito bom dia. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento todos. Antes de mais, dar os parabéns à Deputada pela recomendação apresentada. Concordamos na íntegra. E dizer-lhe que compreendemos o facto de ser uma recomendação e não moção, uma vez que tantas e tantas moções têm sido aprovadas e não tidas em conta. Cá estaremos, esperemos, para lhe dar novamente os parabéns na data em que se vier a concretizar, comprovando, desta forma, que uma só

Deputada, para este Executivo, poderá ter mais peso do que moções aprovadas pela maioria dos Deputados.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não havendo qualquer outra inscrição para intervenção, passava às duas recomendações e à moção do Partido Socialista. A primeira recomendação é «À atenção do novo Governo».” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Desculpem, mas só estou a ver se consigo ver porque não há luz suficiente. Então, ok. Bom dia, cumprimento o senhor Presidente da Mesa e, na sua pessoa, todos os presentes e quem, fora deste local, nos esteja a ouvir. O número circense perpetrado pela Procuradoria-Geral da República e bem acolhido pelo Senhor Presidente da República, veio derrubar o Governo maioritário do Partido Socialista que estava em funções. Este incidente e o facto de um novo Governo não ser do PS, deixaram em suspenso a continuação e concretização de projetos anteriormente planificados para os quatro anos de governação. Vários projetos de beneficiação do distrito e mais especificamente do Concelho da Guarda, ficam agora ao critério do novo Governo da AD, dependentes de que haja sensibilidade e vontade para que esses projetos de desenvolvimento se concretizem. Deixámos de ter quem tínhamos a zelar pelo Interior. Compete, pois, a quem está à frente do Município, relembrar o novo Governo de tudo o que estava no nosso horizonte de expectativas. Assim, a bancada do PS da Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 30 de abril de 2024, vem recomendar ao senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda que desenvolva, desde já, os seus melhores esforços junto ao Governo central, tendo em vista a implementação ou continuação da concretização de projetos como o do Porto Seco, a renovação da linha da Beira Alta, a instalação da UEPS na Guarda, o Centro de Economia e Inovação Social, CEIS, o programa de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela e a reabilitação do Hotel Turismo. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Colocava esta recomendação à discussão. Senhor Deputado, faça favor. Permito-me chamar-lhe à atenção para o tempo do grupo PG. Sei que tem mais uns minutos concedidos por independentes, mas um minuto e quarenta e cinco. Muito obrigado, faça favor.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Então, é assim, número circense, ok. Então, vamos ao que interessa. Então, os senhores do PS estão preocupados com a realização dos projetos do Porto Seco e renovação da linha da Beira Alta. Meus senhores, os atrasos são devidos ao PS. É que não se esqueçam que saíram há cerca de um mês e qualquer coisa do Governo. Então, instalação da UEPS na Guarda - meus senhores, que eu saiba, estiveram presentes na tomada de posse da UEPS. Já está instalada. Centro de Economia e Inovação Social - que eu saiba, há um Deputado na bancada do PS que é Presidente. Também já cá está. Programa de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela - eu não conheço nenhum programa, aquilo que eu conheço é um plano de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, também já está aprovado e vamos ter, no período da ordem do dia, exatamente isso. É melhor fazerem o trabalho de casa. Reabilitação do Hotel Turismo - a sério? Querem falar mesmo na reabilitação do Hotel Turismo? Mas, seja como for, acho que o PS anda desatento, pois o senhor Presidente enviou uma missiva aos partidos que eram candidatos a Primeiro-Ministro. E, já agora, queria fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara Municipal: se nos podia falar dessa missiva, os pontos que foram enviados para os grupos municipais e qual foi, já agora, a resposta que obtive. Mas, de qualquer das maneiras, para terminar, gostava de vos ler aqui uma coisinha. Governo Survivor, desafios políticos na península da governação. Na península política, onde o absurdo é rei e a sátira é a rainha na sua novela que vai fazer história. Governo Survivor. Nesta novela distópica, quase reality show, ministros e secretários de Estado são lançados à selva de intrigas, desafios onde o único resgate é o voto popular. Episódio um: dança das cadeiras do SNS. Os nossos intrépidos políticos enfrentam a primeira prova de resistência, um dia na triagem do hospital público, entre coros, onde está o médico, já estou à espera há uma eternidade. Eles tentam administrar o SNS com mais buracos em recursos humanos que um queijo suíço, onde a única cura disponível são as poções mágicas dignas de fazer corar Dumbledore. O labirinto da educação. Segue-se o labirinto pedagógico onde os bravos líderes são desafiados a ensinar matemática com ábaco, literatura com emojis, enquanto aviões de papel voam com críticas construtivas, eles proclamam: a educação é a nossa salvação, tentando encontrar saída do labirinto das negociações em que engrenaram, mais de um ano, professores descontentes sem encontrar o tempo de serviço perdido. Episódio 3. Desafio das forças de segurança. No

terceiro ato, os participantes tornam as gravatas coletes à prova de balas, por papel. Eles marcham pelas ruas que queremos Wi-Fi grátis, tentando apaziguar as forças policiais promessas de anos vazias com as suas armas sem balas, berrando aos seus megafones. Este é o melhor. Duelo dos portáteis. A saga continua entre o episódio de ação mais explosivo até agora. No Ministério das Infraestruturas, um portátil utilizado como arma de arremesso desencadeia uma batalha campal digna de um filme de ação. Os serviços secretos são chamados a desarmar os Secretários de Estado e estacionar a sua bicicleta, pondo cobro à situação, acabando por se perderem no labirinto burocrático. Depois temos o caso da TAP. Neste episódio os concorrentes enfrentam uma tempestade perfeita, onde é atribuído um... perdi-me... uma indemnização milionária via WhatsApp. Depois temos o episódio final: os salteadores do gabinete perdido. Na grande final, após treze ministros e secretários de Estado demitidos, sobrevivente e enfrentando a derradeira caça ao tesouro, um prémio de 75 mil e 800 euros. Um montante misterioso encontrado no gabinete do Chefe do senhor António Costa. Não vale a pena. Acho que os senhores já perceberam o tão bom que foi o Governo do PS. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Antes de mais, bom dia a todos. E pedia que não contassem o tempo só por uma questão, porque é um ponto de ordem à mesa. É só um ponto de ordem à mesa. E sendo um ponto de ordem, não tem nada a ver. Eu gostaria de saber exatamente quantos independentes é que deram tempo ao PG, porque não foi dito, precisamente para controlarmos o tempo, porque esse tempo não foi controlado pelo senhor Presidente como costuma fazer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A informação que eu tenho do senhor Secretário, é que foram treze Deputados independentes que cederam o seu tempo, o que dá seis minutos e meio.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ok, mas gostaríamos de ter essa informação. Portanto, agora sim, e podem contar o tempo, já falando relativamente à intervenção do senhor Deputado, dizer que estamos de acordo, não é? Quer dizer, aquilo que foi

relativamente à nossa intervenção, o senhor Deputado está de acordo. Inclusive diz que o senhor Presidente da Câmara mandou missivas. E, portanto, nós, foi só para lembrar o senhor Presidente para continuar a agir no sentido dos interesses da Guarda neste novo Governo. O senhor Deputado não está preocupado de termos um novo governo e que este novo Governo possa ou não cumprir com aquilo que estava a ser efetuado pelo anterior Governo. Nós estamos preocupados. Acho que os habitantes da Guarda também estão preocupados e tenho a certeza que o senhor Presidente também estará preocupado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada Luísa Campos, pediu a palavra?” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Eu só venho aqui, muito rapidamente, na minha qualidade de profissional da literatura e, de facto, dar a conhecer que, a interpretação que foi feita daquilo que eu disse, é completamente errada, porque eu estou a olhar para o futuro. Estou a chamar à atenção do senhor Presidente, nem é bem à atenção, estou a recomendar ao senhor Presidente que, por favor, continue ou faça chegar a Lisboa as nossas preocupações, as nossas expectativas. E, portanto, tudo aquilo que foi dito não tem nada a ver com aquilo que eu disse. Portanto, eu falei do futuro e não do passado. O que foi feito no passado era para ter sido feito em quatro anos. Não foi feito, não foi acabado. Algumas coisas foram começadas, mas é para continuar. E é nesse sentido que eu fiz a recomendação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Ora, muito bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente e peço que, na sua pessoa, se sintam todos cumprimentados. Antes de mais, é de uma enorme leviandade falar em atos circenses. Aqui não há palhaços e não vejo, nem o senhor Presidente da República, nem a Senhora Procuradora Geral da República, como trabalhadores do Circo. Depois, ninguém derrubou governos como insinuem. Ninguém mandou abaixo. Não venham com mentiras, com vitimizações. Foi Primeiro-Ministro do PS que saiu por indecente e má figura. Demitiu-se, bateu a porta, foi embora, virou as costas aos portugueses. E já se esqueceram dos assessores que

guardavam 75 mil euros de dinheiro, no gabinete, em dinheiro vivo? Já se esqueceram dos ministros alegadamente misturados em negociatas de lítio, hidrogénio? Com vergonhas de perseguir assessores, histórias rocambolescas de computadores, bicicletas e polícias? Com milhares gastos na compra e venda da TAP? Com indemnizações milionárias autorizadas por WhatsApp? Com polémicas como as de Pedrógão, o SIRESP, das golas antifogo, com secretário de estado a desmentir ministros? Tiveram todas as condições. Faltou-lhes o saber, o saber governar. Mas fiquem descansados, tudo o que não tiveram capacidade para fazer, com maiorias absolutas inclusivamente, o PSD vai concretizar. O Porto Seco e a linha da Beira Alta, só ainda não estão concluídos devido à inércia do PS, mas vão ser uma realidade. A UEPS já existe. E a um passo, o CEIS, neste momento está a funcionar, vemos, mas não da melhor maneira. Obviamente que terá uma melhor continuidade. Relativamente à situação do Parque Nacional da Serra da Estrela, ela está estagnada. Está a andar, mas ainda não se vê resultados no terreno. Será também reposto tudo isso. Quanto ao Hotel Turismo, aquele Hotel Turismo que ali está que o PS fechou, aquele Hotel que ali está que o PS vendeu para aliviar as dívidas em que meteu esta Câmara, será um dossier a ter em conta. Mas esqueceram-se de uma coisa importante: da saúde da Guarda. E esse é um dossier que nós vamos pegar, porque a saúde na Guarda e a ULS está um caos. Quanto ao deixávamos de ter quem tínhamos a zelar pelo Interior, presumo que se referem à senhora ex-Ministra. Deixou de zelar? Foi eleita pelo Distrito da Guarda e deixou de zelar? Bem, também abriu uma Secretaria de Estado e depois fechou-a. Mas isso é lá convosco. Fiquem tranquilos. Não foi por sorte ou mero acaso que a jovem candidata do PSD, sem nada para oferecer, conseguiu ganhar à experiente e madura Ministra do PS. A Guarda e o distrito estão agora bem melhor representados. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção sobre esta recomendação? Não havendo, passava à recomendação seguinte do Partido Socialista «Sustentabilidade ambiental e a sua importância». Façam favor.” -----

- **Liliana Almeida, Deputada (PS):** “Bom dia, na figura do senhor Presidente, cumprimento todos os que estão presentes e nos seguem online. Para não estarmos aqui a demorar mais tempo e como todos os Deputados já tiveram conhecimento da

recomendação submetida na plataforma, passo, desta forma, simplesmente, a ler o que recomendamos ao Executivo Camarário. Como a sustentabilidade ambiental é de suma importância para todos, recomendamos ao Executivo Camarário que: preste contas aos seus munícipes sobre o investimento feito ou não na dita despoluição dos Rios Noéme e Diz; preste contas e esclarecimentos aos seus munícipes sobre o que foi feito até hoje relativamente às contínuas perdas de água na rede, que fazem com que, por um lado, se desperdice o bem mais necessário à vida, que é a água, e, por outro lado, que os cidadãos deste município paguem água que não consomem; preste esclarecimentos sobre a necessidade de se ir já num quarto concurso sem que exista nenhum concorrente interessado na recolha dos biorresíduos. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Senhor Deputado Breia, faça favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Bom, em relação ao primeiro ponto, despoluição do Rio Noéme e Diz, só dizer que, em 2001, o Executivo PS passou uma declaração à principal empresa poluidora que lhe permitiu poluir à vontade. Vinte e três anos depois, continuamos a discutir o problema e o assunto continua em tribunal. Quanto ao ponto dois, contínuas perdas de água na rede, este Executivo tem feito um esforço para localizar e monitorizar as perdas, as quais já se reduziram de 40% para 26%, segundo me informaram. Se estamos contentes? Claro que não. O trabalho de sapa vai continuar, mas há infraestruturas muito antigas e que necessitam de substituição. Mas para isso é necessário contrair empréstimos, o que parece começar a ser uma missão quase impossível nesta casa. Recolha de biorresíduos, o PS pretende o quê? Que se faça um ajuste direto para depois nos criticarem? Querem preços combinados para que se resolva o problema? É que nós acreditamos na livre concorrência. Ou será que preferem que sejam munícipes a pagar, através de mais um encargo mensal na sua fatura de água?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Só muito rapidamente. Nós concordamos com a recomendação. Gostávamos só de ouvir, se fosse possível, o antigo Chefe de Divisão do Ambiente e agora Vereador. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, segundo eu presumo, não tenho agora aqui presente o Regimento, mas eu penso que as perguntas têm que ser feitas diretamente ao senhor Presidente da Câmara. Não é a nenhum dos senhores Vereadores. O senhor Presidente da Câmara, se entender delegar a resposta nalgum senhor Vereador, fá-lo-á a seu tempo. Senhor Deputado Miguel Borges, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Apenas para responder ao Deputado Breia. É assim, quando estamos a falar de quatro concursos públicos que ficam sem ninguém, quer dizer que a Câmara não fez o trabalho antecipadamente, no sentido de, pelo menos, saber mais ou menos quanto é que seria o valor para o custo daquela aquisição. Quer dizer, achamos que é o básico.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Sim, concordando com o que o senhor Presidente disse, obviamente que depende da vontade do Presidente da Câmara. Eu só disse que gostávamos de ouvir, se fosse possível, se assim quiserem. Da mesma forma que também acompanhámos a recomendação do CDS sobre o festival de teatro, também gostávamos de ouvir a Vereadora para a cultura. Gostávamos, se o quiserem fazer ou não!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma inscrição sobre esta recomendação. Presumo que não. Passava, então, à moção do Partido Socialista, «Eliminação das portagens nas ex-SCUT». Faça favor, Senhora Deputada.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Começo por endereçar os meus respeitosos cumprimentos a todos os presentes e ao público que nos assiste através dos meios de comunicação social. O conceito de portagem SCUT ou portagem sem custos para o utilizador foi introduzido em Portugal, em 1997, durante o Governo de António Guterres, sendo o modelo de financiamento de autoestradas e vias rápidas baseado no

modelo britânico das Shadow Toll. Em 2011 foi alterado o modelo e foi estabelecida a cobrança de taxas de portagem nas autoestradas do Algarve, Beira Interior, Beira Litoral e Beira Alta e Interior Norte, como forma de financiamento das infraestruturas e resposta a problemas orçamentais. A existência de portagens nas ex-SCUT foi ao longo dos tempos contestada pelos cidadãos e pelas empresas, reivindicando a sua abolição atendendo ao impacto no custo na mobilidade e na competitividade das regiões do interior abrangidas. A redução progressiva das taxas de portagens foi sempre um compromisso do Partido Socialista, designadamente nas ex-SCUT do Interior, justificando-se, neste âmbito, uma discriminação positiva na perspetiva da equidade e coesão territorial, com a redução de encargos no acesso a bens e serviços essenciais, proporcionando maior mobilidade nas zonas do interior e promovendo uma estratégia de desenvolvimento económico a estas regiões, ao diminuir significativamente os custos de deslocação e, com isso, as despesas de atividade para as empresas e proporcionando uma maior qualidade de vida para as pessoas que para aqui e daqui se deslocam. Em função da evolução das concessões, o anterior Governo do Partido Socialista foi efetuando descontos às taxas de portagem, tendo sido possível em 1 de janeiro de 2024 diminuir o valor em 65% face aos valores que existiam em 2011. Neste momento, estão reunidas as condições orçamentais e contratuais relativamente às concessões para ser aprovada a eliminação total das taxas das portagens nestas autoestradas, razão pela qual o Partido Socialista apresentou na Assembleia um projeto de lei para a abolição das portagens nas ex-SCUT. Consideramos que, sendo uma medida estratégica para a Guarda, para os cidadãos, para as empresas, e decisiva para o desenvolvimento do Porto Seco, a Câmara Municipal da Guarda deve defender, lutar e desenvolver todas as iniciativas para que seja aprovada esta proposta do Partido Socialista, que deu entrada na Assembleia da República e apelamos a todos os partidos que, a bem da Guarda, se unam na aprovação desse Projeto de Lei. A moção que apresentamos vai nesse sentido, pelo que apelamos a esta Assembleia que delibere: 1º - Instar a Câmara Municipal da Guarda a desenvolver todos os esforços para que seja aprovada a proposta do Partido Socialista que deu entrada na Assembleia da República para abolição das portagens nas ex-SCUT; e 2º - Remeter a presente moção ao Senhor Presidente da Assembleia da República, para este dar conhecimento a todos os grupos parlamentares com o nosso

apelo a que todos os partidos se unam na aprovação desse projeto de lei de eliminação das portagens nas Ex-SCUT. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, permita-me só que chame à atenção, utilizou aí uma palavra que é: que a Assembleia Municipal delibere. Está definido e na vossa proposta é: aprova. Pode ser? Ok, muito obrigado. Dava a palavra a alguma senhora Deputada ou senhor Deputado que se desejasse pronunciar sobre este tema... Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Em relação a esta proposta, claro que o PG votará a favor. É uma medida pela Guarda e por isso não podíamos ter outra posição que não ser favoravelmente. Esperemos que não demore tanto tempo como os últimos nove anos nestas reduções progressivas. Ainda assim, há que reconhecer o trabalho da Ministra Ana Abrunhosa, que fez esse trabalho progressivo de diminuição das portagens. E estamos aqui também um bocadinho a desafiar uns e outros para falar. O PSD antigamente tinha a posição do utilizador/pagador, perceber se mantém ou se vai também acompanhar esta proposta do PS em que nós nos revemos. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada Bárbara Xavier, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Apenas para dizer que, obviamente, votaremos a favor e pedíamos a substituição, foram apresentadas mais do que uma proposta na Assembleia da República, inclusivamente o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta no mesmo sentido. Portanto, esperemos que não só a proposta do PS seja aceite, mas todas as propostas que defendem o interesse da Guarda que, neste tema que estamos a falar agora, é urgentíssimo que se eliminem as portagens, seja em termos de utilidade para os cidadãos, como das próprias empresas da Guarda. É uma luta muito grande do Bloco já há demasiado tempo, portanto, que seja agora que se cumpre.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja intervir. Eu faço, de novo... é recorrente. Há pouco tínhamos setenta e cinco deputados, agora temos sessenta e sete. Isto é um entra e sai, um sai e entra. Já não sei que mais apelo ou que melhor apelo hei de fazer. Sinceramente, não sei que apelo hei de fazer. Fiz este apelo, há dias, na reunião dos

líderes que se realizou no dia 20. Faço, mais uma vez, o apelo. Penso que não haverá mais ninguém para se pronunciar, mais nenhum senhor Deputado. Então, colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Eliminação das Portagens nas Ex-SCUT** -----

- Aprovada, por maioria, com cinquenta votos a favor e dezassete abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Bom dia a todos. Cumprimento todos, incluindo quem nos ouve fora aqui do hemiciclo, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. O Chega não podia deixar de dizer sim a esta moção. Como sabem, o tema que me é caro é o desenvolvimento económico. Eu costumo discordar, ou melhor, anormalmente concordo com o que o PC, que teve uma intervenção, o Partido Comunista teve uma intervenção no início desta Assembleia, dizia eu, discordo normalmente. E anormalmente concordo com o que o PC poderá ter dito. Dito. Feito, nunca concordaria. Disse o PC que as políticas praticadas por esta Câmara Municipal é da caça ao voto. Que é mais importante, para esta Câmara Municipal, dez votos, do que captar dez novos residentes. Isto prende-se ao que eu chamo de desenvolvimento económico. Sem desenvolvimento económico, não fixamos pessoas aqui. Esta perspetiva da acessibilidade ao Interior ser gratuita na perspetiva rodoviária, é muito importante nesta equação de desenvolvimento económico. Assim potencializamos esse dito investimento de que eu falo. Nesta perspetiva, foi o meu sim. É fundamental este tipo de iniciativas que efetivamente capturem riqueza, desenvolvimento económico, e que fixem pessoas. É importante a caça aos residentes e não a caça ao voto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de voto? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. O grupo municipal do PSD absteve-se porque nós hoje assistimos aqui a um dos maiores exercícios de hipocrisia que esta casa algum dia teve oportunidade de assistir. O Partido Socialista, que agora vem aqui propor a abolição integral das portagens, é o mesmo Partido Socialista que nas três últimas legislaturas, na última, em treze projetos de

resolução ou projetos de lei, votou contra as propostas do PSD e de outros partidos para redução ou abolição de portagens. Na décima quarta Legislatura, votou contra doze propostas de projetos de lei e de resolução apresentadas pelo PSD e outros partidos. E na décima terceira votou contra seis. Portanto, este partido que votou contra estas propostas de resolução, vem hoje, depois de perder as eleições, fazer esta proposta. E eu pergunto à bancada do PS, então, se teve a oportunidade, para o orçamento de Estado de 2024, de integrar essa sua vontade, porque não o fez? Porque, provavelmente, sabia que tinha possibilidades de ganhar e não se quis comprometer com isso. E agora, depois de saber que perdeu, é que vem lançar isto a público. Até porque, eu recordo, no passado dia 24 de fevereiro, ainda era Governo em gestão, foi proposto pelo PSD uma redução das portagens e o PS, mais uma vez, de acordo com aquilo que é o seu histórico, votou contra. Muitos parabéns, pela hipocrisia, Partido Socialista. E mais, deixem-me dizer-vos, tomara eu que abolissem o IRS, o IRC, o IMT, o IVA. Tudo! Vamos abolir todos os impostos. Acho que ninguém discordaria. No entanto, isso é no mundo utópico. Na realidade, os impostos são necessários para fazer face às nossas despesas, ao nosso dia a dia. Daí que ninguém se pode comprometer com uma descida de impostos, quando há outras prioridades que têm que ser atendidas, designadamente a redução do IRS. Essa é a prioridade. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, declaração de voto? Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Votei a favor com toda a convicção. Eu nunca me posso abster em coisas que sejam nucleares para a Guarda. Votarei sempre a favor. E espero que, no futuro, aqueles Deputados que votaram a favor da abolição, mantenham a coerência de voto. Que se mantenha, efetivamente, essa tendência de voto, que temos o assunto resolvido.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Ora bem, dizer que eu corroboro na íntegra aquilo que o meu colega de bancada aqui disse, porque, de facto, isto é hipocrisia e demagogia. São as duas coisas juntas. É evidente que ninguém aqui é a favor de

portagens. Obviamente que não, independentemente dos custos de contexto. Agora, foram os senhores do PS que estragaram a própria emoção. Estragaram-na quando colocam aqui um parágrafo em que dizem: as portagens são, por isso, um custo de contexto que, neste momento, é possível eliminar. São os senhores que dizem isto. Mas, ao contrário daquilo que os senhores dizem, a vossa zeladora do Interior, Dra. Ana Abrunhosa, no dia 24 de outubro de 2023, na Covilhã, disse: «Não temos condições políticas, nem geopolíticas, nem de outro nível, para continuar a reduzir as portagens». Mas disse mais: «Acho que hoje não deve ser a medida prioritária de qualquer Governo reduzir as portagens». E terminou, dizendo: «A abolição de portagens está cada vez mais longe». Foi ela que o disse.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Penso que não há mais nenhuma declaração de voto. Ainda há tempo. Deseja? Está inscrito, para o período sobranete, o senhor Deputado João Correia. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja ainda utilizar o tempo dos partidos. Estão escritos, também, o senhor Deputado Miguel Borges e o senhor Deputado João Vaz, chamando à atenção para o tempo existente. O Partido Socialista tem três minutos e vinte e sete. O PSD, dois minutos e quarenta e três. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Eu pedi para a eventualidade de demorar um pouco mais do que o tempo que neste momento disponho, eu pedi, e agradeço desde já, ao Deputado do Chega, a concessão dos quatro minutos que tem. Então, vou dispensar os cumprimentos que já o fiz aqui esta manhã e vou direto à minha intervenção. Senhor Presidente, Eng.º Sérgio Costa, deixe-me dar-lhe os parabéns pela sua iniciativa e capacidade de execução, tendo conseguido, sozinho, oferecer aos guardenses algo que há muito sonhavam e ansiavam. Finalmente, a Guarda recebe um Monumento ao 25 de Abril e vê cravos estilizados irromper da terra num ambiente vulcânico. O senhor Presidente escolheu bem o momento, que é a festa do quinquagésimo aniversário e escolheu bem o reputadíssimo autor e o respetivo projeto. Escolheu e organizou tudo, no recato, como é seu apanágio. O segredo é a alma do negócio, dirão alguns. Parabéns, senhor Presidente. Demonstra, mais uma vez, coragem e determinação, dirão outros. Sem qualquer prazer em estar no contra e sendo uma obra de importância inquestionável, como todos reconhecemos, e sem querer

colocar em causa a qualidade, a estética ou outros atributos do monumento, há, contudo, questões que se levantam, quando abordamos a gestão da coisa pública. Nomeadamente, não devia o monumento ter sido objeto de um concurso de ideias? Não devia ter havido mais tempo para desenvolver ideias? Não devíamos ter envolvido a sociedade civil e, inclusivamente, todos os políticos que estão aqui presentes nesta Assembleia e envolver os políticos que estão no Executivo, na Vereação? Obviamente, obrigaria nomear um júri, seguir procedimentos legais e, quiçá, no final, as críticas seriam exatamente as mesmas e seriam os mesmos a criticar. Provavelmente, sim. Mas era mais correto. Também ouvimos dizer que o contrato seria chave na mão. Mas, surpresa, no dia da inauguração, foram apresentados agradecimentos, mais do que justos, provavelmente, aos funcionários da autarquia envolvidos. Chave na mão, funcionários da autarquia envolvidos, agradecimentos. Há um ano atrás, na minha intervenção na Sessão Solene de 25 de Abril, nesta sala, referindo-me a uma das mais belas conquistas da democracia que é o poder local, afirmei o óbvio, dizendo que a Guarda tinha escolhido não dar maioria absoluta a nenhuma força política e que os eleitores e passo a citar o que afirmei «pretenderam limitar o poder executivo e deliberativo de quem obteve maioria para governar, obrigando a partilhar decisões». E afirmei, ainda, a título de desafio, «há que fazer um esforço para cumprir tal vontade», textualmente. Senhor Presidente, o povo que lhe confiou a maioria relativa, fê-lo porque confiava numa solução de diálogo e partilha. Maioria relativa. E à maioria, porque é relativa, exige-se esclarecimento, exige-se partilha de ideias, exige-se colaboração, exige-se diálogo, exige-se boa vontade, exige-se transparência. O Movimento que dirige teve a maioria, mas a maioria não votou no PG. E isto é uma realidade. Quando afirma que os guardenses votaram no seu projeto, tem alguma razão. Mas a realidade é que votaram numa atividade que lhe é adversa, denominada capacidade de buscar entendimentos. Foi isso que os guardenses votaram. Quando não se segue a via adequada, corremos o risco de ir em contramão, convencidos do contrário. Perante os avisos, assobia-se para o lado. Surgem então os problemas e as contrariedades. Aí, as culpas sobram para os outros. E nada melhor do que aproveitar uma intervenção numa Sessão Solene de elevada importância, para lhe dar um sentido de orientação pouco salutares e de forma despropositada e fora do contexto. Surge, então, a tentativa de vitimização pública. Não faça isso mais, senhor Presidente. O que está em causa é o

futuro do concelho da Guarda. Não, obviamente que não vamos dar as mãos e cantar um qualquer hino de alegria de amizade. Não é isso que pretendemos. Mas relembro, palavras-chave: partilha, diálogo, discussão e transparência. Não é pedir muito. Senhor Presidente, apesar das minhas críticas nesta intervenção, dou-lhe, mais uma vez, os parabéns pela sua escolha do Monumento do 25 de Abril. Para finalizar, lembrar só que amanhã é o Dia do Trabalhador. Ainda há muito caminho para andar no mundo do trabalho, nomeadamente na segurança e na saúde dos trabalhadores, mas claro e principalmente também na retribuição justa do trabalho que, em Portugal, nem sempre vai no melhor caminho. Deixo aqui um Viva ao 1º de Maio. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Dava agora a palavra ao senhor Deputado Miguel Borges e depois ao senhor Deputado João Vaz.” -

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, eu espero ser breve. Antes de mais, queria fazer um voto de congratulação. Queria fazer um voto de congratulação a quatro mulheres. A quatro mulheres desta Assembleia. Quatro mulheres que foram escolhidas pelos Partidos para serem candidatas à Assembleia da República e é bom perceber que os Partidos valorizam as Deputadas e os Deputados deste Órgão. É pena que, quem talvez mais nos tivesse que valorizar, não nos valorize tanto. E, portanto, desse sentido, como é óbvio, não correram as eleições da forma que eu pretendia, mas gostava, penso até que deveria ser o senhor Presidente a tomar esta atitude, mas, portanto, aqui o meu voto de congratulação a essas quatro mulheres que representaram a Guarda e que também representaram esta Assembleia Municipal. Depois, relativamente à questão das portagens, dizer-vos que esta mesma moção vai ser apresentada em todos os concelhos do nosso distrito. Em Foz Côa foi aprovada por unanimidade. Em Almeida, esta moção, foi aprovada por unanimidade. E dizer-vos, o Partido Socialista, durante estes dois anos, neste fórum, sempre votou favoravelmente todas as moções que tinham a ver com o futuro da Guarda, independentemente de serem ou não contra o Governo. Vocês são prova disso. Vocês são prova disso. Assistimos agora exatamente ao contrário. E percebe-se claramente a diferença entre o que é o PSD na Guarda e o que é o PS na Guarda. Nós, antes de mais, somos pela Guarda. Pela Guarda, entre aspas. Pela Guarda, entre aspas. No entanto, somos a favor do desenvolvimento da Guarda e é isso que nos move. Temos pena, temos pena que por questões político/partidárias nacionais,

o PSD e o CDS venham votar desta maneira aquilo que é realmente de interesse para a Guarda. Vocês são a prova de que o Partido Socialista sempre votou favoravelmente coisas que iriam contra o nosso Governo. E achamos que deve ser esse o comportamento de qualquer Deputado nesta Assembleia. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado João Vaz. Pedia-lhe o seu poder de síntese para os cinquenta segundos.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, novamente, bom dia. Dizer-lhe que, naturalmente, me associo à preocupação que já tem vindo a trazer a todas as Assembleias e estou solidário com a dificuldade que será controlar os votos com as constantes entradas e saídas da sala. Dizer que, da minha parte, eu hoje já saí da sala uma vez. A razão foi isto aqui que está na minha mão. Dizer-lhe que se quer resolver parte destes problemas, use a sua influência e faça cumprir as moções que são aprovadas nesta casa. O PG, constantemente, diz que não aceita mandatos. Pois este mandato aceitou, votou, por unanimidade, a moção que dizia que, em seis meses, seriam substituídas as garrafas de água de plástico e seriam postos distribuidores de água pela Câmara da Guarda, inclusive dentro desta sala. Faça cumprir as moções que são aprovadas nesta Assembleia e eu já não preciso de sair mais daqui.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Aceito o repto. Mas, pelo que eu vejo das mãos dos senhores Deputados, quando saem e quando entram, não me parece que seja uma questão de água. Tem a palavra o senhor Deputado José Rodrigues. Estivemos a contar o tempo, dois minutos e quinze segundos. Muito obrigado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Novamente, dizer ao Deputado João Vaz, também meu amigo, foi bem jogado e vai dar um bom número para o clipe no Instagram. Portanto, foi bem feita esta, parabéns. Queria falar aqui só uma coisa rápida. Nós recebemos, na última Assembleia, uma resposta, no dia antes da Assembleia, da ULS, quer a uma moção do PG, quer a outra do Bloco. As respostas da ULS são cópia, quase integral, decalcada, uma da outra. Dão assim umas notas gerais inconclusivas, não respondem às questões que foram colocadas de forma cabal. Acho que se perdeu, não

uma, mas duas oportunidades para discutirmos a saúde que já tinha sido aqui mencionado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. À volta de um minuto. Um minuto.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom, bom dia, mais uma vez e, na pessoa do senhor Presidente, cumprimento toda a gente. Dizer que eu também gostaria que, por unanimidade, estivéssemos todos a favor da abolição de portagens, mas, mesmo assim, eu acredito que o PSD vai acabar com as portagens. É uma questão de fé. Uma outra coisa que eu queria sublinhar, em relação ao texto conciliador do meu amigo João Correia, dizer-lhe que não há ponte que não tenha dois sentidos. E eu penso que o essencial da sua... não, não. É no sentido de nos encontrarmos e nos cumprimentarmos. Por isso, eu até sou dos poucos que cito, normalmente, o Major Vítor Alves, porque, efetivamente, fazia esse papel no Conselho da Revolução. Era, de certa maneira, o homem ponte, o diplomata. E eu penso que era importante que passasse a escrito o texto que leu, para que efetivamente todos os Vereadores do Executivo lessem e nele meditassem. Eu digo todos. Todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faz favor, senhor Deputado. É o tempo concedido pelo Chega. Muito obrigado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “É muito rápido. Obviamente que o PSD já deu provas há muito tempo, não é de agora, que é a favor do desenvolvimento. E, portanto, como disse o Deputado José Valbom, é óbvio que nós somos a favor. E não há ninguém que seja a favor de portagens, como é óbvio. Quem é que é a favor de portagens? Obviamente que não. Agora, o PS traz a esta Assembleia, hoje, três documentos completamente armadilhados, como é evidente. Vêm aqui com uma forma... nos últimos vinte anos, estiveram quinze anos no Governo, como já aqui foi dito. Não foram capazes de fazer aquilo que as zeladoras andaram aqui a fazer no distrito, andaram para aqui a fazer o seu trabalho e não conseguiram fazer. Não concretizaram nada. Obviamente que chegam aqui e fazem pressão. Dizem para o senhor Presidente da Câmara: olhe, vá agora, com uma malinha, a Lisboa, porque agora sim, agora está lá o PSD. Está lá há dias e o senhor Presidente da Câmara vai lá fazer o

serviço. Viraram-se para o Presidente da Câmara, a recomendação e a moção. O que eles não conseguiram fazer, estão a imputar aos outros agora que estão lá há quinze dias. Obviamente que este Governo, eu confio que vai fazer o seu trabalho. E quando eu trouxe aqui à colação as afirmações da Ministra Ana Abrunhosa, que é uma pessoa que foi Ministra da Coesão e disse o que disse, foi para sustentar também o nosso sentido de voto. Portanto, nós seríamos a favor das portagens em condições normais, não podemos é aprovar um texto desta natureza. Isso é que nunca. Portanto, haja seriedade na política.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. É que tem mesmo dois segundos.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Só para dizer que isto aqui estava no nosso programa eleitoral e para nós, aquilo que está no nosso programa eleitoral, é mesmo o nosso programa eleitoral. Não é dizer que 3 mil milhões são 300 mil, uma coisa assim parecida.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Dava agora a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal. Quinze minutos, se faz favor.” ----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimentá-lo a si, à Mesa, a todos os Vereadores do Executivo, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores Deputados Municipais, às Chefias da casa, aos Colaboradores do Município, ao Público que aqui assiste, à Comunicação Social e a todos aqueles que assistem online a esta Assembleia Municipal, considerem-se todos cumprimentados. Tentarei ser breve. Falou-se aqui sobre auditoria externa à aquisição de imóveis. De repente, parece que agora se quer arranjar um caso onde ele não existe. Mas parece que agora também alguém já se preocupa com o orçamento. Lembram-se do orçamento? Foi há poucos meses atrás. Mas ainda bem que todos se preocupam com o orçamento e é bom que haja orçamento. Quanto mais não seja o orçamento de 2023 modificado, que é aquele com o qual nós estamos a governar neste momento. Mas devemos recordar que todas as aquisições são aprovadas em reunião de Câmara. E devo agradecer a todos os Vereadores, para além do Movimento Pela Guarda, à Vereadora do Partido Socialista, aos senhores Vereadores do Partido

Social Democrata que, sensíveis a esta matéria, têm ajudado a votar, por unanimidade, todas estas propostas. E naturalmente que devemos agradecer porque estamos todos imbuídos exatamente do mesmo espírito. Espírito esse que vai ao encontro daquilo que está plasmado na Estratégia Local de Habitação. E todas as aquisições que foram aprovadas até hoje na reunião de Câmara, estão vertidas na Estratégia Local de Habitação que esta Assembleia aprovou em setembro de 2023. Nem mais, nem menos. Aliás, ainda falta muito. Ainda faltam muitas aquisições para cumprir a totalidade da Estratégia Local de Habitação. A Estratégia Local de Habitação que é um todo e, naturalmente, nós estamos a fazer uma das partes para conseguirmos a sua concretização. Devo dizer também que as contas, as aquisições subsequentes, enfim, tudo isso, são verdadeiramente auditadas todos os anos. Há um relatório que o Revisor Oficial de Contas, - deve estar nas contas, depois já falaremos sobre isso - e está lá plasmado. Quando não há reservas é porque as coisas foram todas bem feitas. Não é desde agora, é desde sempre. Por isso é que a Câmara Municipal da Guarda, tal como as outras trezentas e sete Câmaras do país, são obrigadas a contratar o serviço de um Revisor Oficial de Contas, aprovado pela Assembleia Municipal, precisamente para auditar todas estas matérias. E por isso ainda bem que assim é, porque não há qualquer dúvida sobre a legalidade de tudo aquilo que está a ser executado. Nós só não queremos é que, de repente, alguém queira bloquear a nossa governação também nesta matéria. Já agora, era o que faltava. Nós só estamos, tão só e simplesmente, a dar seguimento àquilo que foi aprovado aqui nesta Assembleia Municipal. E, depois, à tarde, à tarde ou de manhã, não sei, nos pontos relativos à habitação falaremos mais em pormenor. A menos que alguém esteja preocupado com o ritmo que nós estamos a impor e aquilo que nós pedimos é que nos deixem trabalhar. -----

Sobre o plano de ação municipal de promoção do livro e da leitura, um bom documento, enquadrador, naturalmente que sim. Mas, e tal como já foi referido pelo Deputado Daniel, esta estreita articulação entre a BMEL e as bibliotecas escolares... BMEL é igual a Câmara. É bom, já agora, recordar. BMEL, é Câmara. Museu, é Câmara. TMG, é Câmara. Não há duas figuras distintas. Elas existem porque estão na hierarquia da Câmara, estão na nossa lei orgânica. E é o braço armado da Câmara Municipal, precisamente para o livro e para a leitura, entre outras matérias, no caso concreto da BMEL. Esta boa

articulação que tem havido, esta preocupação da senhora Vereadora também, entre a nossa BMEL e as bibliotecas escolares; a nova viatura itinerante, a outra pifou, temos que comprar uma, são 40 mil euros ou quase que vamos gastar numa viatura itinerante. E sem financiamento, vejam só. Mas temos que adquirir, porque, de facto, é uma necessidade para dar continuidade a esse projeto que já tem décadas. E, de facto, é dessa forma também que nós chegamos, através do livro e da leitura, às nossas freguesias, às nossas ERPI, às praias fluviais e, naturalmente, no futuro, a outros sítios mais que se possa ir, desde que haja recursos humanos e financeiros para tal. Porque é isso naturalmente que nos limita. E já foi aqui falado também sobre o Guarda-Livros, do Primeiro Salão do Livro e da leitura, que este ano vamos para a segunda edição. É bom que depois comecem a apontar nas vossas agendas e, já agora, que vão lá. Não é só aqui dizermos algumas coisas, mas depois, quando são as iniciativas, ninguém lá põe os pés. A começar por aqueles que tanto criticam. Ainda bem que estão aqui algumas caras que eu bem vi no ano passado. Ainda bem. E é um desafio que lanço a todos, que possam participar nestas boas iniciativas, que custam dinheiro, mas que são muito importantes, naturalmente, para toda a nossa sociedade. E referir também a rede de Bibliotecas da Comunidade Intermunicipal, onde a BMEL lidera num vasto projeto. E, de facto, nós estamos gratos por esse trabalho que os técnicos da autarquia estão a fazer nesse sentido. Enfim, fomentar todas as iniciativas do livro e da leitura serão sempre bem-vindas. É esse o caminho que todos nós devemos fazer em uníssono. -----

A Deputada Cláudia Guedes falou aí sobre a questão do festival de teatro amador. Relembrar apenas o apoio que o Município, através do Museu, já dá, a quatro grupos de teatro amador no nosso concelho, anualmente. Quatro. Já temos quatro. Alguns já existiam, outros, entretanto, já foram criados. Mas é essa a nossa aposta também, ajudar no apoio à criação local e depois com os espetáculos itinerantes que eles vão tendo, seja no concelho, seja fora dele. E outro projeto também que nós temos, que é o teatro nas escolas. E, ao que nos dizem, esse projeto teatro nas escolas está a correr muito bem e veremos, no final, qual é que será o bom resultado, e que toda a população merece e deve ver esse bom trabalho, deste grande projeto que está a ser feito nas nossas escolas. É assim que nós estamos a fazer o caminho e essa será, eventualmente

poderá vir a ser, no futuro, quem sabe, também como outra iniciativa, desde que nós tenhamos naturalmente as condições para tal. -----

Sobre a moção em relação, aliás, ela quase que sintetiza isso, a carta que eu enviei, o Presidente da Câmara da Guarda, aos candidatos a Primeiro-Ministro. Ainda bem que ela foi aqui falada. Mas é bom falarmos de todos os pontos, já agora. Eu sei bem fazer o meu trabalho de casa, no recato, nos gabinetes da governação, fosse no tempo do Partido Socialista, seja no tempo do Partido Social Democrata e do CDS, da AD. Eu sei bem fazer isso. Não preciso que me digam como fazer, porque aprendi como é que essas coisas podem e devem ser feitas, no respeito, sempre, por quem está na governação. Foi assim que sempre fiz e é assim que sempre vou continuar a fazer. Mas recordar, já agora, então, aqui os pontos. Situação do Porto Seco: está parada a adjudicação. Sabem porquê? Porque está engatilhado o financiamento. Porque sem a reprogramação do PT2030, para que a APDL possa ser beneficiária, não pode haver a adjudicação do Porto Seco. Esperemos que isto se resolva nas próximas semanas, porque já vem há alguns meses a ser tratado, agora que já estão assinadas todas as ITI, as oito ITI das Comunidades Intermunicipais na região centro. Esperemos que, em poucas semanas, isso fique resolvido. A adjudicação está pronta a ser feita, mas, sem garantia de financiamento, estão proibidos de o fazer nos termos dos seus regulamentos internos. E, já agora, que as obras da linha da beira alta rapidamente finalizem ou caminhem para o final, que é para o estaleiro ser liberto. Não é só colocar lá um outdoor, conforme já lá está. Não sei se repararam, mas já lá está um outdoor. Alguns, não sei se alguém já reparou. Já lá está o outdoor do Porto Seco. Mas é importante que haja a consequência de tudo isto, que seja aprovada ou feita a reprogramação sobre as entidades beneficiárias e também acabar com as obras da linha da beira alta, que todos bem precisamos, muito para além do Porto Seco, para que a nossa economia possa funcionar. Falar da UEPS. Ó senhor Presidente da Assembleia, permita-me dizer que alguns até se deviam benzer antes de falar na UEPS, não querendo misturar a espada com a cruz. Cada um no seu sítio. Ainda bem que todos agora falam bem da UEPS. Ainda bem! E que grande medida que nós, Executivo Municipal, tomámos, para concretizar a vinda dessa gente para a Guarda, que não estava cá. Vai em sessenta e esperamos que, no médio prazo, possa chegar aos duzentos e cinquenta. É assim, com este tipo de políticas

encorajadoras, que trazemos pessoas para a terra. Pessoas que estavam espalhadas pelo país e que agora é na Guarda que se querem fixar e fixar as suas famílias. Já lá estão sessenta e podem chegar até duzentos e cinquenta militares, homens e mulheres. E essa, de facto, foi uma grande medida. Posso-vos dizer que, nas últimas décadas, não houve uma medida igual neste serviço em concreto. Aliás, depois do encerramento do RI12, o saudoso RI12, nos anos 70, nós ficámos deficitários da vida militar. E, portanto, temos agora um novo quartel militar. Ainda bem que hoje em dia todos falam bem da UEPS, que ela veio para a Guarda e que ela está ali bem instalada. -----

Sobre o plano de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. Bom, eu devo referir, uma vez mais, o papel crucial que a Câmara Municipal da Guarda teve neste processo, no início. 22 de agosto de 2022, está escrito, é público sobre como começou este processo. Bom, mas o ponto de situação deste processo, o anterior Governo, na Resolução do Conselho de Ministros, plasmou, digamos, todos os eixos de todas as intervenções. Elas estão todas afuniladas, 99,9% estão todas definidas. Falta uma coisa agora, dizer quais é que são as gavetas para ir buscar o 155 milhões de euros. É o que falta. Porque uma coisa é escrever e foi bem escrito. E devo dizer aqui, honra seja feita e um agradecimento à senhora Ministra Ana Abrunhosa, que foi uma mulher que lutou pelo Interior na sua pasta. Com todas as virtudes, com todos os defeitos que possa ter, mas, neste caso concreto, lutou muito pelo plano de revitalização. Eu sou testemunha, dois dias antes do Conselho de Ministros, em reunião que tivemos para que pudesse ser concretizado este desiderato da nossa região. Mas agora, de facto, falta dizer o novo Governo onde é que são as gavetas, a A, a B ou a C, porque a Câmara da Guarda já está a fazer projetos. Já estamos a investir centenas de milhares de euros em projetos para que depois possa ser concretizado o plano de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. Bom, sobre Hotel Turismo, acho que ninguém devia falar mesmo sobre ele. Ou então todos deviam falar. Foram catorze anos. Há catorze anos que está fechado. Cinco Governos passaram dos vários partidos, com mais geringonça, com menos geringonça, com mais AD, com menos AD. Catorze anos, cinco Governos passaram. Aquilo que devemos fazer é dar-mos todos os braços para que se resolva rapidamente este que é já um problema da Guarda, é um problema do país, é uma extrema necessidade que nós temos para resolver a questão do Hotel Turismo. Bom, mas faltou

dizerem aqui mais algumas coisas que foram na carta, como a totalidade das obras da segunda fase do Hospital Sousa Martins, o nosso Hospital, é bom não esquecer tudo isto, é a totalidade das obras; as novas residências para o Instituto Politécnico; as novas instalações para o Comando Territorial da GNR, a ligação segura para Coimbra, o IC 7, e é por essa via que a Guarda deve lutar para ligar à capital da região centro, à autodeterminada capital da região centro, onde estão centros de poder na região centro; para além da variante da Sequeira e dos Galegos. É bom que todos, sem exceção, não se esqueçam de todas estas necessidades que podem e devem ser executadas no tempo de uma legislatura normal, nos ditos quatro anos. E, naturalmente, todos devemos ser responsáveis por lutar pela sua concretização. -----

Sobre as questões que aqui foram colocadas da sustentabilidade ambiental.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, dois minutos e quarenta e cinco segundos. Peço-lhe o seu poder de síntese.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Após os incêndios de 2017, foi feito um forte investimento nas margens do Rio Diz e do Rio Noéme. É bom recordar que foi feito. À época, se não me falha a memória, foi mais de meio milhão de euros que foi investido em trinta quilómetros de Rio Noéme e uma pequena parte do Rio Diz. Trabalhos esses, da limpeza das margens, que foram validados e acompanhados pela Agência Portuguesa do Ambiente. Mas há alguma dúvida sobre a forma como o dinheiro foi investido e onde é que foi investido? Foi validado pela Agência Portuguesa do Ambiente e por isso esse trabalho foi feito. Claro que, depois, a seguir, foi votado ao abandono e é um trabalho que agora vai ter que ser recuperado. E, já agora, sobre essa questão da poluição, há um processo que está a decorrer no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, veremos quais serão as suas conclusões de todo o processo que lá está a decorrer. Sobre a questão das perdas, já aqui foi falado da redução dos 40% para os 26%, que não podemos estar satisfeitos, de todo. Não podemos baixar os braços. É um grande desafio para a APAL, para as Águas Públicas em Altitude, para que nós possamos, naturalmente, ter mais equipas dedicadas à redução das perdas, à redução das afluências indevidas. E isto são ganhos, naturalmente, para se poder fazer também mais investimento. Sobre a questão do concurso público dos biorresíduos, já vamos no quarto. Há pouco falávamos, aqui o senhor Vereador, a base para este concurso foi um estudo da CCDRC. Dos custos. E foi

com base nesse estudo que nós lançámos o concurso com os preços que estavam plasmados nesse estudo. Sabem em quanto é que já vai? Já vai no dobro do estudo da CCDR. Pois é, é desta forma que o mercado reage ou não reage. E por isso nós não podemos, de uma forma desmesurada, e de repente, duplicar valores. Porque senão nós estamos a fazer um mau serviço. E estamos a caminhar para, e esperamos que seja desta, é esta esperança que temos, que seja adjudicado os biorresíduos. Porque o investimento está feito e naturalmente urge e importa iniciar esse processo de recolha nesse projeto piloto aqui na nossa cidade. -----

Depois, foi aqui referida a questão das portagens. Bom, é uma matéria que nos une a todos, sem exceção. Acho que não há nenhum guardense, não há nenhum habitante de Bragança a Beja, falando neste que é efetivamente o Interior... este é o Interior, já agora. Não é a A41. Porque eu já vi a A41 e um troço para a A42 que agora, de repente, também já é Interior. E também já vi na A13 Coimbra na A13- que também já é interior. Eu sei aquilo que vai ser apresentado na quinta-feira na Assembleia da República. Eu sou conhecedor do documento. Mas vejam lá se agora, a coberto daquilo que é verdadeiramente o Interior, que é a A24, que é A23, que é A A22 no Algarve, que é a A25 e que há aqui mais uma ou outra, não as consigo saber de cor, mas se, a coberto disto, agora, de repente, não vão mais algumas que dão jeito aqui nos grandes centros do país. Já agora, que seja mesmo as portagens do Interior, do autodenominado Interior e que não sejam as portagens do denominado Litoral.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, estou a terminar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “É apenas dar aqui uma nota sobre o 25 de Abril. Senhor Deputado João Correia, agradecer a elevação com que falou, naturalmente. E, de facto, é um monumento que nos deve orgulhar a todos, porque, ao fim de cinquenta anos, houve alguém que teve a coragem de fazer o Monumento aos cinquenta anos, muito mais do que aos cinquenta anos, um Monumento ao 25 de Abril de 1974. Senhor Deputado, todo o programa, inclusive o Monumento, foi elaborado em articulação com a Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril, que foi designada de entre

os membros da Comissão Executiva. Tudo foi dialogado, tudo foi falado no seio deste grupo de trabalho e que agradeço, publicamente, uma vez mais, o seu magnífico trabalho que fez e que continua a fazer. Mas, senhor Deputado, também devo dizer uma coisa e aqui é um lamento. Devo agradecer os contributos que os representantes dos partidos políticos não deram para as Comemorações do 25 de Abril. Ainda estão a tempo. Ainda estão a tempo. É que nós tivemos o cuidado de designar representantes de todos os quadrantes políticos, de todas as áreas da sociedade. Mas nem uma contribuição. Ainda estão a tempo, desde que não seja uma coisa utópica. Mas ainda estão a tempo para que se possa, naturalmente, enquadrar nas comemorações, conforme nós já dissemos, ir-se-ão desenvolver até ao final do ano. Meu caro Deputado, é essa mesma a nossa preocupação, a partilha, o diálogo, a transparência e contra a política do bota-abaixo a que nós temos vindo a assistir ao longo dos últimos tempos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 2.1 - Proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, agora, ao período da ordem do dia. E o primeiro ponto, denominado Ponto 2.1, é a proposta de alteração ao Regimento, nomeadamente aos artigos 37º e 36º do Regimento. A proposta que a Mesa traz é sensivelmente idêntica nas suas conclusões, apenas tendo sido acrescentado aqui que foi objeto de apreciação e de discussão na reunião de líderes e de deputados independentes, realizada, creio eu, no dia 17 de abril findo. E, portanto, esta é a proposta que já foi falada e que se traduz no cumprimento do parecer que diz que a discussão dos assuntos de interesse municipal, segundo dizia o parecer, devem deixar de constar no artigo 37º e passar a constar no artigo 36º, como está ali na alínea a) do número 1 do artigo 36º. O artigo 37º é renumerado, mantêm-se os 10 primeiros números, eliminando-se os números 11,12 e 13 e o número 14 passou a número 11. Esta, em resumo, é a proposta no sentido de repor a legalidade do Regimento. Não sei

se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se. Penso que não. Deseja? Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Sobre esta questão, temos que deixar uma nota negativa pela forma como foi feito, por iniciativa da Mesa da Assembleia Municipal, o pedido de parecer à CCDR Centro, sem qualquer consulta aos representantes dos grupos municipais, em que a Mesa questiona, pela positiva, de forma concludente, sobre a ilegalidade deste ponto. Os Deputados Municipais acabaram, assim, por ser surpreendidos, na última Assembleia Municipal, pela proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal da Guarda para a eliminação deste ponto, sem qualquer discussão prévia e sem que lhes fosse dado conhecimento de nada, nomeadamente sobre o que motivou aquele pedido de parecer. Ora, o grupo municipal do Partido Socialista, em nome da transparência e da democracia, teve assim que se insurgir nessa Assembleia contra o que entendeu ser uma irregularidade, exigindo que se desse cumprimento à norma prevista no artigo 69º do atual Regimento, que exige que as alterações ao Regimento sejam precedida dos formalismos aí elencados, a saber: refere no ponto 1 que o presente Regimento pode ser alterado pela Assembleia Municipal, por proposta da Mesa, de um grupo municipal ou de pelo menos um terço dos seus membros e que, admitida qualquer proposta de alteração, a sua apreciação é feita por uma comissão ou grupo de trabalho expressamente criados para o efeito. E as alterações do Regimento devem ser aprovadas por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções, entrando em vigor no dia seguinte ao da sua publicitação. Ora, norma esta que não foi cumprida com a proposta de alteração apresentada na última Assembleia Municipal de 27 de fevereiro. Foi, entretanto, em meados de abril, convocada uma reunião de conferência de representantes, que o senhor Presidente da Mesa aqui referiu, no dia 17 de abril, com o objetivo então de apreciar e discutir sobre essa proposta de alteração, onde se concluiu pela sua apresentação, nesta reunião ordinária da Assembleia Municipal, em virtude da posição tomada pela CCDR Centro no seu parecer, que concluiu pela ilegalidade do ponto destinado à discussão de assuntos de interesse geral municipal e por não haver outro parecer em contrário. Com a retirada deste Ponto 2.1, lamentamos que se perca um ponto que servia de fórum de discussão sobre questões de interesse para o município neste órgão, que é o órgão autárquico

representativo do município, um órgão democrático por excelência, responsável pela fiscalização do executivo, de acordo com o princípio do *checks and balances*, e onde os eleitos dão voz à população que representam. Em diversas assembleias municipais pelo país a fora, arranjaram-se soluções legais para proceder ao debate de assuntos de interesse geral para os municípios respetivos, através de mecanismos previstos regimentalmente, nomeadamente a realização, em cada semestre, de debates específicos sobre matérias de política municipal ou a realização de debates temáticos, de debates para declarações políticas a realizar bimestralmente em sessões extraordinárias para o efeito, debates anuais sobre o estado da cidade, a organização de sessões trimestrais de perguntas ao executivo ou de debates sobre a atualidade, que podem ser realizados até duas vezes por ano. Com a eliminação deste ponto, sem que a Mesa da Assembleia Municipal, que apresenta esta proposta, tenha encontrado uma alternativa ou tenha proposto uma alternativa que permitisse continuar a promover o debate político entre os grupos municipais, através da criação de um mecanismo regimental, à semelhança destes acima mencionados, vai-se limitar à apresentação e debate de temas de importância e de interesse para o concelho e é a democracia que sai a perder. Por esse motivo, o grupo municipal do PS vai abster-se neste ponto. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhora Deputada Bárbara Xavier, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, bom dia novamente. Apesar deste parecer e de provavelmente toda a gente que está nesta Assembleia saber que é uma exigência da CCDR, obviamente não poderíamos deixar de reforçar como é que isto foi feito, nem de tentar perceber, de tentar perceber, não, de passar mesmo a informação, tal como foi feito na última Assembleia, o processo não foi correto. Foi por insistência dos representantes em reunião de líderes e nesta Assembleia que cumprimos o Regimento, senão ele não teria sido cumprido por vontade da Mesa. É importante referir que estamos a retirar um ponto que trazia muita abrangência no debate político, nós falávamos de imensos temas com interesse para o município. Criaram-se aqui espaços de debate e de conclusão muito importantes e que vão ser retirados. Nós consideramos, como referi na última Assembleia, como referi na reunião de representantes, que o

pedido foi parcial, no sentido em que o próprio pedido que foi enviado pela Mesa da Assembleia, a representar a Assembleia Municipal, apesar de ela não ter sido consultada, conclui a ilegalidade. E, tendo em conta o passado, eu passo desde já a dizer porque é que acho que o pedido é parcial. Está escrito, no ponto 9, por parte da Assembleia Municipal, assinado pelo Senhor Presidente: Daí podermos, cremos que facilmente, concluir que esta possibilidade de no período da ordem do dia serem discutidos assuntos de interesse geral municipal poderá ser um prolongamento, eventualmente ilegal. Queria deixar isto bem reforçado, não esquecer que foi este o pedido que foi feito por parte da Mesa. É um pedido obviamente parcial, na nossa opinião, e, portanto, vamo-nos abster da retirada de um ponto tão importante, volto a repetir, principalmente pela forma como foi feito. Não houve contato com a Assembleia e cumprimos o Regimento com muita insistência dos representantes e dos Deputados nesta Assembleia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja pronunciar-se. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Só dar aqui nota que esta discussão já é bem mais longa do que seria profícuo para os trabalhos. No entanto, aqui desta última intervenção, acho que também nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Acho que fica mal questionar a ação da Mesa na questão do parecer. Este ponto já tinha sido suscitado antes. O Dr. Relva é jurista, fez a sua interpretação, questionou. Foi discutido aqui previamente. E, é assim, o parecer dá razão ao que pode ser sugerido. Portanto, eu acho que também lançar aqui esta suspeição não fica bem e todos concluímos pela mesma razão, que o 2.1, como está, não devia acontecer. Depois, acho que o Presidente da Mesa tem responsabilidade de representar também a Assembleia Municipal e de fazer cumprir o Regimento. Foi nesse seguimento que eu acho que, e bem, ele deu seguimento ao parecer. Também vim aqui questionar, na última Assembleia, quando os pontos podiam não estar a ser todos cumpridos, e depois voltamos atrás, e aqui também venho dizer, então, que acho que este levantamento de suspeição, quando já está tudo esclarecido, temos é de votar isto para andar para a frente e discutir o que é importante, não gostei, não apreciei. É a minha opinião sobre o assunto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, não querendo entrar em discussão relativamente a este ponto, porque o Partido Socialista já tomou posição, e, portanto, a posição já foi aqui vincada, deixai-me, no entanto, dizer-vos, porque penso que é nossa obrigação enquanto representantes dos partidos, dizer-vos, mais ou menos, como é que correu a reunião, até para todos vocês saberem. Penso que era, se calhar, mais uma vez, a obrigação do senhor Presidente, dizer-vos que este ponto, que foi discutido, largamente discutido, outros pontos foram trazidos à colação, nomeadamente a questão de o senhor Presidente ser o último a falar. E aquilo que foi dito é que, em outras Assembleias, na realidade, o senhor Presidente fica sempre com a última palavra, no entanto, é normal e comum que, quando são trazidos temas a esta Assembleia, o senhor Presidente faça uma introdução, até porque nós não temos conhecimentos técnicos e não somos políticos profissionais como o senhor Presidente é, e, portanto, é natural que haja uma intervenção inicial, no sentido de nós tomarmos conhecimento dos temas que vão ser definidos. Por outro lado, nada obsta a que um qualquer Deputado peça esclarecimentos após o senhor Presidente ter tomado a palavra e que depois, a seguir, fique, o senhor Presidente, como é óbvio, e como está na lei, no fim para finalizar a discussão. Também foi salientado o facto de poder haver outras Assembleias, como há pouco a Paulisa estava a dizer, Assembleias temáticas, no sentido de se discutir o ambiente da cidade, coisas deste género, e, portanto, chamamos à atenção a isto o senhor Presidente da Assembleia. E também dizer-vos que estive a ler atentamente a prestação de contas e verifiquei que uma das rubricas que claramente diminui é o valor da Assembleia Municipal. De 2022 para 2023, temos menos custos com a Assembleia Municipal. Portanto, senhor Presidente, não esteja muito preocupado relativamente a custos, porque na reunião de líderes estava preocupado com essa situação, estamo-nos a comportar bem desse ponto de vista. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Eu não sei se mais alguma senhora Deputada deseja intervir. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, é uma breve intervenção. Na verdade, eu penso que que ficou tudo repostado neste momento e seguiram-se os trâmites considerados, não direi que os anteriores tenham sido ilegais ou não, mas os trâmites mais corretos do ponto de vista do entendimento e da conversação entre

todos. Em relação àquilo que o Deputado Miguel disse, em relação aos trabalhos da nossa reunião de representantes, obviamente que concordo em absoluto com o que disse, as chamadas de atenção que fizemos ao senhor Presidente. E eu penso que será profícuo termos reuniões, tal como ficou sugerido, termos reuniões mais frequentes em relação à avaliação de cada Assembleia, do trabalho de cada um de nós, no sentido de melhorarmos e de ser mais rentável todo o trabalho aqui dos Deputados. Só queria acrescentar isto porque é importante e foi uma proposta que foi feita nessa mesma reunião. Fazermos, no fundo, uma autoavaliação da forma e dos comportamentos, etc., por aí fora. Por outro lado, dizer que este Ponto 2.1, se é ilegal, ele tem que sair e ponto final e não há grande discussão. Nem sei aquilo que vamos votar. Eu chamo à atenção que o que estamos a votar é a alteração do Regimento, porque o Ponto 2.1 já não existe, desapareceu completamente. E o que estamos a votar é a alteração dos pontos. O que vocês se vão abster é em relação à alteração dos pontos. Pronto, é isso que está a ser votado. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja intervir. Permitam-me, apenas, espero não ocupar mais do que meio minuto, relativamente às intervenções das senhoras Deputadas, Dra. Paulisa e Dra. Bárbara Xavier. Quer como magistrado do Ministério Público, quer como Notário, sempre me disseram e sempre fiz isto, quando se pede um parecer no Ministério Público ou no Notariado, nós tínhamos que dizer qual era a nossa opinião. Não é dizer: diga se isto está bem ou se isto está mal. Nós dizemos: tenho dúvidas, penso que é assim, mas esclareça. Foi isso que a Mesa fez, foi isso que eu fiz. Em segundo lugar, a honestidade foi tal que enviei, juntamente com o pedido de parecer, uma cópia integral do nosso Regimento e a senhora técnica jurista da CCDR teve a oportunidade de o ler. Foi-lhe enviado. E o parecer dela foi naquele sentido. Era este pequeno esclarecimento que eu gostava de colocar, porque agi com toda a honestidade intelectual e política. Portanto, colocava este ponto à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.1 - Proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e sete votos a favor e quinze abstenções. -----

Ponto 2.2 - Procedimentos Concursais para Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 2.º Grau - Abertura dos Procedimentos e Proposta de Júri - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se há algum senhor Deputado que deseja intervir sobre esta matéria. O senhor Presidente da Câmara, terá direito, como é proposta da Câmara, a intervir. Se desejar fazê-lo, faça favor.” -----

- **Helena Barroso, Deputada (PSD):** “Bom dia a todos. Cumprimentar, na pessoa do senhor Presidente, todos os presentes e os que assistem à distância. Gostaria apenas de colocar algumas questões, não relativamente a este procedimento concursal, com o qual nos congratulamos, mas em relação às outras divisões que estão por abrir este tipo de procedimentos, nomeadamente a financeira, a da cultura e a de ambiente. E se isso não prejudica o desempenho da Câmara Municipal da Guarda e o desenvolvimento da Guarda. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “A nossa intervenção ia mais ou menos na mesma onda da senhora Deputada. Portanto, nós queríamos saber o porquê de só este procedimento e não o procedimento para as outras chefias de divisão. Por outro lado, e é apenas uma dúvida, naquilo que é dito no documento que nos foi entregue, é que procuram pessoas licenciadas. Eu não sei se não deveria estar licenciadas em quê. Não sei, provavelmente, depois, a seguir, o júri poderá criar no procedimento essa questão. Mas a verdade é que, para cada uma das chefias, apenas dizem que vão procurar pessoas licenciadas. Não sei se para uma divisão de ambiente não deveria ser licenciada em engenharia, numa divisão de economia, economia e gestão. Mas poderei estar enganado. É mesmo uma questão que eu tinha para colocar ao senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja intervir, ou senhor Deputado. Presumo que não. Senhor Presidente da Câmara, deseja usar da palavra? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, renovo os cumprimentos a todos. Bom, sobre as questões aqui colocadas. Os outros concursos que, bem se

recordam, designámos, nesta Assembleia Municipal, abrir, o processo está a decorrer. Acertar, digamos, os critérios, as datas, entre os membros do júri, quando temos membros do júri de cada ponta da região, dá nisto. Eles, a certa altura, têm que se encontrar, têm que se acertar e os processos acabam por atrasar. Isto, no caso concreto, perdão, nas outras chefias de divisão que foram aprovadas na última Assembleia Municipal, os processos estão a decorrer, tal como os concursos dos chefes de serviço, que esses também já estão a decorrer, tal como agora irão decorrer estes. E esperemos que, no mais curto espaço de tempo, possamos ter estes lugares providos das pessoas respetivas. Relativamente à questão colocada, licenciatura é o que manda a lei. Isso é licenciatura na área, depois caberá ao júri fazer a análise. Permita-me, fazer aqui uma declaração que só me vincula a mim. É claro que nós podemos ter para uma engenharia, uma pessoa que não é da engenharia. Isso pode acontecer, desde que o curriculum valha por si. Mas isso, o júri, naturalmente, será soberano nessa análise. Tal como sempre foi e sempre será.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, esta proposta à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.2 - Procedimentos Concursais para Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 2.º Grau - Abertura dos Procedimentos e Proposta de Júri - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta e nove votos a favor e uma abstenção. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez. É só dizer que um Executivo que confie nos júris, deve dar margem de manobra. Porque, por exemplo, o Engenheiro Carlos Pimenta é do melhor que o país tem em ambiente. É engenheiro eletrotécnico. O Professor Viriato Soromenho-Marques, toda a gente o conhece, é um homem que anda na luta do ambiente há anos, que mais obra tem publicada, é de profissão, de curso de licenciatura, filósofo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma declaração de voto. Passávamos ao Ponto 2.3.” -----

Ponto 2.3 - Proposta de Contratação de Empréstimo a Longo Prazo para a Aquisição de Autocarros - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Permitia-me sugerir, até porque poderão ter que acordar, que interrompêssemos para almoço, sensivelmente pelas 13 horas, se concordarem. Ok, muito obrigado. Relativamente a este ponto, alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, faça favor, tem a palavra.” -----

- **Pedro Nobre, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente da Mesa e respetivos elementos, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, trabalhadores, público presente não vejo muito, os que estiverem em casa, bom dia a todos. O PSD, aqui, vai ser conseqüente com aquilo que fez na última Assembleia Municipal e vai votar favoravelmente esta proposta. No entanto, também devo realçar que também aqui a Câmara Municipal, ou o Município, ou o Executivo também está a ser coerente consigo próprio ao também agora não dar os cabais esclarecimentos sobre este processo. A única coisa que eu consigo ver aqui é que foi, em princípio, quem vai ganhar é uma instituição que apresenta um spread de 0,2%. Sobre que taxa? Estamos a falar sobre Euribor? Ponto um. Estamos a falar sobre... tem calma! Euribor a três meses, Euribor a seis meses, Euribor a doze meses? É que há diferença. Portanto, depois ainda há outra questão que eu também gostaria de ser esclarecido, porque aqui vem: custos de contratação – isento. E não há mais custos nenhuns? Não há qualquer tipo de seguro? Não há mais nada, rigorosamente mais nada? Porque eu acho que nesta proposta deveria ser apresentado exatamente aquilo que nos vai custar. E quando eu digo nos vai custar, é a nós todos, povo da Guarda que, com os seus impostos, é que vai pagar este empréstimo. E, então, se for a três meses, foi a simulação que eu fiz, se for, não é a Euribor mais barata, a Euribor mais barata está a doze meses, o que indica que, provavelmente, a Euribor vai descer neste futuro próximo, são 15 mil 816 euros por mês. Ou seja, os autocarros, em vez de custarem 1 milhão e 155 mil euros, vão custar 1 milhão e 328 mil euros. Ou seja, vão custar mais 171 mil euros ao final dos sete anos. Portanto, são este tipo de informações que eu acho que, a bem da clareza das coisas, deveriam ser apresentadas. Mas parece que se insiste

em não querer ser o suficientemente claro. E é isso que eu venho aqui dizer, que no futuro e isso seja invertido. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Breia tem a palavra, faça favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Ora, bom dia de novo. Estamos perante uma proposta do Presidente para a contratação de empréstimo de longo prazo para aquisição de autocarros, os quais são essenciais para o bom funcionamento do serviço que a Câmara presta aos seus munícipes e que os Vereadores da oposição deixaram passar à justa com três votos contra do PSD e a abstenção do PS, revelando, mais uma vez, que a sua agenda é outra e que os reais interesses dos munícipes, por mais sustentadas que sejam as razões aduzidas, não colhem. Na mesma linha de atuação e sem razão claramente válida, inviabilizaram, desta vez, um outro empréstimo de longo prazo para financiamento de investimentos municipais, que é também muito importante para a vida dos munícipes. Há aqui uma clara incongruência e inconsistência por parte dos Vereadores da oposição. Estão com medo de quê? Questionam o quê? A gestão deste Executivo? Ora vejamos como as coisas se passaram, num passado mais ou menos recente. A Câmara pagou, em 2023, 1 milhão e 820 mil euros de serviço de dívida por empréstimos contraídos pela governação PS, de 2009 a 2011. Empréstimos esses que acreditamos foram importantes para o executivo poder fazer obras, mas continuaremos a pagar até 2029. Vinte anos, portanto. A governação do PSD podia ter amortizado esta dívida em 2018, aquando da incorporação do SMAS na Câmara Municipal, mas optou por não o fazer. Assim, evitou ficar com rutura de tesouraria e manteve um fundo de maneio para eventualidades, justamente o que este Executivo pretende fazer ao requerer este empréstimo. Porque razão não permitem agora que o Executivo PG contraia um empréstimo, cujo caderno de encargos do procedimento de contratação foi aprovado na última Assembleia Municipal, para fazer face, entre outras coisas, à recuperação de infraestruturas danificadas pelos incêndios, cheias e inundações de 2022. A Câmara aprova, em reunião do Executivo, investimentos, mas depois não aprova a forma de pagar esses investimentos. É um claro não à obra. Para darem graxa aos Presidentes da Junta, aprovaram, na última Assembleia Municipal, o início dos procedimentos de contratação de empréstimos de longo prazo para

financiamento destas infraestruturas danificadas pelos incêndios, cheias e inundações, que incluíram a pesquisa dos melhores spreads do mercado, abertura e aprovação da melhor proposta. Mas, depois, os senhores Vereadores da oposição, em reunião de Câmara, ultrapassam a vontade desta Assembleia e nem sequer permitem que este Executivo apresente a proposta vencedora, fazendo letra morta, mais uma vez, como já aconteceu na reunião de aprovação do orçamento, do papel desta Assembleia Municipal e dos seus membros. Invetivo as lideranças policéfalas do PS e PSD, que deixem de pensar apenas nas suas ambições políticas e passem a pensar no bem das pessoas que vos elegeram. Estão a prestar um mau serviço hoje, como prestaram no passado. Sempre pensaram dessa maneira. Na altura, eram uns contra os outros. Agora unem-se para fazerem bullying político com os novos miúdos do bairro. Mas foram estes miúdos e miúdas que foram escolhidos para liderar este bairro, não foram vocês. O Deputado e líder de bancada, Miguel Borges, disse na Assembleia Municipal de dezembro de 2023, depois de ter sido apertado pelos Presidentes de Junta por o PS estar a reprovar a proposta de orçamento, que: podem contar sempre com o PS, e que: estamos igual como estávamos na última Assembleia. Caro Miguel, parece que não. Parece-me mais que a sua Vereadora, ciente do seu poder, a mando não se sabe bem de quem, o deixou ficar mal e nega a possibilidade dos Presidentes de Junta de Famalicão da Serra, Guarda, Alvendre, Benespera, Vela, Fernão Joanes, Meios, Corujeira/Trinta, Vale do Mondego, Videmonte, Valhelhas, Gonçalo, Arrifana, Jarmelo São Miguel, Gonçalbocas e Pêra do Moço, verem urgentes... posso continuar? Mas estão com medo de quê? Ah, pronto! Posso? ... É para perceberem que há aqui um contraponto, há aqui uma incongruência. Mas estão com medo de quê? Estão com medo? Venham-se defender! Estou a acabar. Mas estou a acabar, já estou a acabar." --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, peço-lhe que acabe." -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** "Estou a acabar. Veem estas obras urgentes de recuperação de importantes infraestruturas danificadas pelos incêndios, irem, desta vez, figurativamente, por água abaixo ou a esfumarem-se, com claro prejuízo para os seus fregueses..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhores Deputados..." -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Estou a acabar. Estou a acabar.” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas, para acabar, não é dois minutos.” -----
- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Cresçam e assumam, é apenas isso que vos é exigido, porque, para já, estão a agir como um bando de crianças mimadas...” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, já lhe dou a palavra. Já lhe dou a palavra.” -----
- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “... a quem lhes tiraram um brinquedo e que rabujam e refilam. Deixem-nos trabalhar! Deixem-nos trabalhar, para bem da Guarda e do seu concelho...” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe que termine.” -----
- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Posto isto, vem o grupo municipal do PG...” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----
- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Posso acabar? Estou a acabar mesmo.” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, é para acabar.” -----
- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Posto isto, vem o grupo principal do PG pedir que toda Assembleia se junte na aprovação deste empréstimo, fundamental para a mobilidade, principalmente das crianças, jovens e idosos do nosso concelho. Obrigado.”
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, a Mesa sabe perfeitamente, a Mesa sabe perfeitamente que estamos a discutir o tema do empréstimo de autocarros. Mas Mesa entendeu também, e os três membros da mesa entenderam também, que cabia... peço-lhe desculpa, se me deixa acabar... que caberia ao senhor Deputado fazer o contraponto, para se concluir pela aprovação, como proposto, deste ponto, concluir... não, estava a ouvi-lo. Eu estava a ouvi-lo, como o senhor estava a ouvi-lo... venha cá... eu não sei ...” -----
- **João Correia, Deputado (PSD):** “É muito grave. O senhor Presidente o que está a dizer é que sabe qual é o tema que o senhor Deputado aqui vai apresentar e sabe o texto...”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu não... senhor Deputado... peço-lhe desculpa...” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Não, não. Agora sou eu. Peço desculpa, mas sou eu que vou intervir...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Diga.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Ou tira-me a palavra, se tiver coragem de o fazer. Aquilo que aqui aconteceu é uma vergonha e o senhor deixou. Estamos a falar de um ponto que vai a votação e o senhor Presidente traz alhos misturados com bugalhos. Traz outro ponto que nem sequer aqui vem hoje, não é? Isso não é discutir o ponto que está a votação e o senhor, como Presidente da Mesa, tem que intervir e dizer e chamar à atenção. E tem que chamar à atenção. Aquilo que o senhor Deputado fez, podia fazer no período de antes da ordem do dia. Posso falar?”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço que ouçam o senhor Deputado... Peço que ouçam o senhor Deputado.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Em termos de Regimento, aquilo que aqui foi feito e que o senhor Deputado José Carlos Breia trouxe aqui, é para o período de antes da ordem do dia, se ele quisesse. Era uma intervenção antes da ordem do dia. Não é uma intervenção agora, não tem lugar agora. Agora é o empréstimo dos autocarros, é disso que estamos a falar. Não estamos a falar de Juntas de Freguesia, não estamos a falar de outras coisas. É o empréstimo de autocarros, ponto. Não vale a pena estarmos aqui a criar confusão. Acho eu. Mas pronto, mas o Senhor Presidente é o senhor Presidente.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor, tem a palavra.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Bom, falando de autocarros. É autocarros, o tema é autocarros. E podemos discutir aqui um pouco o assunto. O PSD já falou na outra Assembleia que precisava de informações relativamente a este empréstimo. Precisamos de saber coisas. Já agora fazer... o quê? Então, o senhor sabe que autocarros é que são? Quanto é que custa cada? Esse tipo de coisas. Pronto, se calhar chateia. Pronto, chateia esse tipo de coisas. Não, não sei... Não sei, então, o que é que querem fazer na Assembleia Municipal. De qualquer das formas, corrigir uma coisa relativamente aos

Vereadores do PSD. Eles votaram a favor deste empréstimo. Votaram a favor. Foi unânime. O senhor disse que não, mas este empréstimo foi unânime e votaram a favor. Não deveria ter dito isso, devia ter feito o trabalho de casa. Baralharam todos os empréstimos. Enfim... vejam o tempo, agora não estou a falar, não é? Pronto... ordem na sala, se faz favor. Bom, há aqui uma coisa muito importante. O PSD, na última Assembleia Municipal, pediu quais é que são as condições do empréstimo. Não é uma picuinhice. Nós precisamos saber o que é que estamos a aprovar, que empréstimo é que estamos a aprovar. Quanto é que vamos pagar, o que é que são os juros, quanto é que vamos pagar disso. E não é só uma picuinhice do PSD. Façam o favor de ler o Regimento da Assembleia Municipal e o artigo 4º número 4, o que nos diz é que as propostas de autorização para a contratação de empréstimos apresentados pela Câmara Municipal são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município. Quando o PSD pediu uma tabelazinha que pedia quanto é que vamos pagar de juros, que condições é que as diferentes instituições de crédito nos oferecem, é obrigatório. Têm de apresentar isso e têm de nos apresentar isso agora, porque senão não sei como é que conseguimos votar neste ponto. Precisamos dessas informações, porque os senhores têm essas informações, tomaram esta decisão de alguma maneira. Esta informação existe. Peçam ao consultor, se calhar o Presidente tem essa informação. Mostre-nos, se faz favor. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Penso que tinha... Prescinde da palavra? Muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Antes da intervenção, deixe-me que fique anotado que me retirou a palavra, desligou-me o microfone numa defesa de honra quando foi dito que eu não era responsável e que o Bloco era responsável pela degradação do sistema social, mas acabou de permitir uma intervenção que nada tinha a ver com este ponto, provando, mais uma vez, como tantas vezes tem sido dito, a parcialidade do Presidente da Assembleia Municipal. As Assembleias estão gravadas, é muito simples de rever algumas destas situações. Indo ao ponto, concordamos com o que foi dito agora. Há muitas informações que não são passadas e concordo com o que o senhor Deputado

disse. Pelo menos, quero acreditar que as informações são do conhecimento do Executivo e que é a opção não as dar aos Deputados e às Deputadas. Portanto, nós vamo-nos abster, a menos que, obviamente, sejam respondidas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora... Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, relativamente a autocarros, nós vamos votar favoravelmente, porque somos a favor da mobilidade, coisas deste género, aquilo que foi dito na última na última Assembleia Municipal. Mas uma vez que o senhor Presidente, e mal, permitiu que se falasse relativamente ao outro empréstimo, e como o senhor Deputado Breia me invocou, é assim, a última Assembleia Municipal está online. É facilmente verificável aquilo que disse o senhor Presidente da Câmara e aquilo que eu disse ao senhor Presidente da Câmara. E aquilo que eu disse ao senhor Presidente da Câmara é que quando este... porque eu questionei este senhor consultor acerca de se este empréstimo viria ou não novamente à Assembleia, que me foi respondido que sim. Está gravado. E eu disse, nessa altura, quando vier o empréstimo, o empréstimo já virá fundamentado. E eu perguntei isto ao senhor Presidente de Câmara e o senhor Presidente de Câmara disse-me que sim. Eu questionei o senhor Presidente de Câmara se, por exemplo, o milhão de euros que se previa gastar no Pópis, se viria já com uma estimativa, nem que grosseira. Aquilo que eu conheço e que tenho a certeza absoluta é que aos senhores Vereadores não foi apresentada essa estimativa grosseira. Também disse que nos 3 milhões ou 4 milhões de euros... mais, este senhor, aquilo que me disse foi que havia alguma das obras que não estavam candidatas. E, portanto, que tinham sido, depois, a seguir, acrescentadas. E eu disse, então, essas obras devem vir também anexas àquilo que é o pedido de empréstimo, para depois, a seguir, nós aqui podermos debater. E o Senhor Presidente da Câmara respondeu-me: sim, senhor, virá tudo como deve ser. Não foi, senhor Presidente. Foi tudo igual àquilo que estava, só que com a consequência de já terem sido escolhidas as entidades financeiras. Porque se fossem escolhidas as entidades financeiras e nós ou os senhores Vereadores tivessem acesso àquilo que era, provavelmente o voto seria diferente. Portanto, não, senhor Deputado Breia. Não. A senhora Vereadora não fez letra morta daquilo que eu disse aqui. Antes pelo contrário. Defendeu aquilo que foi dito aqui e que

foi concordado, pelo senhor Presidente, na última assembleia. Faço o repto a todos para que possam ver. Está online no YouTube. É só verem as minhas declarações e as declarações que o senhor Presidente prestou relativamente a isso. Também relembrar que o plano de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, nós soubemos da aprovação desse plano no próprio dia. Nesse próprio. 155 milhões de euros. E, portanto, questiono-me também se algumas das obras que estavam previstas, não poderão ser integradas ou não nesse plano. Mas, para isso, precisávamos de explicações, coisa que não nos foi dada. E, portanto, nós aqui somos aquele órgão que, de alguma forma, tem que fiscalizar aquilo que a Câmara faz. Se nós não temos documentos que nos apoiem nessa fiscalização, como é que querem que a gente vote? Então, nós vamos dar um cheque em branco? Não! E, portanto, senhores Deputados, é a democracia. Às vezes a democracia é chata. É pá, governos minoritários têm que procurar convergências. É assim aqui, como é no país. Não é? No país também têm que aprender. Tem que ser! E, portanto, essas convergências têm que partir de quem, na realidade, quer aprovar. Nós apercebemo-nos, por exemplo, que a nível de saldo caixa, este ano há uma diminuição de 6 milhões de euros e estão-nos a pedir 7 milhões de euros de empréstimo. Temos que perceber porquê. E, portanto, é isto que eu vos deixo. Nós não votamos contra ou a favor apenas porque gostamos. Nós votamos contra ou a favor quando somos bem ou mal informados acerca das matérias que temos em apreço. E, portanto, é isto que eu vos deixo, dizendo que o Partido Socialista vai votar a favor do empréstimo dos autocarros, porque sabemos que é uma necessidade. Apesar de sabermos que houve aquelas questões do renting, do leasing, do não sei das quantas e que demorou uma eternidade, não é? Mas nós queremos é que rapidamente os nossos jovens tenham acesso a melhores meios de mobilidade. Da mesma forma, a Vereadora do PS votou desfavoravelmente a questão do empréstimo, primeiro por causa do 155 milhões de euros, e, em segundo lugar, porque nada vinha apenso àquilo que era a questão do empréstimo em si. E, portanto, estaremos cá para discutir, não somos contra empréstimos, por norma. Estaremos cá para discutir e para tentar encontrar soluções com o senhor Presidente, caso o senhor Presidente queira falar connosco. É isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Pode. Já lhe dou a palavra. Já lhe dou a palavra.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Em primeiro lugar, referir que, na essência, não retiro uma vírgula ao que disse e a minha intervenção foi no sentido de expor as incongruências associadas a estes dois assuntos. No entanto, é importante, a verdade acima de tudo, realmente a informação que me chegou não foi esta. Realmente, esta proposta para aquisição dos autocarros foi aprovada por unanimidade dos Vereadores. Portanto, a verdade acima de tudo. Para responder só ali ao Deputado Pedro Nobre, se for ver ao documento que veio à última Assembleia, na cláusula 7, diz que o Indexante será a Euribor a 12 meses, com floor zero. Ok? É só isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luís Prata Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (Independente):** “Ora, bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos. Eu vinha aqui falar de empréstimos e dar também um bocado de seguimento àquilo que o senhor Deputado Borges disse e, de facto, às vezes é preciso percebermos o que estamos a fazer e é preciso darmos as explicações. E eu venho, então, aqui, explicar aquilo que estava previsto fazer-se em Aldeia Viçosa. Porque, às vezes, tomamos posições, sem saber muito bem o que está em causa. E o que eu gostava... sim, outra vez. Aquilo que o... eu venho responder ao senhor Deputado Borges...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe desculpa. Senhores Deputados, não intervim, não cortei a palavra ao senhor Deputado Miguel Borges que falou de outras questões. Não lhe cortei. Por amor de Deus, por amor de Deus. O senhor Deputado Miguel Borges... estamos a discutir os autocarros, estamos a discutir este ponto... não precisa porque eu também sei ler. Eu também sei ler. Eu também sei ler. O senhor Deputado Miguel Borges, na minha ótica, também falou de outros temas...” -----

- **Luís Prata Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (Independente):** “Tal e qual. Ele pode e eu não posso?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Certo. Certo. E eu não lhe cortei a palavra. Certo. Exatamente...” -----

- **Luís Prata Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (Independente):** “Eu venho falar do mesmo tema.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Certo...” -----
- **Luís Prata Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (Independente):** “Eu venho responder ao senhor Deputado Borges...” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Fale dos autocarros. Não vale a pena. Estamos a arranjar aqui uma complicação.” -----
- **Luís Prata Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (Independente):** “Sê-lo-á feito, mas... Sim senhor. Eu só vinha responder ao Deputado Borges. Tudo bem.” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado...” -----
- **Luís Prata Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (Independente):** “Pronto, então, não me deixam falar, eu vou aprovar o empréstimo dos autocarros, mas fica o lamento com aquilo que aconteceu com as freguesias. Fica este lamento. Obrigado.” -----
- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Já lhe dou a palavra, já lhe dou a palavra. Faça favor.” -----
- **Hélder Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Valhelhas (PSD):** “Ora, bom dia a todos. Cumprimentar todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. Obviamente que eu iria aqui tocar no assunto da questão da reestruturação por parte dos incêndios e das zonas que foram afetadas na Freguesia de Valhelhas. Ouvi com bastante atenção o senhor Deputado Miguel Borges. Gostaria que o PSD, uma vez que o tema veio, desculpe o termo utilizado mais brejeiro, veio à baila, gostaríamos que, eventualmente, se a compra de autocarros é uma situação urgente, a reestruturação de caminhos e das zonas atingidas pelo incêndio de 15 de agosto de 2022 é uma situação, se calhar, muito mais urgente. Estamos a falar de um processo estruturante... Estamos a falar de um processo estruturante para as pessoas que vivem, nomeadamente porque eu fui eleito democraticamente como Presidente de Junta de Freguesia de Valhelhas, tenho que defender os meus fregueses acima de tudo, é um processo estruturante para aquelas pessoas. Foi um autêntico murro no estômago que a população de Valhelhas sentiu. Obviamente, eu gostaria de explicações por parte da bancada do PSD e do PS. Eu

afirmo que fui eleito pelo PSD e não estou aqui a referir esse tipo de situação. Agora, acho que as pessoas que estão lá, merecem todo o respeito e merecem toda a consideração porque estamos a falar de fatores de viabilidade social e de viabilidade económica para essas pessoas. Em tempos de inverno, em tempos chuva, uma ambulância não chega lá a esses caminhos. Era fundamental que assim fosse aceite. Muito obrigado e tenho pena que...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se mais algum senhor... Senhor Deputado Miguel Borges, não sei quem é que pediu primeiro. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Como é óbvio, era... Ó senhor Presidente... Ó senhor Presidente, era escusado. Era mesmo escusado isto que aconteceu. Eu, sinceramente, eu não tenho problemas nenhuns de falar, em cada um dos pontos, acerca do que quer que seja...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, eu peço que deixem falar o senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Também, às vezes, também já vos interrompi. Portanto, estejam à vontade. Agora, dizer-vos, claramente que não havia necessidade. E o senhor Presidente da Assembleia tem que tomar uma atitude e a atitude é ser, de alguma forma, igualitário. Aquilo que eu digo, é assim, como é óbvio, eu sabia que este ponto hoje, sejamos claros, que este ponto hoje seria trazido por alguém. É o ponto que está em cima da mesa, neste momento, da política. Mas, é a tal coisa, nós esperaríamos do grupo do PG... Veja uma coisa, o PG, hoje, não colocou uma moção, não colocou uma recomendação. E nós dissemos: espera, não colocou moção, não colocou recomendação, vai, nos seis ou sete minutos que tem, intervir acerca do empréstimo. Pensámos nós. Não, afinal não. Afinal foi mesmo preguiça ou então não se preocupam mesmo com a cidade nem com o concelho e, portanto, não tiveram nem uma moção, nem uma recomendação para apresentar. Já agora, posso falar sobre tudo, não é senhor Presidente? Bem, relativamente a esta questão, é pena, é pena, é pena que o senhor Presidente da Assembleia não nos proteja a todos, não nos proteja a todos. Foi nesse sentido. Há pouco, quando eu me congratulei com o facto de haver quatro mulheres nesta Assembleia, que foram escolhidas pelos partidos para os representarem, eu

estava a falar precisamente para si, senhor Presidente. É que o senhor Presidente devia ter orgulho nos Deputados que tem à sua frente, os Deputados que são escolhidos por todos os partidos para nos representarem. E o senhor Presidente devia-os tratar a todos com a mesma dignidade. E não trata. E, portanto, é esse o repto que eu lhe deixo, é que trate, cada um de nós, cada um de nós, com a mesma dignidade que trata os outros. Sejam do PG, do PSD, do Bloco de Esquerda, do CHEGA, do Partido Socialista. É essa a sua missão, senhor Presidente. É nisso que nós confiamos em si, senhor Presidente. Foi por isso que o elegemos, senhor Presidente. E, portanto, aquilo que eu quero é que este espetáculo, porque o senhor Presidente diz muitas vezes que é este espetáculo. Este espetáculo que nós estamos a dar, grande parte dele é porque o senhor Presidente não se impõe ou só se impõe àquele que é mais fraco. Isso é muito fácil. Impor-se ao mais fraco, é a coisa mais fácil que existe. E, portanto, neste momento, senhor Presidente, apenas lhe digo: era escusado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Mais uma vez, senhor Presidente, temos um espetáculo montado, exatamente porque o senhor Presidente não cumpre as suas funções enquanto Presidente da Mesa da Assembleia. Voltou a permitir uma intervenção que não tinha a ver com o ponto. É parcial em muitas das intervenções que faz. Nesta Assembleia, esta é a segunda vez que temos esta prova. Volto a referir, teve a coragem de desligar o microfone numa defesa de honra justificada... no entanto... não, eu estava a fazer defesa da honra e disse-o, apesar de terem desligado o microfone. Não, eu disse que estava a justificar o facto de terem dito que... e não sei porque é que estou a responder. Mas, para bem da transparência, eu disse, estou a falar devido ao facto de terem dito que o Bloco de Esquerda destruiu o sistema de segurança social e me terem dito que não era responsável a fazer esta ponte na minha moção. Fez e não é a primeira vez que não cumpre a sua responsabilidade de organização da Assembleia Municipal. Hoje foi mais uma prova. Temos todo um grupo parlamentar, grande parte de um grupo parlamentar que se levanta porque não vê respeitada a sua posição enquanto Deputados e Deputadas. Isto há que ser, tem que ficar marcado e tem que ser revisto. Portanto, será importante, numa próxima reunião de representantes, falarmos do ocorrido e tentar perceber qual é a melhor forma de levar à Assembleia da Guarda.

Porque situações como as que verificamos aqui de incoerências, não cumprimentos do Regimento, têm sido demasiado constantes. Portanto, deixo o conselho de que em reunião de representantes falemos disso e que o senhor Presidente também reveja algumas das suas funções, para que elas sejam aqui cumpridas, principalmente tendo em conta que devemos este respeito à população da Guarda. O debate político é muito importante, mas existe um Presidente que tem que assegurar a sua organização.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Sobre?” -----

- **Luís Prata Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (Independente):** “Só em defesa do senhor Presidente. O senhor Presidente mandou-me calar, pediu para me calar e eu calei-me. Portanto, só para defesa dele, não é? Portanto, ele cumpriu. Mandou-me calar, eu calei-me e pronto! Parabéns, Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Gostava apenas de esclarecer... Gostava apenas de esclarecer que os Deputados e as Deputadas para mim são todos iguais. Agora também tenho o meu entendimento das coisas e é o meu entendimento e tenho o direito de o ter. E eu penso que me é permitido chegar ali a um senhor Deputado e dizer que eu compro esta esferográfica, porque não gosto da outra esferográfica e explicar as qualidades desta esferográfica e explicar as não qualidades da outra. E eu penso que foi isso que foi feito. Eu penso que foi isso que foi feito. Eu penso que foi isso que foi feito. Agora, lamento, lamento que alguns membros do grupo parlamentar do PSD, e eu digo as coisas pelos nomes, não mando recados por ninguém, se tenham levantado quando um membro eleito numa lista do PSD está a falar. Se alguém está em vergonha, não é o Presidente da Mesa. Se alguém está em vergonha, não é o Presidente da Mesa. É os senhores Deputados que saíram. Muito obrigado. Deseja falar? Faz favor. Peço desculpa, não tinha reparado.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Ora, antes de mais, bom dia a todo. Só para meter água aqui na fervura, aqui no assunto. Então, eu acho que a melhor resolução que há para isto é não haver entendimentos de ninguém e seguir-se à risca o Regimento e não haver exceções para nada, nem para ninguém. Assim, não há dúvidas nenhuma. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Concordo inteiramente, senhor Deputado. Muito obrigado. Muito obrigado. Não sei se o senhor Presidente da Câmara... não sei se mais alguma senhora... sobre este tema, deseja intervir? Faz favor. Muito rápido, se fizer favor.” -----

- **Hélder Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Valhelhas (PSD):** “Ora, mais uma vez, renovar os meus cumprimentos. Só para explicar que, realmente, como eu disse, sendo eleito democraticamente pela Freguesia de Valhelhas, como fui, pelo PSD, está em jogo uma situação que prejudica gravemente os meus fregueses. O assunto foi retratado aqui na Assembleia. Eu estando eleito, o meu dever é defender, acima de tudo, a Freguesia de Valhelhas. Eu só o vim fazer porque o assunto foi tocado. E quando o assunto toca à minha Freguesia, eu serei sempre o representante maior e defenderei os meus fregueses acima de tudo. Era isso que eu queria expor. Não estou contra ninguém, quero, simplesmente, ver aqui uma explicação de ambas as bancadas, ouvi o Deputado Miguel Borges há bocado, para saber o porquê desta situação que está a prejudicar deveras a minha freguesia. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Como continuamos a debater o tema, dizer-vos a mesma coisa que vos disse aquando da não aprovação do orçamento para 2024 e aquilo que disse no dia 25 de Abril. Aquilo que eu disse no dia 25 de Abril foi que nós não podemos alimentar o populismo. E alimentamos cada vez mais o populismo quando andamos com estes atos de vitimizações, coisas deste género. Portanto, aquilo que acontece é assim: eu tenho a certeza absoluta, como vos disse, aos senhores Presidentes de Junta, quando foi a não aprovação, que os senhores Presidentes de Junta não ficariam ou as vossas Juntas não ficariam, de alguma forma, prejudicadas, relativamente à não aprovação. E aquilo que verificamos, aquilo que verificamos é que, na realidade, continua tudo na mesma. Continua a haver passagem de dinheiro da Câmara para as Juntas, continua a haver contratos interadministrativos, acho que é assim que se chama. E, portanto, nesse sentido, não há questão. E foi aquilo que eu disse, desde que nós conheçamos as obras, que afinal o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa conhece, mas que nós não conhecemos. Nós não conhecemos, mas os senhores Vereadores também não. E, portanto, não podem votar qualquer coisa que não

conhecem. Concorde comigo, senhor Presidente? Concorde comigo. E, portanto, se não conhecem, é aquilo que o Partido Socialista disse. O Partido Socialista disse que se o senhor Presidente da Câmara nos fizer chegar (nomeadamente, eu falei da questão dos estaleiros e da questão do parque, porque os outros estavam num bolo ainda maior), que nos faça chegar uma estimativa de custos e que nos diga assim: não temos dinheiro para isto, por favor ajudem-nos a aprovar. É tão só isto. Portanto, claramente, a explicação do Partido Socialista, para o voto contra, relativamente ao empréstimo, é apenas isto. Sabendo de antemão, também, que foram aprovados 155 milhões pelo anterior Governo. Como é óbvio, o senhor Presidente da Câmara e na última Assembleia Municipal isto também me foi dito, foi uma coisa de baixo para cima, e que algumas destas obras podem ser incluídas nesse valor. Portanto, era isto que eu vos queria dizer, mais nada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Presidente de Junta, peço-lhe rapidez, o tempo está a esgotar.” -----

- **António Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo (PS):** “Na sua pessoa, queria cumprimentar todos os elementos aqui presentes e também em casa. Relativamente à questão do empréstimo, eu tive oportunidade de votar a favor na minuta para ir ao Executivo e ser discutida. Mas eu continuo a dizer, e bem, eu tenho pena não ter sido aprovado o empréstimo, mas uma coisa é certa, o Presidente de Junta de Freguesia de Gonçalo, ainda não tem conhecimento de quais é que são as rubricas para onde é que vai ser aplicado esse empréstimo. O Presidente da Junta de Aldeia Viçosa sabe, eu não sei. Eu, logicamente que quero que o empréstimo seja aprovado, mas da mesma forma que eu também quero saber onde é que vai ser gasto o dinheiro. Estamos a falar de 540 mil euros, precisamos de saber onde é que vai ser aplicado, somente. Que venha o dinheiro porque Gonçalo precisa. Os incêndios passaram, os caminhos estão completamente destruídos, sinalética destruída. Nós precisamos de verba. Agora, preciso é de saber onde é que vai ser aplicada. Preciso de saber onde é que vai ser aplicada! É que ninguém falou comigo, ainda. Preciso de saber.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Presumo que... peço desculpa, senhores Deputados, peço desculpa. Presumo que não haja mais

nenhum senhor Deputado para falar, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se fizer o favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os meus cumprimentos. Sobre a questão do empréstimo dos autocarros, de facto, quando se faz o trabalho de casa, consegue-se ler o caderno de encargos, conforme já alguém referiu há pouco. A Euribor é a 12 meses e consta dos documentos que foram aprovados nesta mesma Assembleia, no passado mês de fevereiro. É só ler porque aquilo estava lá devidamente plasmado, ainda sem os custos de contratação ao imposto de selo, naturalmente, que é próprio destas matérias. E por isso as contas estão bem fáceis de fazer, não vale a pena agora estarmos a dizer que falta esta informação, que falta aquela, porque a informação está toda lá. Estava na Assembleia Municipal de fevereiro e está agora, a restante, no relatório final que está apenso à proposta que foi aprovada na reunião de Câmara e agora aqui que se pretende aprovar também na Assembleia Municipal. O mesmo é referir em relação à capacidade dos autocarros e ao número de autocarros, foi aprovado na reunião de Câmara e foi colocado tudo à consideração da Assembleia Municipal. Ou as pessoas andam a comer muito queijo, o queijo da Serra anda muito bom, ou, então, de facto, não andam a estudar a matéria. Senhor Presidente, se me permite, eu também quero falar de incêndios. Posso, não posso, senhor Presidente? Porque, já agora, o Presidente da Câmara foi chamado à colação em tantas coisas aqui, eu também agora tenho o direito de me defender, nestes vinte e oito minutos e meio que me restam, se não se importam. Dá-me licença, senhor Presidente?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado. Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Valhelhas, sinto bem as suas dores. Tal como sinto as dores da Freguesia de Gonçalo, da Freguesia de Famalicão, de Videmonte, de Fernão Joanes, do Vale do Mondego, todos aqueles que sofreram com os incêndios. Mas parece que já muitos se esqueceram. E lamentar a atitude que alguns Deputados há pouco tiveram, eleitos pelo seu partido também, legitimamente eleitos, quando o senhor estava a falar, que se levantaram e que se ausentaram da sala. Eu tenho que lamentar aquilo que aconteceu, porque esta é a solidariedade que se tem para com as Juntas de Freguesia e para com

as populações que, de facto, muito sofreram naqueles incêndios. Mas, vamos recordar aqui algumas matérias. Então, dizem que não há informação? Então para que foi esta tabela que foi apresentada na última Assembleia Municipal e novamente na última reunião de Câmara, onde está lá tudo plasmado, as obras com os valores? Então, vamos lá. Vamos aos números. Famalicão da Serra, vou poupar a questão das... intervenções nas estruturas danificadas pelos incêndios e depois a freguesia. Famalicão da Serra: adjudicado em reunião de Câmara, 468 mil euros. Guarda e Alvendre: adjudicado em reunião de Câmara, 606 mil euros. Benespera e Vela: adjudicado em reunião de Câmara, 751 mil euros. Fernão Joanes, Meios e Corujeira/Trinta: adjudicado em reunião de Câmara, 548 mil euros. Valhelhas: adjudicado em reunião de Câmara, 607 mil euros. Vale do Mondego, as sete Freguesias do Vale do Mondego: adjudicado em reunião de Câmara, 706 mil euros. Videmonte: adjudicado em reunião de Câmara, 517 mil euros. Isto já foi adjudicado em reunião de Câmara. Posso falar e faz o favor de não me interromper? Muito obrigado. Isto foi adjudicado em reunião de Câmara, para que conste. Ou seja, nós temos sete empreitadas adjudicadas em reunião de Câmara, 4,2 milhões de euros para, sensivelmente, dezassete freguesias. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo, foi aprovado, na última reunião de Câmara, e em função da candidatura que foi feita e que foi aprovada, e depois do projeto que foi feito, foi aprovado o lançamento do concurso de Gonçalo. Tal como eu lhe tinha referido, o grosso da obra é o caminho que liga Gonçalo e Famalicão da Serra porque foi aquilo que foi candidatado. E conseguimos, dentro do projeto, estamos lá a considerar também o caminho da zona dos vales, conforme o senhor referiu, e o caminho na zona da Fraga, como o senhor referiu. Estamos de acordo. As suas pretensões, a sua sensibilidade de quem anda no terreno foi ouvida. Mas foi aprovado, curiosamente, na reunião de Câmara, o ponto, a seguir ao ponto a que foi chumbado o empréstimo. Vejam só a coerência. E sabem o que é que nos disseram? Gastem o dinheiro que têm na conta. Foram estas as palavras. Mas, se me permitem, eu vou continuar. Ou seja, partindo do pressuposto que, mais ou menos, seja adjudicado por este montante, de Gonçalo também, esta empreitada, estamos a falar em cerca de 5 milhões de euros, dos quais a CCDR, a Direção-Geral das Autarquias Locais, financia apenas cerca de um milhão e meio de euros. Ou seja, precisamos de cobrir, com fundos próprios, em número redondos, 3,5 milhões de euros. Estes são os números. Devo dizer também que, nesta candidatura,

inicialmente, no final do ano 2022, a candidatura era de cerca de 4,5 milhões de euros que nós fizemos, e depois fomos alertados pela Direção-Geral das Autarquias Locais, pela tutela de então, eu recorde bem, tenho comigo o email que me enviou, não podem ultrapassar estes montantes. E lá tivemos que baixar a candidatura. Eu já falei nisto aqui. Vão ver as atas, vão ver as gravações da Assembleia Municipal porque eu já falei nisto aqui. Vocês não podem ultrapassar determinado plafond e nós baixámos. O que é facto é que nós temos que continuar a fazer as obras e por isso tivemos que baixar o valor. E esse valor, que está plasmado nestes dois contratos que aqui estão assinados, assinados pelo Presidente da Câmara da Guarda, pela Presidente da CCDR Centro, pela Direção Geral das Autarquias Locais e validado pela Tutela das Autarquias Locais. São documentos oficiais, onde estão plasmados os valores aprovados e as candidaturas que foram feitas. Isto que eu acabei de referir, são as obras relativas aos incêndios, de uma forma concreta e definida, faltando ainda aqui as freguesias da zona nascente: a Arrifana, Gonçalbocas, Jarmelo São Miguel e Pêra do Moço. Estamos a falar em cerca de metade, quase metade das freguesias do nosso concelho que foram afetadas pelos incêndios. Mas podemos continuar. Podemos continuar com as cheias e com as inundações, que é um dos outros avisos, outros contratos de financiamento que nós assinámos. E nestas cheias e inundações, onde se pretendia fazer intervenções em cerca de vinte Juntas de Freguesia, estamos a falar que a candidatura... ó senhor Presidente, eu continuo a ouvir ruído na sala e não há respeito... então eu paro, senhor Presidente. Se não se importa, senhor Presidente, eu peço para pararem o tempo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor... Ó senhor Deputado, o senhor Deputado não esteve aqui há pouco, não ouviu a explicação que eu dei. Portanto, eu peço imensa desculpa, se quiser sair outra vez, saia. Está no seu direito. Pronto, corremos o risco, não há problema nenhum. Peço-lhe desculpa, agora está no uso da palavra o senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado... Eu estou a dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Pronto. Pronto.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, é bom verem a solidariedade que existe para convosco. Eu sou absolutamente solidário... Posso continuar a minha intervenção? Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores Deputados, voltando a falar sobre a questão das cheias e das inundações, estamos a falar que a candidatura que foi feita, naquele tempo, permite que a CCDR, a DGAL, atribuam apenas, por esta via, cheias e inundações e intempéries do final do ano de 2022, 1 milhão 752 mil euros. As necessidades que nós apresentámos e dos projetos e das estimativas orçamentais que os técnicos da autarquia fizeram, é que nós necessitamos de 4 milhões 255 mil. Ou seja, temos que investir, de fundos próprios, 2 milhões 502 mil euros. E isto leva-nos, efetivamente, àquele montante que nós solicitámos, os 7,667 milhões de euros, cerca de 5 milhões e 600, em números redondos, para as cheias, para as inundações e para os incêndios, e a outra parte, 1 milhão de euros para o Parque Infantil do PURD, que por três ou quatro vezes eu já disse nesta Assembleia Municipal e na Câmara, está registado em ata, que a perspetiva que os técnicos da Câmara Municipal da Guarda têm para reabilitar, para substituir grande parte dos equipamentos do Parque Infantil do Polis, é 1,2 milhões de euros. E nós estamos a baixar o montante da estimativa para 1 milhão de euros, porque, de facto, temos que encontrar outras soluções mais baratas. E o mesmo é dizer em relação à estimativa para os estaleiros municipais, que são pedidos há mais de vinte anos, novos estaleiros municipais e é a estimativa que nós balizámos. A estimativa é bem superior, mas nós não podemos ultrapassar este custo. E, perante tudo isto, nós estamos perante uma situação de impasse financeiro, onde o Executivo aprovou procedimentos, mas não aprovou o empréstimo, onde a Assembleia Municipal aprovou os investimentos. É bom referir aquilo que a Assembleia Municipal aprovou na sua última sessão. Passo a citar, deliberação da Assembleia Municipal, autorização prévia para a realização dos investimentos a financiar. Isto foi o que as senhoras e os senhores fizeram na última Assembleia Municipal. É bom recordar aquilo que foi feito. A Assembleia Municipal, portanto, aprovou os investimentos e a necessidade da contratação dos empréstimos, mas os representantes do PS e do PSD, na reunião de Câmara, contrariaram aquilo que foi a decisão da Assembleia Municipal. E, tal como eu referi há pouco, na mesma reunião, chumbaram o empréstimo, mas, a seguir, aprovaram o procedimento relativo a Gonçalo, mas sem termos, meu caro Presidente de Junta de Freguesia, as verbas

necessárias para fazer face ao seu pagamento. E quando questionados os senhores Vereadores sobre qual destas intervenções é que retiravam, digam lá qual das intervenções é que retiravam, não nos foi referida qualquer intervenção para ser retirada. A única questão que nos foi referida: o senhor tem dinheiro na conta, gaste o fundo de maneiio que tem. O mesmo é dizer, gasta, para depois, a seguir, não teres o teu fundo de maneiio para fazer o que quer que seja, nem para arrancar com o PT2030, nem com o PRR, nem com o plano de revitalização, com nada. E a seguir é uma força de bloqueio efetiva à governação. Tal como já aqui foi referido, e bem, nós estamos a pagar, pagámos, no ano de 2023, nós Câmara, 1,8 milhões de euros de serviço de dívida. Reduzimos em 20% no último ano o montante da dívida do município em empréstimos. Empréstimos que vamos pagar, que vamos continuar a pagar estes empréstimos que estão em vigor até 2029. Empréstimos contraídos pelo Partido Socialista entre 2009 e 2011. E bem. Com uma diferença, um deles até foi para pagar o PAEL porque não havia dinheiro para o papel higiénico. É bom recordar isto. Não é investimento. Foi para pagar despesa corrente, parte destes empréstimos. Os outros, foi para investimento que foi feito, e bem. Mas contraíram um empréstimo, e bem, nada contra. Mas, mais tarde, conforme já foi referido, e bem, há pouco, o PSD manteve os empréstimos, reformulou-os com o saneamento financeiro, enfim, mas não antecipou a sua amortização, porque com os 8 milhões de euros que os ex-SMAS, no dia 31 de dezembro de 2017, transferiram para a Câmara, aquele cheque chorudo que eu passei na altura, podia ter sido feita essa amortização. Mas não foi, e bem, para poder ficar com a tesouraria necessária para qualquer eventualidade. Mas agora fazem o oposto àquilo que fizeram no passado. Para que possam dizer, daqui a meio ano, daqui a um ano: pois, o senhor não fez nada. O senhor não fez nada. O senhor não fez nada. E, depois, nas contas, também vêm dizer que a liquidez geral baixou, que a liquidez imediata baixou e tudo isto tem a ver com o ter ou não fundos na conta, ter ou não fundos de maneiio. Onde é que eu já vi este Ensaio Sobre a Cegueira num passado bem recente? E, de facto, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores Deputados, isto é verdadeiramente gozar com quem trabalha. Isto não é ser solidário, nem com as Juntas de Freguesia, nem com as populações afetadas, seja pelos incêndios em 2022, seja pelas cheias e pelas intempéries. E parece que alguns querem ser responsáveis pelo atraso na recuperação e no desenvolvimento. Porque em Lisboa atua-

se de uma forma, mas na Guarda já se atua de outra. Em bom rigor, é isto que está a acontecer. E por isso todos devem assumir, olhos nos olhos, a coligação negativa que estão a fazer contra a Guarda, a força de bloqueio que estão a provocar contra a nossa governação e aquilo que vos pedimos é que nos deixem trabalhar. Não é por nós, é pela Guarda, que nos deixem trabalhar. Nós estamos, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, estamos a fazer todas as análises possíveis, técnicas e financeiras, de forma a podermos, em breve, tomar as nossas decisões. Se será tudo anulado, se será parte anulado, se teremos que devolver, como é óbvio, neste caso, os valores ao fundo de emergência municipal, que indemnizações poderemos ter que pagar às obras já adjudicadas e algumas em curso, que outras concretizações, que outras realizações poderão estar em causa. É este o trabalho que nós estamos a fazer e esperemos, em breve, podermos tomar as decisões necessárias, face a esta atitude de verdadeira força de bloqueio que quiseram incutir à nossa governação, neste ponto em concreto. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, eu creio que não. Eu creio... ó senhor Deputado, espere, senhor Deputado. Conjugando dois dispositivos do Regimento, há um que é muito claro, o artigo 37º na parte final. Esta é a discussão que já temos tido. E que diz: cada grupo municipal ou cada deputado independente dispõe de um tempo global para efetuar a sua intervenção, podendo utilizá-la uma ou mais vezes, sempre, sempre antes do direito de resposta do Presidente da Câmara. Sempre antes do direito de resposta do Presidente da Câmara. Artigo 37º número 9. Repito, sempre antes. E como eu já disse, várias vezes, as palavras em direito são pesadas. Sempre é sempre. Depois é permitido, e vou ser honesto, o artigo 46º, pedir esclarecimentos: os deputados municipais que queiram formular pedidos de esclarecimento devem inscrever-se no termo da intervenção que os suscitou, sendo formulados pela ordem de inscrição e respondidas em conjunto, se o interpelado assim o disser. Mas, os esclarecimentos, limita-se à formulação concisa da pergunta e da resposta, sobre dúvidas resultantes da intervenção que acabou de ser feita. É uma formulação concisa dizer: o senhor disse isto, não percebi bem. É isto que é possível. Não é vir agora aqui, depois do Presidente da Câmara ser sempre o último a falar, vir

outra vez fazer discursos. Isto é o que diz o Regimento. Peço desculpa. Podemos pôr agora à votação e depois lavra o seu... quer protestar antes? Faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, o que aqui está a acontecer, deixamos, eu quase não tenho palavras, pedi a palavra, mas quase não tenho palavras e pedi a palavra para protestar e porque tenho esse direito, segundo o Regimento e segundo o artigo 48º. Sinceramente, não esperava a sua interpretação tão longa do Regimento. Estamos aqui a discutir autocarros, já o disse há bocado. Disse-o três vezes, repeti três vezes: vamo-nos ausentar da sala, se continuarem a discutir outros assuntos. Aquilo que está no regulamento, no período da ordem do dia, é discutir estes pontos. Tiveram tempo, no período antes da ordem do dia, para vir fazer aqui as intervenções. Ninguém tirou a palavra ao Deputado Luís Prata, ninguém tirou a palavra ao senhor Presidente da Junta de Valhelhas, ninguém aqui quis amordaçar. Pelo contrário, têm toda a legitimidade de falar. Tinham de manhã, salvo erro, onze minutos para falar no período antes da ordem do dia e podiam-no ter feito e deviam-no ter feito. Eu concordo que este tema do empréstimo é muito importante e devia ter sido aqui discutido amplamente. Ninguém o quis fazer. Ninguém! Ninguém o fez. Aproveitam o empréstimo dos autocarros para vir misturar alhos com bugalhos, misturar incêndios, obras que é necessário realizar nas freguesias, etc. e por aí fora. Eu concordo em absoluto com as obras. Mas desculpe, tenho que registar este protesto, porque isto não é conduzir trabalhos. Ordem, a ordem é: 2.3 - proposta da contratação de empréstimo a longo prazo para aquisição de autocarros. E este foi o motivo porque saímos da sala, porque não se estava a discutir isto. Deixou-se discutir isto e isto foi orquestrado pelo PG, com a sua autorização, senhor Presidente. E fica aqui o meu voto de protesto, porque o senhor autorizou tudo isto, o senhor sabia o que se ia falar, o senhor tinha essa informação. Sabia, não vale a pena estar a pôr essa cara, porque quando eu comecei ali a protestar e a interpelar a Mesa, o senhor não me deixou falar. E, portanto, isto é triste o que se passou aqui e o senhor é Presidente da Assembleia Municipal, foi eleito como tal e tem que zelar pelos trabalhos e que os trabalhos sejam conduzidos devidamente. Afinal, acabámos com o ponto 2.1, já vou acabar, afinal acabámos com o ponto 2.1 e o senhor inventou uma maneira de se poder discutir tudo a qualquer hora e em qualquer momento. É isso que quer? É isso que quer? Mas isto é errado, não pode ser. Não pode,

desculpe. Sabe bem que eu, quando intervenho, sinto que tenho justiça naquilo que estou a falar e não se pode vir aqui falar de empréstimos que foram chumbados pela Vereação, não se pode vir falar deles aqui na Assembleia fora de tempo. Estamos a falar do autocarro. É isso que vamos votar ou não? Ou vamos votar os incêndios e o empréstimo e aquilo que foi chumbado no Executivo? Não percebo. Portanto, apelo, fica aqui o meu voto protesto e apelo para que o senhor conduza o resto dos trabalhos conforme o Regimento. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Presumo que podemos colocar o Ponto 2.3 à votação. (...) Ó senhor Deputado... senhor Deputado, eu disse que íamos votar... não... ó senhor Deputado, senhor Deputado... Senhor deputado, um bocadinho de respeito mútuo, creio que fica bem. É mútuo. Eu coloquei à votação. Se o senhor Deputado não ouviu, devia ter ouvido, o Ponto 2.3... ó senhor Deputado, pronto. Fica gravado. Ainda bem que fica gravado.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.3 - Proposta de Contratação de Empréstimo a Longo Prazo para a Aquisição de Autocarros - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com setenta votos a favor e duas abstenções.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Interrompíamos para almoço... uma declaração de voto? Peço desculpa. Faça favor, senhor Deputado. Peço-lhe desculpa, não reparei.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Posso? Ora essa, não faz mal. O grupo municipal do PSD votou a favor deste empréstimo porque considera que a segurança de pessoas, designadamente crianças, é importantíssima, para prescindirmos deste nosso voto. E como tal, como a segurança dos transeuntes e dos utilizadores dos autocarros está em primeiro lugar, nós temos que dar um voto positivo para a aquisição de autocarros condignos que mantenham as pessoas em segurança. E, já agora, senhor Presidente, a título pessoal, deixe-me dar-lhe um conselho. Sabe que eu tenho muita estima e consideração pessoal e profissional pelo senhor Dr. José Relva, no entanto, não queira ficar na história como aquele Presidente de Mesa da Assembleia que se vergou à vontade autocrática de um Presidente. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, já lhe dou a palavra? Ó senhor Deputado. Senhor deputado, há uma coisa que eu lhe quero dizer. E digo-lho olhos nos olhos. Na quinta-feira passada, contei aqui uma história. Eu também tive a PIDE à perna e nunca me verguei. Tive a PIDE à perna, passei muitas noites sem dormir e nunca me verguei. Não é agora, em democracia, que me vou vergar a ninguém. E isso é que eu considero uma ofensa que me acabou de fazer... Não sei, não há cá objetivos. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, mais uma vez. Só uma nota. Não é a primeira vez, tem sido até prática regular, que vários pontos sejam discutidos em conjunto e depois votados em separado. Agora estou eu a falar. Outro ponto... outro ponto... outro ponto. Sim, certo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom. Declaração de voto, eu penso... Sim, declaração de voto sobre este ponto. Eu penso que o interesse do transporte das crianças é digno e justo. O interesse das aldeias em reparar aquilo que está danificado, é justíssimo.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Peço desculpa, o senhor Presidente da Câmara foi trazido à colação, deseja falar? Muito obrigado. Senhor Deputado... Senhores Deputados, são 13h28... Mas é para declaração de voto? Faça favor, peço desculpa.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Resultou, neste tempo todo, que é óbvio que o processo não foi bem conduzido. Mas, dada a urgência, de toda esta situação da aquisição dos autocarros, uma infraestrutura fundamental para a qualidade de vida dos nossos cidadãos, o voto do Chega não podia deixar de ser sim. Efetivamente, o país está atrasado, a Guarda mais atrasada ainda, nós estamos atrasados já para o almoço, proponho que nos dediquemos ao almoço.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Recomeçamos às 15h00.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Boa tarde. Já temos cinquenta e quatro membros presentes na sala, portanto, temos quórum, podemos reiniciar os trabalhos. Na sequência da ordem de trabalhos, passávamos ao Ponto 2.4.” -----

Ponto 2.4 - Aprovação da Prestação de Contas 2023 do Município da Guarda - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está à discussão. Senhor Presidente, deseja intervir agora ou no fim? No fim? Ok. Alguma senhora Deputada deseja falar? Senhor Deputado, faça favor, tem a palavra.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos e a todas. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor José Relva, na sua pessoa, cumprimento todas as senhoras e os senhores Deputados, as senhoras e os senhores Presidentes de Junta, cumprimento o Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, Eng.º Sérgio Costa, e as senhoras e senhores Vereadores, bem como todos os que nos seguem e acompanham. Pelo nosso Movimento Pela Guarda, e em sua representação, sou a prestar o devido suporte político ao Excelentíssimo Executivo Municipal relativo à prestação de contas do Município da Guarda de 2023, que são, daqui a instantes, submetidas à aprovação desta Assembleia Municipal. Procurarei ser objetivo e transmitirei aos senhores Deputados, de forma muito sintética e factual, uma análise às contas do Município que, no meu entendimento, são, no essencial, boas contas e situação económico financeira razoável. Já lá vamos. Antes de concretizar a referida análise, não posso deixar de lembrar ao Excelentíssimo Executivo e Senhores Vereadores, com algumas e importantes mensagens que, em meu entendimento, são o seu desígnio e devem estar sempre presentes. A importância do Município com contas credíveis, auditadas e certificadas; a importância de um Município com um bom desempenho económico financeiro em equilíbrio e, conseqüentemente, com bons níveis de rating, que é sinónimo de maior capacidade negocial e de menores encargos; e que todo e qualquer agente económico possa perceber o bom desempenho económico financeiro do nosso Município, que cumpre com as suas responsabilidades, que possui suficientes e adequados recursos e tesouraria, para que seus pagamentos sejam reduzidos prazos e/ou quase imediatos, como felizmente se tem verificado com prazos médios de pagamentos, em 2023, de dezanove dias, sem dívidas em atraso.

Assim sendo, de acordo com a prestação de contas do Município da Guarda do ano de 2023 e sua certificação legal de contas, concluímos pelas referidas boas contas e por um razoável desempenho económico financeiro. Ou seja, a situação económico financeira atual não é ainda totalmente favorável, mas mais importante do que a atual situação, é o registo da evolução positiva. Vejamos alguns e mais importantes indicadores favoráveis e/ou desfavoráveis que suportam esta avaliação. De 2022 para 2023, os rendimentos do Município crescem 5 milhões 938 mil euros, fixando-se em 51 milhões e 19 mil euros. O valor dos EBITDA é positivo e cresce no triénio 2021/23, fixando-se, em 2023, em 7 milhões 505 mil euros. Ainda que a evolução no triénio de 21/23 seja positivo, o resultado líquido em 2023 foi mais negativo quando comparado a 2022. De menos 130 mil euros em 2022, foi agora negativo em 1 milhão e 50 mil euros em 2023. Ainda que de pequena monta, o resultado operacional foi agora negativo de 777 mil euros, que contrasta com um resultado operacional positivo de 3 mil euros em 2022. Mas, então, no fundamental, a que se ficam a dever estes dois registos negativos do resultado líquido e do resultado operacional? Ainda que as receitas em impostos, taxas, prestação de serviços, transferências e subsídios tenham registado um aumento de 6 milhões 186 mil euros, os encargos com fornecimento de serviços externos, pessoal e amortizações, cresceram 6 milhões 483 mil euros. Ativo e património líquido do Município, crescem em 2023. O ativo total do Município é agora de 240,9 milhões, que compara com 237 milhões em 2022. O património líquido do Município, a 31 de dezembro de 2023, é de 185,1 milhões de euros, que compara com 181,8 milhões em 2022. Ou seja, cresce com relativa expressão, mesmo aí incluindo um resultado líquido negativo de 1 milhão e 50 mil euros. Se de uma empresa se tratasse, a sua autonomia financeira era excelente. Autonomia financeira de 76,71% em 2022 e de 76,82% em 2023. A dívida total do Município é agora 0,34 vezes o valor médio da receita corrente líquida cobrada dos últimos três exercícios, 2020, 2021 e 2022. Portanto, como sabem, o limite é uma vez e meia. E é inferior ao limite de endividamento máximo permitido de 42 milhões 989 mil euros. O Município da Guarda continua a reduzir o seu endividamento, fixando-se, no final de 2023, em 12 milhões, 473 mil euros. Por outro lado, continua a reduzir o seu endividamento bancário, tendo registado, em 2023, uma redução de 1 milhão 802 mil euros, decréscimo de 20%, fixando-se em 6 milhões 955 mil euros. Mas mais importante do que o registo do momento, é a evolução e tendência

e a que respeita à dívida total exigível ao Município é positiva, que passou de 16 milhões 350 mil euros em 2021, para 12 milhões 420 em 31 de dezembro de 2023. As disponibilidades eram, em 31 de dezembro de 2023, 6 milhões e 672 mil euros, montante significativamente inferior ao valor verificado no ano passado que era de 12 milhões e 63 mil euros. Mas, como é evidente, foi por boas razões. Até ao final do ano passado, foi preciso pagar despesa com projetos de cofinanciamento comunitário, sob pena de serem perdidos fundos atribuídos e que serão, a seu tempo, recebidos pelo Município. A execução orçamental do Município, a 31 de dezembro de 2023, foi positiva. A receita total líquida cobrada foi de 73 milhões 690 mil euros, o que representou uma taxa de execução de 76,63%. E a despesa total líquida paga foi de 57 milhões 292 mil euros, o que representou uma taxa de execução de 68,93%. É desejável que as taxas de execução sejam melhores, sejam melhoradas, em particular a da receita. E agora uma reflexão. Uma reflexão sobre um tema que foi, na parte da manhã, aqui discutido, e foi de acesa discussão, mas que não pode ser dissociada da situação económico financeira do Município. Então, é a seguinte reflexão. Senhor Presidente, Dr. José Relva, senhores Deputados Municipais, senhores Vereadores, permitam-me que finalize esta minha intervenção, deixando-lhes esta proposta de reflexão. Por mais diferenças de opinião e divergências e até mesmo de eventuais inimizades políticas, friso, inimizades políticas, que possam existir entre responsáveis políticos da nossa praça, como se compreende e como se explica aos senhores Presidentes de Junta e como se explica aos nossos concidadãos, que o Município da Guarda suspenda ou adie a execução de importantes investimentos de 11 milhões de euros de intervenções em equipamentos e infraestruturas em várias freguesias danificadas por incêndios e cheias e inundações, requalificação do parque infantil Polis e estaleiro municipal? Obras e intervenções previamente aprovadas pela Câmara. Como se compreende e como se explica? Sabem qual é a resposta? Porque sim. Porque se decide não aprovar um financiamento bancário de médio e longo prazo, a vinte anos, de 7 milhões 667 mil euros, equivalente a 70% do investimento com participação assegurada pelo Fundo de Emergência Municipal de cerca de 2 milhões e 800 mil euros, 30%.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe que acelere. O tempo está esgotado.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Um minuto. Entendam, senhor Presidente e senhores Deputados, que a concretizar-se a operação, o rácio da dívida elevar-se-ia de 0,34 vezes para 0,57 vezes, mesmo considerando a dívida às Águas do Vale do Tejo de cerca de 30 milhões, não reconhecida pelo Município e contabilizada em provisões, o rácio de endividamento situar-se-ia abaixo do limite legal, 1,37 vezes, sendo a margem utilizável em janeiro e fevereiro na ordem dos 20 milhões, 20% da margem absoluta de endividamento. Porque, eventualmente, não levamos verdadeiramente a sério o impacto positivo destes investimentos na nossa economia local e regional. Porque, eventualmente, este financiamento não será tão virtuoso como outro ou outros financiamentos contraídos no passado, com posterior e conseqüente saneamento financeiro por ex-Executivos deste Município. Porque há quem entenda que o Município deveria optar por utilizar a sua tesouraria para a execução daqueles investimentos. E porque, no final do dia, há sempre uma qualquer razão desconhecida, mas que eventualmente boa para não aprovar. Só mais um parágrafo. Os senhores Deputados não entendem a recusa, eu também não... Resta-me agradecer a todos por me terem ouvido e termino desejando, ao senhor Presidente e seu Executivo, que continue com a maior energia, resiliência, transparência e credibilidade na condução dos destinos do nosso Município a que nos vão habituando. Pela Guarda, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Faça favor. Está-me o senhor Secretário da Mesa a informar que, neste ponto da aprovação da prestação de contas, há um tempo adicional de cinco minutos. Portanto, é para todos. Deseja intervir? Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Dá-me licença que comece, senhor Presidente?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado. Guardenses, minhas senhoras e meus senhores, Comunicação Social, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores Vereadores, senhor Presidente do Executivo, senhora e senhores membros da Mesa, senhor Presidente da

Assembleia Municipal, uma boa tarde a todos. Permitam-me que faça esta alteração à convenção estabelecida e inverta a prioridade da importância protocolar, mas, com todo o respeito para com os diversos órgãos que aqui têm assento, o povo da Guarda, que nós aqui representamos, estará sempre em primeiro lugar, pois é para ele que nós canalizamos o nosso trabalho e a nossa energia. Hoje, mais uma vez, somos chamados a debater as contas do Município da Guarda, neste caso, as relativas ao exercício de 2023. E preocupa-nos o caminho, ou melhor, o descaminho que as contas da Câmara Municipal da Guarda têm vindo a trilhar. É já bastante evidente a inversão da tendência positiva que a saúde financeira do Município vinha conquistando até 2021. As demonstrações financeiras da Edilidade guardense, começam agora a ser motivo de preocupação, pois assistimos a muito gasto e pouco rendimento ou investimento. E a prova mais flagrante desta evidente constatação, é um resultado líquido negativo de mais de 1 milhão de euros no exercício de 2023. Ou seja, um crescimento negativo de mais de 700%. Eu repito, 700%. E continuamos. Relativamente às externalizações, representadas na conta fornecimentos e serviços externos, temos assistido a um crescimento constante desta rubrica, na ordem dos 2 milhões a cada ano que passa. No entanto, a cidade e o concelho estão como todos vemos e as entradas de colaboradores para o Município não param de aumentar. Então, o valor de quase 20 milhões de euros nesta rubrica em 2023, parece-nos desproporcional em relação à qualidade e quantidade dos serviços prestados à população. Gastamos mais, mas se calhar não da forma mais eficiente. E continuamos. Taxa de execução da receita pouco acima dos 75%. Taxa de execução da despesa nem aos 70% chega. Taxa de execução das receitas de capital, 29.1%. Taxa de execução das despesas de capital, 55.8%. O investimento, que cria riqueza e garante melhores condições de vida e usufruto do espaço público, foi executado em pouco mais de metade do orçamentado. O encaixe de fundos dos diversos projetos que a Câmara Municipal da Guarda viu aprovados, nem aos 30% de execução chegou. E não venham colocar a totalidade do ónus da culpa nas entidades promotoras dos mesmos. Se todos sabemos que existe algum *delay* entre a submissão dos pedidos de pagamento e a transferência de fundos dessas entidades, se calhar, manda o bom senso que façamos as coisas com tempo e não concentremos tudo nos últimos meses do ano que depois dá o resultado que todos nós agora comprovamos. A taxa de execução das GOP, as Grandes Opções do Plano, têm vindo a diminuir

sucessivamente desde 2021, estando em 61% em 2023. O passivo cresce de ano para ano. E poderia aqui continuar esta tendência, mas não quero ser maçador. Então, mais uma vez, e sem querer insistente, pergunto, para quê fazer orçamentos tão inflacionados, aos quais se somam revisões em alta, para depois as taxas de execução dos mesmos serem pouco mais do que medianas? Parece uma viagem ao passado. Todos me compreendem. Por último, estamos a caminho do quinto mês do exercício de 2024. O Executivo está a governar confortavelmente com o orçamento de 2023. Gostaria, então, de saber se vai apresentar um novo orçamento realista, exequível e abrangente para este ano ou se vai continuar a reger-se pelo de 2023. E, já agora, também, que vem a talhe de foice e tenho tempo para isso, respondendo ao Deputado que me antecedeu, relativamente à questão da não aprovação do empréstimo, há aqui uma coisa que me mete alguma confusão. O senhor Presidente, na reunião do Executivo do dia 22 de abril, terá dito aos senhores Vereadores que, pelo facto de esse empréstimo ter sido chumbado, iria parar, suspender, adiar as obras que estavam a decorrer nas freguesias e as outras que iam começar. Curiosamente, no dia seguinte, numa freguesia deste concelho, há fotografias que o provam e vários testemunhos, que o viram a assinar protocolos de entendimento com as Juntas relativamente a essas obras. Então, das duas, uma. Ou o senhor Presidente andou a enganar os nossos Vereadores fazendo crer que iria suspender ou adiar as obras ou então está a passar um atestado de menoridade aos fregueses, dizendo que vai fazer coisas que, depois, antecipadamente, já tinha dito que não faria. Portanto, nós não entendemos este tipo de política. E, depois, também, isso de vir para aí a arregimentar os senhores Presidentes de Junta e os seus fregueses, inculcando-lhes medo, nos cinquenta anos do 25 de Abril, quando o senhor sabe perfeitamente que tem fundos disponíveis para acorrer a essas obras, se não as fizer é porque não quer. Porque tem capacidade financeira mais do que suficiente para as fazer, se as considera assim tão importantes. Portanto, não venha para aqui a criar celeuma e a criar enganos e motivos de preocupação entre as pessoas, porque eles não existem. Senhor Presidente, tem dinheiro para isso, faça às obras que deve. Ou, então, tem que fazer escolhas. Eu vou dar aqui um exemplo. Nesse pedido de empréstimo, ou nesse pedido para fundos, há uma obra que orça 1 milhão de euros. Tem a ver com a remodelação das oficinas municipais na Malmedra. Se calhar, mandaria o bom senso que isso se aproveitasse para habitação, ganhava dinheiro com isso, as famílias tinham

habitação e construía, por exemplo, noutra área da cidade, com um espaço diferente, com melhores condições. É apenas uma sugestão. Gerir é fazer escolhas. E, para isso, quem está à frente dos destinos de uma Autarquia, tem que ter a capacidade e a sensibilidade de as fazer, sem colocar em risco a saúde financeira do Município e sem andar a ludibriar os seus munícipes. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado... senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Boa tarde a todos. E queiram desculpar o nosso grupo, hoje, o nosso especialista nesta matéria está ausente e, portanto, eu aqui sinto-me um bocadinho fora de pé. Tentei ler isto e, para quem não está por dentro disto, aquilo que me parece é assim. Tudo o que eram gráficos bons estavam a descer. Tudo o que eram gráficos que representavam qualquer coisa de mau, estavam a subir. É assim, houve aumento grande em impostos e taxas durante o ano de 2023. Qualquer coisa como mais 6 milhões 180 mil? Se calhar, está qualquer coisa mal neste número. A taxa de execução das Grandes Opções do Plano ficou-se apenas por 61%, que é o valor mais baixo destes três anos. A caixa em janeiro estava no valor de 12 milhões em janeiro de 2023 e em janeiro de 2024 é de 6 milhões de euros. Depois diz-me aqui para ir para a página 40... vou aqui para a página 40, peço desculpa. Está complicado. Queria chegar a uma parte que eu estou mais à vontade, que tem a ver com ajustes diretos e com concursos públicos. E relativamente a ajustes diretos, eu vou listar alguns que me parecem que poderiam ter sido feitos em concursos públicos e que foram feitos enquanto ajustes diretos. E aí parece-me que é assim, só se fazem ajustes diretos quando é uma coisa urgente, quando é uma coisa que não temos outra possibilidade. E, então, eu vou deixar alguns. Implementação de sistemas de informação em tempo real aos utentes dos transportes urbanos da Guarda. Este aqui foi em consulta prévia. Custou 380 mil 273 euros. E isto aqui foi para colocar aquilo que nós vimos, neste momento, aí, por toda a cidade, e foi no dia 9 de fevereiro de 2023. No entanto, aquilo que nós verificamos é que olhamos para os ecrãs e os ecrãs não dizem nada, não é? E então, teve que ser feita uma consulta prévia a três concorrentes, claro que ganhou o concorrente que tinha ficado em primeiro lugar relativamente ao concurso público, no valor de 104 mil euros, em

21.12.2023. Ou seja, a Câmara contratou basicamente os ecrãs e depois, a seguir, é que contratou a parte que irá funcionar e que, segundo eu sei, até agora, não está em funcionamento. Tenho aqui uma prestação de serviços para a realização da Conferência do Expresso com o Município da Guarda, no valor de 22 mil 755 euros. Se se lembram, à data, aquilo parecia que era uma coia organizada pelo Expresso e que teria vindo à Guarda, de alguma forma, porque a Guarda era uma cidade diferente e coisas deste género. Aquisição de serviços para a implementação da medida de apoio técnico à elaboração, execução e avaliação de planos de igualdade. Estamos a falar daquilo que veio a esta casa na última Assembleia e que verificaram que responderam sete pessoas ao plano de igualdade. Custou 24 mil 536 euros. Depois, o concerto Lucky Duckies, isto custou 12 mil e 300 euros em ajustes diretos. A impressão do boletim municipal Viver a Guarda, que nos chega a casa, custou 20 mil e 765. A promoção da Feira Farta, na CMTV, 25 mil 382 euros. Aquisição de serviços para a criação e encenação do espetáculo comunitário, A Cruz Jaz no Meu Regaço, 7 mil euros. Corte de vegetação exótica do Parque Polis, na altura em que o Partido Socialista começou a criticar a Câmara por causa daquilo estar como estava, 8 mil e 300 euros. Elaboração de estudo prévio e informação prévia para a criação do Parque Biológico da Quinta da Maunça, 24 mil euros. Concerto Dino D'Santiago, 22 mil 750 euros. Aquisição de vinho do concelho da Guarda, 12 mil 973 euros. Herman & Quarteto, na quarta Gala do Desporto, 11 mil 750 euros. Bem, portanto, é isto. Contratação de serviços para o modelo de gestão a adotar pelo Município da Guarda, esta não entendo. O Município da Guarda teve de contratar serviços para modelo de gestão, 24 mil 538 euros. Prestação de serviço para apoio técnico a todas as atividades técnicas de abastecimento e saneamento. O Município da Guarda não tem técnicos para prestação de serviços de atividades de abastecimento e saneamento, 19 mil e 200 EUR. Prestação de serviço de manutenção da operacionalidade do centro de recolha dos animais, 10 mil 675 euros. Aquisição de assessoria jurídica, 80 mil, mais 55 mil. Bem, isto tudo para vos dizer o quê? Para vos dizer que esta Câmara está a externalizar tudo. Ou seja, esta Câmara é verdadeiramente uma Câmara que, ao mesmo tempo que diz que precisa de gente, externaliza tudo. É tudo prestações de serviço. Eu estou convencido que alguns elementos do PG, quando eu falei aqui de uma série de coisas... atenção, que eu só falei de ajustes diretos. Os primeiros eram um concurso público e, depois, a seguir, uma... agora não me lembro do

nome, mas tudo o resto, tudo o resto, ajustes diretos. E eu tenho a certeza absoluta que existem montes de situações destas que poderiam ter sido resolvidos pelos colaboradores da Câmara Municipal. No entanto, temos isto! Eu não falei sequer, neste momento, o parque de campismo não tem colaboradores da Câmara lá. Tem uma empresa. Os Passadiços do Mondego tem uma empresa. É isto a gestão do município e depois quer empréstimos. É natural. É natural. Quando nós não gerimos bem, temos que depois ir buscar o dinheiro a qualquer outro lado. Havia aqui um... eu não sei se falei do dinheiro da caixa. Eram 12 milhões, passou para 6 milhões. Depois, entretanto, pedem-nos 7 milhões de empréstimo. Portanto, estamos na mesma. E, já agora, nós, também, durante o almoço, estávamos só a fazer uma pequena reflexão. As obras estão adjudicadas segundo aquilo que vem na listagem. A maior parte das obras estão adjudicadas. Vai parar as obras, senhor Presidente? Estão adjudicadas! Então, fez um contrato! O senhor Presidente nem a Câmara podem ser alguém de mal. Quando adjudicam, têm que cumprir. Portanto, quando adjudicou, de certeza absoluta que foi à rubrica ver se havia dinheiro ou não havia dinheiro para poder adjudicar. É assim que se gere, senhor Presidente. Portanto, neste momento, e não sendo eu, estando fora de pé, como é óbvio, o Partido Socialista vai-se abster relativamente às contas, porque temos a certeza absoluta que, quem fez estas contas e quem as disponibilizou, as contas estão bem feitas, não é? Mas, como eu vos digo, também o nosso especialista de contas hoje não está cá e, portanto, o Partido Socialista ir-se-á abster. No entanto, deixamos aqui algumas críticas, algumas questões que gostaríamos de ver respondidas. Dizendo sempre que, como é óbvio, são críticas e questões de alguém que não está por dentro destes assuntos, da mesma forma que estaria dentro de outros. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Deseja intervir? Faça favor, senhor Deputado. Tem, tem tempo porque são cinco minutos além do normal. Portanto, tem quatro minutos.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos, senhor Presidente, em si, cumprimento todos. Não vou gastar muito tempo, até porque eu não sou especialista de contas, não vou meter-me neste assunto. Não vou falar, de certeza, disso. Mas, como sobra tempo, e porque efetivamente a parte da tarde está a ir no mesmo tom da manhã! De manhã foi lições de moral e um conjunto de candidatos a Presidentes da Assembleia

Municipal. Fico contente que haja aqui tanta gente com qualidades para serem Presidentes da Assembleia Municipal. Têm um problema. É preciso ganhar. Da parte da tarde, já aqui, só foi agora de repente, já apareceram dois candidatos a Presidentes da Câmara. E bem. Quer dizer, a democracia faz parte disso. Eu até nem gosto dos auditores cá, eu gosto de políticos aqui. Mas os dois que falaram, têm dois problemas. Não é só um, são dois. Um, é preciso ganharem ao que está à frente. Tanto aqui o meu amigo Né, como o meu amigo Borges. Já há outros que estão mais à frente. Têm o trabalho de casa feito. Por exemplo, está-me a dizer que sim, o Dr. Carlos Chaves tem trabalho de casa feito. Tem esse problema. O nosso amigo Borges tem também já um candidato que está à frente. No dia das eleições legislativas, afirmou-se como candidato, o meu amigo Eng.º Monteirinho. Tudo bem. Tudo bem, mas isto que seja... temos tempo. Vai haver eleições, é preciso ganhá-las. É preciso ganhá-las. Não vale a pena vir aqui, como de manhã, dizer qualquer coisa de que o Presidente é bacoco ou outra coisa qualquer, que foi o que se disse. Não vale a pena. Cinquenta anos é muito tempo, já dá para sermos uma democracia madura. Vai haver eleições para o ano. Serenamente, vamos discutilas e que ganhe o melhor. Há um problema muito simples, está escrito nos mapas eleitorais, as últimas ganhou-as o Presidente que está e o Presidente que está. Esse é o problema.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia.** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, não se importa de se sentar? Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre este Ponto 2.4, aprovação da prestação de contas de 2023?” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Presidente, só mais uma vez para solicitar que o senhor Presidente cumpra com aquilo para que foi eleito. E, portanto, estamos a falar de contas, falemos de contas. Esqueçam de outras coisas. Para isso há outros pontos. É que é assim, ó senhor Presidente. Não fui eu, não fui ninguém, nenhum destes senhores Deputados teve a ideia de acabar com o ponto 2.1. Foi o senhor Presidente e a sua mesa que, de livre espontânea vontade, sem terem dito nada, sem terem dito nada... Olhem, deixem-me dizer-vos uma coisa, eu não vou respeitar... é assim, se não respeitam a mim, depois, a seguir, o senhor Presidente não pode pedir respeito. O

Senhor Presidente, depois, a seguir, não pode pedir respeito. E depois, a seguir, quando o senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, deixem o senhor Deputado falar. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Quando o senhor estiver a falar, se calhar, e se disser aquela coisa de «só falo se me deixarem falar», se calhar não vai falar o senhor Presidente. Bem, mas só para dizer isto, senhor Presidente. Aquilo que assistimos aqui pelo Deputado Valbom, foi, foi mais uma vez, uma falta de respeito para com a mesa, uma falta de respeito para consigo, uma vez que, em vez de vir falar de contas, veio falar de outra coisa qualquer que não tinha nada a ver com contas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se há mais alguma intervenção? Não posso ainda, tenho que dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Senhor Presidente, tem a palavra, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos, agora, da parte da tarde. Algumas notas que eu queria dizer à Assembleia e, naturalmente, também, função de algumas considerações que aqui foram ditas, mais ou menos corretas. Bom, de facto, o ano de 2023, sem dúvida alguma, foi um ano de desafios, onde foi possível lançar as bases para a determinação, para a implementação de uma política de investimentos e de desenvolvimento para os próximos dez anos. Dez anos com alicerces seguros, estrategicamente idealizados, com quadros comunitários de apoio, como sendo o PRR, o 2020 que entretanto terminou, o arranque do 2030 através das diversas intervenções territoriais integradas, seja da CIMBSE, seja das outras ITI das Redes Urbanas às quais nós nos candidatámos na região centro e, naturalmente, o plano de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, entre outras medidas que possam vir a surgir. Esta estratégia, este árduo trabalho de programação, de realização de projetos, oferece condições e a base para o maior investimento de sempre no concelho da Guarda, desde a entrada de Portugal na Comunidade Europeia. Em paralelo, foi possível cumprir os rácios de gestão, manter saudáveis as contas municipais apesar do aumento dos compromissos com os investimentos, com projetos programados, com a inflação, que provocaram aumentos

exponenciais na energia, nos combustíveis, na despesa com a alimentação nas nossas cantinas, nos preços dos materiais de construção civil. Posso citar os principais investimentos que foram concluídos na cidade, no ano de 2023, que chegaram a perto de 10 milhões de euros: a nossa Ecovia; a ampliação da Plataforma Logística; os Passadiços do Mondego; a 2ª fase da Escola Secundária da Sé, que acabou por transitar do quadro comunitário de apoio pelas razões que eu já falei publicamente; a estabilização de emergência de danos causados pelos incêndios rurais, na parte financiada pelo Fundo Ambiental, validados pela Agência Portuguesa do Ambiente e pelo ICNF, que estão a terminar, neste momento, também, nas linhas de água concretamente; a requalificação do espaço público da Rua das Flores, nas Lameirinhas; a requalificação do Mercado de S. Miguel; a requalificação de quatro espaços de jogo e recreio infantil em quatro parques infantis na cidade e a remodelação dos balneários e reabilitação do ginásio da Escola Básica de Santa Clara, entre outras. Falei apenas nas principais. Para além disso, nós investimos no pagamento de despesas associadas precisamente a estes projetos de cofinanciamento comunitário no final de 2023, cerca de 5,5 milhões de euros, próximo disso, resultando, naturalmente, numa variação negativa em caixa e depósitos. É para isto que serve a tesouraria. Não é verdade, Deputado Oliveira? É para isto que serve a tesouraria. Porque se nós não tivéssemos tesouraria, não podíamos pagar antecipadamente estes investimentos, iríamos perder a totalidade da possibilidade de podermos agora, no rateio final, no overbooking final, podermos ir lá buscar no todo ou uma parte destes 5 milhões e meio. Acho que falei de uma forma escorreita e direitinha, para que toda a gente perceba para que é que serve a tesouraria, seja numa câmara municipal ou seja nas nossas casas. Porque, permitam-me a analogia, mas é também esse tipo de gestão que todos nós fazemos, naturalmente. Esta é uma política de investimentos devidamente alicerçada nos fundos comunitários e que, naturalmente, pode trazer à Guarda mais esperança na economia e no nosso desenvolvimento. A receita fiscal, no ano de 2023, obteve um acréscimo relativamente ao ano anterior, o que nos dá a certeza de que estivemos certos quando aumentámos o desconto do IMI familiar e descemos a taxa variável do IRS em 0.5% para 2024 e mantivemos a taxa da Derrama no mínimo para 2024, beneficiando respetivamente a as famílias e as empresas da Guarda. De facto, o aumento da inflação continua a determinar, ano após ano, o crescimento da despesa corrente do município, com o

encargo das instalações, com o tal aumento dos preços das matérias-primas, que eu já referi há pouco, da energia, dos combustíveis, a alimentação, dos bens essenciais. Só por esta via, estamos a falar em 1,6 milhões de euros que tivemos de aumento entre o ano 2022 e o ano de 2023, mais de 10,8%. Também estamos, naturalmente, a investir e valorizar os nossos colaboradores no cumprimento das suas obrigações com os nossos fornecedores, tendo plena consciência da implicação para o aumento das despesas correntes fixas e o conseqüente aumento dos fornecimentos provocados por esta grande inflação que foi registada em parte do ano de 2023, aumento este que não foi acompanhado das transferências correntes provenientes do Orçamento do Estado. E desta forma, também tudo isto levou a que tivéssemos um resultado líquido do exercício com uma variação negativa, em relação a 2022, de 920 mil euros. Mais competências, mas as competências também não são acompanhadas da respetiva mochila financeira. São os presentes envenenados e por isso, seja a Câmara da Guarda, seja outras câmaras do país, continuam a reivindicar, junto do Estado central, a necessidade do reforço das verbas que estão a ser transferidas, porque, de facto, os custos continuam a aumentar e muito também por esta via. Por outro lado, registámos também alguns aumentos dos serviços externos. Eu já referi há pouco, mas focalizando aqui também no caso concreto do aumento dos custos em alta da água, do serviço de saneamento, da recolha de resíduos, em especial este último que registou, só por esta via dos resíduos, o custo por tonelada aumentou 29% em alta, comparativamente ao ano 2022. O Município da Guarda, atento às dificuldades cada vez mais visíveis também por parte das famílias, das famílias mais carenciadas, com a inflação, com a subida dos juros, realizámos um forte apoio na área social, que registou um aumento de 46% perante o ano 2022. Falar também no caso concreto da habitação, que continua a ser uma prioridade e falaremos mais à frente sobre essa matéria, obtendo um acréscimo de 150%, de 2022 para 2023. Foi a diferença do investimento que fizemos nesta área, com a aquisição e algumas reabilitações que nós fizemos durante o último ano. Naturalmente que o ano de 2023 foi também o ano da consolidação das transferências de competências para as Juntas de Freguesia, com as verbas que nós fomos transferindo, aquela delegação de competências que nós negociámos e assinámos em 2022, com estes cerca de 1 milhão de euros que é transferido para todas as Juntas de Freguesia. E continuámos também com a política de descentralização, de uma forma forte, determinada, no apoio às

associações culturais, desportivas, às IPSS, que, em conjunto, significam um aumento muito considerável e nesta governança que fomentou uma coesão territorial mais robusta e uma administração que queremos que seja mais eficiente. E esta proximidade na resolução dos problemas, no apoio aos cidadãos, através desta descentralização também na governação, tornou as decisões mais rápidas, mais eficazes e economicamente mais vantajosas, além de permitir uma maior independência destas entidades face à Câmara Municipal da Guarda. Tal como referi já hoje de manhã, no que respeita a financiamentos junto de instituições de crédito, o Município conseguiu amortizar 1 milhão e 802 mil euros, numa redução à banca, os tais empréstimos que vêm do passado, numa redução à banca de mais de 20%. E ressaltar, também já aqui foi referido, o prazo médio de pagamentos que se estabilizou nos últimos dois anos, foi de dezanove dias. Ó senhor Deputado, podia ser vinte e nove, podia ser trinta e nove, quarenta e nove, ia dar ao mesmo. Mas, naturalmente, é um bom indicador que pagamos a tempo e horas. É importante destacar também que o Município continua a cumprir o limite da dívida previsto na lei, permitindo que o plano de saneamento financeiro se mantenha suspenso. Enfim, assumimos, como sempre, o compromisso de servir com integridade, promovendo uma governação que não só ouve, mas que atua em consonância com as necessidades da nossa comunidade e com este documento reafirmamos a nossa dedicação e uma governação que privilegia a abertura e a participação cívica, essenciais para a construção de uma Guarda cada vez mais forte, mais coesa, estando assim juntos nesta jornada, prontos para enfrentar o futuro, sustentados pela confiança que depositou em nós e pelo trabalho que continuamos a desenvolver. Mais algumas breves notas que eu queria registar. Bom, a despesa capital e tal despesa capital que alguns falam, mas é bom registar que praticamente duplicou. A despesa capital duplicou, cifrando-se em cerca de 17 milhões de euros no ano transato. É claro que sofremos com o atraso do arranque do PRR, a ITI foi assinada há um mês e meio, sensivelmente. Também está aí num ponto para que nós possamos ter que tomar conhecimento, os senhores Deputados. O PRR, as várias intervenções do PRR estão, muitas delas, as mais musculadas, estão efetivamente atrasadas. No que diz respeito ao aumento dos encargos com as instalações, eu já referi há pouco, aqueles cerca de 1,6 milhões de euros na energia, no gás, nas matérias-primas, enfim, mas é importante salientar também o aumento de cerca de 1,3 milhões de euros, no ano de

2023, em relação a atualizações salariais e a progressões de carreira. Sem contratarmos mais ninguém, foi esta a implicação que nós tivemos. Nada contra, mas alguém tem que pagar a conta, nesse caso é a Câmara Municipal da Guarda e o Estado central não faz as transferências correntes necessárias para cobrir esta despesa também da atualização salarial e das progressões da carreira. Importa referir também mais duas despesas que eu já falei há uns meses aqui nesta casa, que tem a ver com o pagamento à Broliveira, dos lotes da plataforma logística. Um processo que tivemos que quitar em definitivo por causa de um processo que estava a decorrer há quatro anos no Tribunal Administrativo e Fiscal, juntamente com a dívida que vamos pagar a uma empresa construtora por causa das dívidas passadas da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa. Só nestes dois casos, tivemos que pagar meio milhão de euros que ninguém contava, naturalmente, com a necessidade destes pagamentos. Já aqui foi referido também o aumento do património líquido em cerca de 3,2 milhões de euros. A redução da liquidez geral, da liquidez imediata, dos depósitos e caixa, senhor Deputado, é normal. Quando nós pagamos, quando nós temos que pagar antecipadamente e graças a Deus que tínhamos tesouraria! Por este andar, vamos ver se durante o ano 2024, lá para o final, se vamos ter tesouraria. Por aquilo que nós ouvimos aqui de manhã, podemos não ter tesouraria. E, depois, a seguir, não se paga ou então perdemos oportunidades para conseguir outros financiamentos. É como em nossa casa. Nós, quando queremos comprar alguma coisa, temos que ir ao mealheiro. Se nós não tivermos mealheiro, não podemos fazer os investimentos tão necessários para as nossas necessidades da nossa sociedade, do nosso concelho, das nossas freguesias. E aí também se deve, naturalmente, a redução dos fundos disponíveis. Isto vai tudo dar ao mesmo. Isto vai dar tudo ao mesmo. Relembrar também, está em ata, aquando da aprovação do orçamento para 2023, em dezembro de 2022, eu já na altura dava um alerta da possibilidade de podermos ter que aumentar as despesas em serviços externos, em contratações externas, em função dos aumentos da inflação, entre outros, de cerca de 3 milhões de euros. E assim aconteceu. Quer dizer que os orçamentos e as previsões foram efetivamente bem feitas. Naturalmente que nós temos a necessidade de colocar em marcha projetos relacionados com o 2030, com o PRR, no caso concreto da habitação que é o mais musculado. Essa é efetivamente a preocupação que todos nós devemos ter. Mas se não tivermos fundos próprios, se não tivermos tesouraria, não será possível nós podermos

arrancar com muitos desses investimentos, naturalmente associada ao facto da necessidade de reduzirmos a despesa corrente. Mas quando estamos dependentes da inflação, quando estamos dependente do aumento dos custos da energia, da água, do saneamento, dos combustíveis, dos resíduos sólidos urbanos, dos juros, dos bens essenciais, das matérias-primas, enfim, é esse trabalho contínuo e diário que nós, juntamente com os serviços do Município, continuamos a tentar fazer. Sobre algumas considerações que aqui foram ditas também, sempre que o Município não tenha internamente os recursos necessários para as suas concretizações, tem que contratar fora. Com conta peso e medida, naturalmente. E não nos coíbe nada aquilo que aqui já foi dito. Deixem-me só dizer isto. É o Movimento Pela Guarda que está na governação. Mas este tipo de contratações já era feito no passado quando estava o PSD na governação, quando estava o PS na governação, em razão daquilo que a lei permitia fazer. Mas alguém cometeu aqui alguma ilegalidade? Se nós temos à disposição o código da contratação pública deve ser usado na sua plenitude, seja para o concurso público nacional ou internacional, para as consultas prévias, para os ajustes diretos ou para os ajustes diretos simplificados. São estas as figuras que têm na lei para comprar um parafuso, para contratar um espetáculo de música, para contratar uma prestação de serviços, um projeto, um anteprojecto, um estudo prévio, o que for. E por isso é o que é feito na Câmara da Guarda, é o que é feito nas trezentas e oito câmaras do país e é o que é feito no Estado central também, nos organismos desconcentrados do Estado central, nas instituições públicas, porque todos se regem efetivamente pela mesma lei. Falar aqui que a entrada de colaboradores não para. Então, os concursos ainda estão a decorrer. Se já tivessem todos finalizados, já cá estava toda a gente a trabalhar e, certamente, muitos destes recursos externos já seriam poupados. É por isso que nós devemos agradecer, aqui, publicamente, e com gratidão, o trabalho hercúleo que os técnicos do Município estão a fazer nos concursos, para que, no mais curto espaço de tempo, de facto, possamos chegar ao fim deste calvário burocrático e as pessoas possam começar a trabalhar, tendo em conta os rácios que, recorde, no ano transato aqui referi, o número de reformas nos últimos anos e a previsão do número de reformas também para os próximos anos. Falou-se aqui em taxas de execução baixas. Vamos às taxas de execução. Vamos recuar atrás, mas não é preciso ir muito. Vamos ao ano 2011: taxa de execução da receita (38%), da despesa (38%). 2012: taxa de execução da receita (37%)

e da despesa (37%). 2013: taxa de execução da receita (65%), da despesa (64%). Vamos a 2019: taxa de execução da receita (79%), taxa de execução da despesa (66%). 2020 é similar. O 2020, pandemia, aqui devemos fazer algum desconto, naturalmente que sim. Vamos a 2023: taxas de execução antes da revisão de final de ano. Há um subterfúgio na lei para cumprir os rácios junto da DGAL. 77% que nós tivemos, em 2023, da receita. Da despesa, 69%. Acima da maior parte daquelas que eu referi há pouco. Mas, se formos às grandes opções do plano, o paradigma é exatamente o mesmo. Podemos dizer mesmo que nas grandes opções do plano temos, nos últimos oito anos, a taxa mais elevada de execução das grandes opções do plano, antes da revisão. E nós optámos, porque o orçamento não foi aprovado, não fizemos a revisão do orçamento no final do ano para compor as taxas de execução. Assumimo-lo. Porque, se o fizéssemos, então disparávamos e sem dúvida alguma que teríamos tido das taxas de execução mais elevadas dos últimos oito, dez, doze anos, por aí. E por isso é bom falar a verdade daquilo que são as taxas de execução da receita, da despesa e das grandes opções do plano. Eu não sou nenhum especialista em contas, mas estudei e aprendi ao longo de alguns anos e, de facto, é esta a verdade no que diz respeito a essas taxas de execução. Bom, depois nós ouvimos aqui, mais ou menos, dizer para gastarmos o que temos na conta. Então, mas as obras agora não avançam porquê? As obras não avançam se o Executivo não quiser. Voltamos outra vez a chover no molhado, voltamos a falar outra vez no assunto que se passou, que falámos durante a manhã. E, já agora, senhor Deputado, estaleiros municipais, habitação, o senhor, certamente, não teve tempo para ler as atas das reuniões de Câmara. Este assunto foi falado já na reunião de Câmara. Eu dei uma explicação. Para se fazerem os estaleiros municipais novos é preciso concluir o projeto, é preciso lançar a obra, fazer a obra, mudá-los de sítio e, depois, então, aquele edifício, em tese, até poderia ser para isso, já passou o tempo do PRR. E por isso é que nós encontramos outras soluções em matéria de habitação. E aquilo que eu referi na reunião de Câmara, na mesma reunião de Câmara, no futuro iremos decidir qual é que será o destino daqueles estaleiros. Mas, por este andar, nem no dia de São Nunca pela tarde, como diz o povo, haveremos de ter estaleiros municipais, tendo em conta aquilo que os senhores Vereadores do PS e do PSD fizeram na reunião de Câmara, ao terem chumbado o orçamento para os investimentos dos incêndios, das cheias e das inundações nas freguesias, mas também os estaleiros municipais e o parque infantil do Polis. Já agora,

dar aqui uma nota que o aumento do passivo, é bom que se diga, o aumento do passivo tem a ver com o reconhecimento relativamente à E-Redes, senhora Deputada. As questões da E-Redes não eram reconhecidas antes nas contas, teve que ser feito algum trabalho financeiro para ser reconhecida esta questão patrimonial a E-Redes e por isso é que aumentou o passivo por essa razão. Não é por qualquer outra razão. Aliás, isso está mesmo lá plasmado no relatório, pode ficar até no revisor oficial de contas. Bom, sobre aumento de impostos e taxas já falei sobre essa matéria, taxas de execução, o valor de depósitos... pois, gastou-se, diminuiu, foi para metade. Vamos lá ver, no final do ano, como é que isto vai ficar. Vamos ver, no final do ano 2024, se temos lá metade do atual, se temos zero ou se temos menos do que zero. Não sabemos o que é que vai acontecer, função do que nós já discutimos durante a manhã. E depois fez-se aqui um ensaio, um ensaio de ajustes diretos. Muito bem! Muito obrigado, senhor Deputado, por lembrar aqui algumas concretizações, que algumas delas eu já nem me lembrava. Mas olhe, nós vamos continuar a fazer. Vamos continuar a fazer. Sabe como é que é a forma de contratação dos espetáculos musicais? É exatamente esta. Não é desde agora, é desde sempre. Olhe, o TMG fez agora dezanove anos. Grande obra que foi feita. Dezanove anos. Em dezanove anos, foi contratado exatamente sempre tudo da mesma forma. Sabe porquê? Porque é o que a lei diz, é o que a lei permite ser feito. E os técnicos, e bem, estudam a lição, estudam as matérias e assim fazem. Tal como é comprar as peças de automóveis. Aí já se faz uma evolução, mesmo sendo permitido o ajuste direto, mas pedem-se alguns orçamentos, e bem, em razão da matéria. Depois algumas empresas não respondem, bom, essa parte é um suplício. E, naturalmente, quando temos que fazer contratação de conferências, claro que sim. Algumas prestações de serviço que aqui foram referidas, claro que sim. A limpeza do lago do Polis, claro que sim, 8 mil e qualquer coisa euros foi assim que custou. Claro que sim, tinha que ser limpo. E vamos continuar a fazer, desde que nós consideremos que está legalmente enquadrável e que é politicamente justificável. Porque nós temos que continuar a governar. Nós somos um Executivo em minoria e temos e queremos fazer pontes. Mas há uma coisa que não se podem esquecer, fomos nós que fomos eleitos para governar, somos nós que estamos na liderança e por isso aquilo que nós gostaríamos era de ter cada vez mais contributos, naturalmente, para que nós possamos ter uma melhor governação. Porque a melhor governação é tanto melhor quanto

melhor é a oposição. Está nos livros, esta expressão não é minha. E por isso é isso que nós desejamos e estas contas refletem bem aquilo que foi o trabalho, o esforço durante o ano 2024. E referir, já agora, por último. Ó senhor Deputado, esqueceu-se aí de falar em ajustes diretos de 3 milhões de euros. Os dos incêndios, os tais da APA, do ICNF, que foram quase 3 milhões de euros, que até foram aprovados em reunião de Câmara. Até tivemos o cuidado de consultar.. foram três ou foram cinco? De consultar e por ajuste direto. E a lei, porque estávamos em estado de calamidade, até dizia que podíamos entregar a uma só empresa. E nós dissemos: não, porque isso não faz sentido. Então consultámos várias empresas. Foram quase 3 milhões. Está a ver, senhor Deputado, por isso é que este é o caminho. Desde que nós façamos as coisas dentro da base legal, estamos todos descansados, porque é esse, de facto, o nosso apanágio e aquilo que é feito pelos colaboradores desta casa, a quem muito agradecemos o seu esforço, o seu empenho e a sua dedicação para que esta governação possa ser mais fácil e possamos, naturalmente, ter aqui as contas limpas, transparentes, para que possam ser aprovadas aqui nesta Assembleia Municipal, com larga maioria, que é aquilo que pedimos às senhoras e aos senhores Deputados, às senhoras e aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado. Colocava, então, à votação, o Ponto 2.4, aprovação da prestação de contas 2023 do Município da Guarda.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “É muito simples. Foi perguntado ao Presidente de Câmara se iria aprovar ou se iria apresentar um novo orçamento. Também não estive cá sempre, mas eu creio que não ouvi a resposta. Pedia que desse uma resposta, por favor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, eu li, há pouco, para que servem os pedidos de esclarecimento. O pedido de esclarecimento é sobre um assunto de que o orador tenha falado. Que eu saiba, o senhor Presidente da Câmara agora não falou em orçamentos. Portanto, o seu pedido de esclarecimento, peço imensa desculpa, está fora de questão. É sobre o que foi falado. Não foi falado. Peço desculpa, mas é assim. Colocava, então, à votação, o Ponto 2.4.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.4 - Aprovação da Prestação de Contas 2023 do Município da Guarda - discussão e votação. -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e seis votos a favor e vinte e nove abstenções. -

Ponto 2.5 - Proposta de Aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo - discussão e votação. -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Está à discussão. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- Daniel Gonçalves, Deputado (PG): “Muito boa tarde a todos. O orçamento participativo é um orçamento fantástico, envolve verdadeiramente a comunidade. Por isso é um projeto que deve ser louvado, acarinhado e desenvolvido. Como qualquer projeto, sobretudo se pede dedicação e envolvimento dos munícipes, sem nunca esquecer que deve ser credível, transparente, claro e bem conduzido. São estas as exigências que este regulamento vem cumprir, depois de ter sido construído de forma completamente aberta e transparente. Posto isto, quero apenas que este projeto se torne uma realidade o mais rapidamente possível. Vejamos, as propostas serão analisadas por uma equipa de coordenação e por uma equipa de análise técnica que envolverá elementos de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal. Máximo envolvimento, máxima transparência, tal como é exigido num estado democrático. Apenas queria dizer bem-haja ao Executivo e a todos os técnicos que elaboraram o documento e que seja o início de um verdadeiro ato de cidadania. Obrigado.” -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado já deseja intervir.” -----

- Bárbara Xavier, Deputada (BE): “Boa tarde a todas e a todos. Felizmente estamos aqui hoje para debater um projeto que já estava orçamentado em 2023. Obviamente votaremos a favor, mas temos apontamentos a fazer. Achamos que o tempo de consulta pública e o tempo para reclamações é muito curto, não permite a participação. Nós estamos a falar de cinco dias. E depois há outros dois pontos que nos parecem que se juntam a desvirtualizar o sentido do orçamento participativo. Nas exclusões, está dito

que serão excluídas quaisquer propostas que sejam incompatíveis com planos ou projetos municipais. Ou seja, isso elimina o objetivo do orçamento participativo. Um outro ponto que se junta a este, é que não existem júris externos, ou seja, mais uma vez, é a Câmara que decide unilateralmente de acordo com a sua vontade quais é que serão os projetos que passam. O orçamento participativo não é um concurso de ideias. A ideia deste orçamento, desculpem a repetição, é mesmo que exista a participação da população. Não que exista uma pequena verba que é usada e que os projetos são decididos pela Câmara sem este lado externo ou, pelo menos, que não tenha a exclusão de irem contra aquilo que são as decisões do plano municipal. A ideia é, obviamente, envolver a população no orçamento municipal, é ter um orçamento que seja debatido e que seja participativo e que seja trabalhado com a população. No artigo 4, nota-se um bocadinho este desconhecimento ao descrever-se que a dimensão consultiva e deliberativa, em que é dito que a consultiva é quando as pessoas propõem as propostas e a deliberativa é a votação. Na verdade, na origem do orçamento participativo, a dimensão consultiva seria consultar a população, através de assembleias de freguesia, através de assembleias com a população, que permitissem dar opinião. Eu sei que algumas foram feitas, mas, se calhar, se isto tivesse sido bem entendido, a oposição não tinha recusado o orçamento em reunião de Câmara. A deliberativa, sim, faria parte da apresentação das propostas e votação a seguir. Portanto, novamente, votaremos a favor, mas há pontos que esperamos que sejam trabalhados no futuro.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Tem a palavra a senhora Deputada Luísa Campos.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Boa tarde. Eu vinha apenas falar do artigo 9º número 1, porque na reunião da Vereação em que este regulamento foi apresentado terá sido acordado fazer uma alteração que não foi feita e que eu venho aqui chamar à atenção para ela. Portanto, isto tem alínea a), b), c), d), e) e, a seguir, passa para a i). Entre a e) e a i), deveria aparecer uma alínea f) que é a apresentação da lista seriada. Portanto, temos a e) que é anúncio público do projeto vencedor, mas seria necessário também nós percebermos todos qual era a lista e que essa lista fosse seriada e apresentada ao público. Naquela que será a alínea g), que era a i) de antes, deveria haver a implementação dos projetos vencedores. Ora, nós falamos aqui, nós, não, mas aqui o

regulamento fala, do anúncio público do projeto vencedor e, depois, logo a seguir, fala-se dos projetos vencedores. Portanto, haverá que chegar aí a uma conclusão, não é? Já agora, eu chamo à atenção que, no artigo 10º e no artigo 11º, aparece um link que não está certo. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Rodrigo Besteiro, Deputado (PSD):** “Bom, mais uma vez aqui. Que esta seja a primeira proposta da tarde que não causa celeuma. Ou seja, como isto é consensual, o orçamento participativo, que não haja mais discussão. Apenas contar a minha parte, que o orçamento participativo também acredito que é muito importante. Aliás, quando, em 2015, creio eu, houve um orçamento participativo jovem, 2015, 2016, houve, digamos, uma fase das escolas para fazer este tipo de propostas. Envolveu muito os jovens e era bom que também houvesse esse espírito agora, tendo a noção que há uma diferença entre o orçamento participativo e o orçamento participativo jovem. Uma vez que acho que não há e não está previsto um orçamento participativo jovem no município, que este orçamento participativo que estamos agora a provar também possa ser aberto aos jovens. Sabemos que os proponentes têm que ter mais de dezoito anos, mas, isto, com imaginação, consegue-se fazer um pouco de tudo. Que possa haver, por parte das escolas, também, uma espécie de iniciativa que envolva os alunos e que envolva os jovens. Acho que era uma boa ideia. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Senhor Presidente da Câmara, deseja intervir?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim, senhor Presidente, muito telegraficamente. Isto é um caminho que nós fizemos para termos uma regulação adequada do orçamento participativo, que esteve em consulta pública, que foram cumpridos os prazos previstos na lei, e, portanto, acho que estamos todos de acordo com o caminho que foi feito. No que diz respeito ao referido pela senhora Deputada Luísa Campos, eu só pergunto aos serviços do município, o que veio para a Assembleia foi exatamente o que foi à Câmara em todos os pontos, com todas as correções que, eventualmente, possam ter sido feitas. Ok, muito bem. Está esclarecido. Senhora Deputada, há uma coisa que se chama

gravação e os técnicos do município são exímios nessa matéria, nas gravações e a transcreverem. Quando há dúvidas transcrevem e foi isso que foi feito. E, portanto, não há dúvida absolutamente nenhuma e continuamos a propor a aprovação do ponto. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, permite-me só um pequeno pedido de esclarecimento. Efetivamente, o artigo 9º, no ponto 1, tem alínea a), b), c), d), e), i). Alteramos de i) para f)? Por uma questão de lógica jurídica ou de profissão jurídica.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Presidente, é a sequência do abecedário, é uma gralha.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É um erro de escrita. Portanto, ficará alínea f) no artigo 9º, no ponto 1. Colocava então... Existe. Somos homens, todos erramos. Muito obrigado. Colocado, então, o ponto 2.5 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.5 - Proposta de Aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e dois votos a favor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se há declarações de voto. Esqueço-me muitas vezes. Não há. Passávamos, então, ao Ponto 2.6.” -----

Ponto 2.6 - Regeneração e Mobilidade Urbana do Vale do Cabroeiro - Aprovação do Projeto de Execução - conhecimento. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado ou senhora Deputada deseja pronunciar-se sobre este tema? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Ora, muito boa tarde a todos. Os meus cumprimentos. Vimos aqui, mais uma vez, falar da variante da “Ti Joaquina”. A tinta e a celeuma que já fez correr. Recordo que uma das últimas coisas que o PSD fez nesta Assembleia foi trazer exatamente esse projeto. Recuando um pouco no tempo, a 29 de agosto de 2021, o então candidato do PG, hoje Presidente da Câmara, afirmou, durante o discurso de apresentação pública, e passo a citar: connosco, a variante dos F’s estará concluída em

dois anos. Em 29 de agosto 2021. Mais dois anos, daria a conclusão em agosto 2023. O discurso, onde foi infinitamente repetido o slogan: Pela Guarda, têm a nossa palavra. E, já agora, pergunto, como é que se sentem as pessoas que repetiram milhares de vezes «têm a nossa palavra» a esta distância temporal e ao verem que a palavra que foi dada não é cumprida? A 6 de outubro de 2021, o senhor Presidente, em entrevista a uma rádio, investindo-se de um discurso de honestidade e transparência, afirmou: “Não podemos defraudar as expectativas das pessoas e temos que fazer aquilo a que nos propusemos. O projeto da variante dos F’s está pronto há um ano e meio, vou retomar esse processo para que, no prazo de dois anos, possamos ter a obra executada. O prazo de conclusão já foi em muito ultrapassado. No dia 14 de dezembro de 2021, o senhor que entrou há relativamente pouco tempo para Vereador em substituição da Vereadora Diana Monteiro, disse na rádio que grande parte dos pareceres e estudos que acompanharam o plano anterior, eram válidos para o novo projeto, encurtando, assim, os prazos, o que levava a crer que fosse célere a conclusão do projeto. Mas, afinal não. Já agora, senhor Presidente, quando é que vai explicar a esta Assembleia e à população da Guarda, de uma forma transparente e frontal, qual foi a razão da saída da senhora Vereadora? Explique, de uma forma escorreita e direitinha, se faz favor. Na alínea 8 da página 52 do programa do PG, lê-se: vamos construir a variante do F’s e o novo parque do Cabroeiro, promovendo o aumento da área verde e recreativa. Espero que cumpra e que faça mesmo esse parque e que não aconteça o que prometeu na alínea 18 da mesma página: “em 25 de Abril” e estou a citar o que está lá escrito “em 25 de Abril de 2024, a liberdade celebrará meio século. Teremos o arrojo de criar um espaço amplo, requalificado e arborizado para a nova Praça da Liberdade, honrando o espírito de Abril - a liberdade.” Pois, foi um arrojo daqueles! Tal como foi o compromisso de plantar, em quatro anos, um milhão de árvores. Já viram que até hoje não conseguem ter promessas cumpridas? E a obra deste Executivo acho que é o Canil. Depois, como já é hábito rejeitar tudo o que vem do passado, gastaram mais 67 mil e 500 euros, do dinheiro dos guardenses, para pagar pelo projeto à mesma empresa que já o tinha feito para o Executivo anterior. Umas ligeiras alterações de retas em curvas ou de curvas para retas. E dizem até algumas pessoas que isso aí poderá estar sujeito a outras coisas, mas não é para aqui chamado. Vem hoje, a esta Assembleia, o projeto da “Ti Joaquina”, o projeto do Cabroeiro. O PSD diz, vem tarde, mas já devia estar concluído. E, como diz o ditado,

mais vale tarde do que nunca. E, a julgar pelo ritmo do trabalho deste Executivo, tenho a certeza que será um autarca do PSD quem vai inaugurar a obra. Muito obrigado.” -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora... deseja intervir? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Boa tarde, senhor Presidente, e, em si, todas as pessoas que me ouvem. Acabei de ficar tranquilo, mais sereno, porque eu, que tinha perdido o programa do PG e andava preocupado, vejo que o meu amigo me vai dar explicações. Guarda-o bem guardadinho. Guarda-o bem guardadinho. O que é certo é que a urbanização do Cabroeiro, esta célebre... e é importante, isto é o sonho de muita gente. Vem tarde, como é óbvio. Mas, se para nós está dois anos atrasado, faz as contas para os outros. São trinta anos de atraso, por isso é fácil de fazer as contas. Não é preciso explicarmos. O Né é especialista em contas, explica-te isso bem, quanto é que nós atrasamos e quando é que os outros atrasaram. Segunda coisa importante, este projeto, para além da valorização do espaço, que é nobre, que é importante, vem, de certa maneira, dignificar e vem fechar, vem ligar, não sei como é que isto se diz em termos de arquitetura, mas vem, de certa maneira, complementar a VICEG. Obra que agradecemos. Não fomos nós que fizemos, obrigado a quem a fez. E a primeira... quer dizer, eu fiquei um bocadinho estranho, como é que a malta do PS se abstém. Não queremos que, efetivamente, se feche esta ligação? Podem-se dar contributos. Mas se esta é a hipótese, não vamos fechar o anel? Não vamos ligar e valorizar o parque industrial que também é do tempo do PS? Acho que sim! Uma coisa que eu também acho importante, vem, de certa maneira, para conhecimento. Não era obrigatório a Câmara fazer este procedimento. Eu acho que é de valorizar que o Executivo traga a discussão, para conhecimento, a este órgão. E, já agora, também, um voto de futuro. Esperemos que a coligação de contras, que não ouve o nosso amigo Montenegro, nem ouve o nosso amigo António Costa quando ele se queixou da oposição que fizeram e que depois acabou por ganhar com maioria absoluta, não se faça esta coligação, depois, quando for, efetivamente, para ir buscar dinheiro para fazer isto. Porque ainda vamos a isso, Júlio. Ainda vamos chegar a este ponto. Ainda nos vamos confrontar e ver quem efetivamente quer ou não quer. Vem aí a seguir.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor. Já lhe dou a palavra, senhor Deputado.” -----

- **Liliana Almeida, Deputada (PS):** “Boa tarde a todos. A respeito do plano que nos é aqui apresentado hoje, convém fazer uma retrospectiva breve dos vários episódios sobre este tema durante os últimos anos, a bem da verdade e da transparência. Começamos, assim, por setembro de 2020, em que o senhor Presidente da Câmara ainda era Vereador sem pelouro e dizia que deixou o projeto da variante dos F’s à VICEG pronto em fevereiro e já em Março o plano de pormenor do Cabroeiro deu entrada no município da Guarda, tendo sido desmentido pelo Presidente da Autarquia, na altura. Mesmo em plena pandemia, em 2021, no seu programa eleitoral, que o senhor Deputado, do PSD, Júlio, já referiu, diz-se que o projeto para a concretização desta obra está pronta há mais de ano e meio e que a construção desta nova artéria vai ser uma realidade. Esperemos bem que sim. Houve novos desenvolvimentos a julho de 2023, quando o senhor Presidente informa que o plano de urbanização do Cabroeiro está praticamente fechado e com uma nova cartografia aprovada entrava em fase de estabilização. Mas aprova, nessa mesma reunião, mais uma prorrogação do prazo para a sua elaboração. Portanto, chegamos ao dia de hoje, cá temos nós o famoso plano de urbanização do Cabroeiro. Segundo a informação disponibilizada, os objetivos deste plano são a consolidação e a estruturação das áreas urbanas não ocupadas e o estabelecimento de vias estruturantes entre o centro da cidade e a VICEG, bem como as ligações viárias entre a zona de expansão urbana em articulação com a rede viária da malha urbana dos bairros envolventes, e a expansão do parque industrial. No entanto, este projeto de execução só menciona a infraestrutura viária e que se subdivide em três fases: um novo acesso ao centro da cidade, a famosa variante dos F’s; novos arruamentos no Bairro da Luz e na Nossa Senhora dos Remédios; um novo acesso à zona industrial, associado a novos acessos à zona Este e Norte no Bairro da Luz a partir das piscinas. À luz de toda esta informação, surgem-nos as seguintes questões que gostaríamos que o senhor Presidente esclarecesse. 1- Se, em 2020, o plano já tinha dado entrada nesta casa, porque só em 2024 vai à reunião de Câmara a aprovação do projeto de execução? 2 - Se, 2021, no seu programa, dizia que este projeto ia ser uma realidade, como tenciona cumprir essa promessa se o plano que apresenta está dividido em três fases? 3 - Para quando o início

da empreitada? 4 - Quanto tempo prevê para a sua execução? Como a nossa função aqui é discutir as questões importantes para a cidade e o concelho, por favor, esclareça as dúvidas levantadas, sem ironia, pois os cidadãos que nos acompanham nesta sessão merecem o nosso respeito. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado Júlio Santos, tinha pedido, de novo, palavra. Faça favor.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Queria só aqui dirigir-me ao Dr. Valbom e questionar como é que põem num caderno de encargos, num programa eleitoral, lavram promessas, fazem desejos para o futuro e depois: ah, se tiver dinheiro! Então, aquilo que nós escrevemos, aquilo que nós prometemos, é aquilo que nós podemos ou que temos capacidade para fazer. O que vier a mais, aí sim, é aquilo que conseguirmos. Senão, vamos todos aqui prometer mundos e fundos para o futuro e, depois, chegamos: ah, está aqui a projeção, porque não me deram dinheiro! E a desculpa é sempre essa. Eu penso que quando alguém chega ao pé do eleitorado e diz vou fazer, tem que saber como é que vai fazer e não estar a contar, desculpem a expressão, com o ovo no cu da galinha. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor, senhor Deputado. Já lhe dou a palavra, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Boa tarde, de novo. Isto é mais do mesmo. Eu, só ver para crer, mesmo. Depois de Hotel Turismo, Portos Secos e afins, eu só acredito quando realmente a obra estiver feita. Mas, já agora, permitam-me que diga aqui algo, não relacionado tanto com esta obra, mas com todas as estradas desta cidade, não só as urbanas, mas as não urbanas. No antigo mandato, não sei se se recordam de três, quatro moções em que o nome da mesma era o cubismo. Portanto, passámos do cubismo ao buraquismo. Além de novas estradas como esta, cuidem também das já existentes. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado José Valbom.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “É simples. É só para dizer aqui ao meu amigo Júlio, que, efetivamente, no cumprimento de prazos, eu tomei a decisão aqui e agora. Vou pedir

explicações de como se cumprem prazos, ao PS e ao PSD, porque têm muita prática nos aeroportos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Como é óbvio, também não vou falar de aeroportos, vou tentar falar do parque urbano do Cabroeiro e dizer-vos claramente, como é óbvio, mais uma vez, o Partido Socialista, tudo o que sejam obras importantes estará sempre de acordo. São passos que têm que ser dados, são passos que têm que ser dados no sentido de depois, a seguir, ser lançado o concurso, a empreitada, coisas desse género. Fomos nós, Partido Socialista, que, na altura, fizemos a VICEG. Era nosso projeto, já nessa altura, construirmos aquela ligação. Haja alguém que faça a ligação, esperemos que seja durante este mandato. E, portanto, é isso que nós queremos, mais nada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Se não houver mais nenhuma senhora ou senhor Deputado, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara se a desejasse usar. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Cumprimentos, uma vez mais, a todos. Esta é a planta, para que conste. Tem várias cores. Eu já falarei sobre as cores. Mas esta é a planta. É a planta que campeia o projeto de execução. Sabem o que é um projeto de execução? Alguns dos presentes sabem, porque são da área. Percebem da poda, percebem da arte. Começando por algumas questões que aqui foram referenciadas. É verdade, vamos recuar a setembro de 2021, já que falamos de datas. Não é verdade, senhor Deputado José Valbom? Eu não quero falar muito em datas, mas vamos falar nas datas. Setembro de 2021, com a decisão que a anterior a Assembleia Municipal tomou que foi de chumbar o plano de urbanização do Cabroeiro. Caiu... ó senhor Presidente, posso continuar? É que eu não autorizei ninguém do Executivo a falar. É que aqui também está no Regimento. Portanto, é ao Presidente da Câmara que compete dar a palavra ou não a pessoas do seu Executivo, depois da palavra dada pelo senhor Presidente Municipal. Correto? Muito obrigado. Chumbou esse processo... e continuamos, senhor Presidente. Eu interrompo, se calhar é melhor parar o tempo, porque, senão, estamos aqui no... A Assembleia Municipal chumbou esse processo, esse desiderato e, portanto, todo aquele processo, todo aquele edifício

burocrático que estava construído, caiu em setembro de 2021. E, como tal, como caiu, todos os prazos foram ultrapassados, houve que retomar novamente todo o processo. Fazer nova contratação de nova consultoria, visitar tudo isso, falar com todos os proprietários. Recordam-se, nessa Assembleia Municipal, os que lá estavam presentes, de duas ou três pessoas que foram falar do público sobre o processo, que não tinham sido auscultadas, recordam-se? Está gravado, foi no teatro municipal. Pois bem, voltámos à estaca zero com o processo. Ou quase à estaca zero. Avocámos tudo aquilo que podíamos avocar, falámos com todos os proprietários, chamámos a uma reunião, mandámos-lhes uma carta, tivemos que fazer novos voos. Os voos têm a ver com a cartografia. É que se não houver cartografia homologada, não há plano que seja aprovado pela CCDR. Tivemos que fazer nova cartografia e, infelizmente, o tempo passa. E por isso, esta Assembleia Municipal, o que agradecemos muito, no último mês de dezembro, há quatro meses atrás, nesta mesma sala, foi aprovado o plano de urbanização do Cabroeiro. Todo, na sua plenitude. Aqueles cerca de duzentos e cinquenta hectares. É um pedaço de PDM na cidade que foi reformulado, digamos assim, para executar a variante dos F's, para permitir o aumento do parque industrial, para fazer, digamos, a expansão urbanística possível, com uma estimativa de cerca de quinhentos novos fogos habitacionais entre toda aquela área, entre o Bairro da Senhora dos Remédios, o Bairro da Luz, o parque industrial, a Póvoa do Mileu e o Bairro do Pinheiro. Foi isso que esta Assembleia Municipal aprovou em setembro último. Desculpem, em dezembro último. Dois anos depois das eleições. Ora, volvidos quatro meses, cá estamos a dar conhecimento à Assembleia Municipal. Tal como alguém já referiu, não estávamos obrigados a isso, não tínhamos que o fazer. Mas achámos por bem prestar contas à Assembleia Municipal aquilo que a Câmara aprovou por maioria. A Câmara aprovou por maioria, não foi por unanimidade. Aprovou, por maioria, o projeto de execução. E, de facto, é um grande avanço. É um grande avanço porque depois da sua publicação, do plano de urbanização, em fevereiro de 2024... portanto, aprovámos em dezembro, foi publicado no Diário da República em fevereiro, e, agora, dois meses depois, estamos aqui a aprovar o projeto de execução. É um grande avanço porque é um projeto aguardado há trinta anos. Nunca na Câmara da Guarda houve um projeto de execução para a variante dos F's. Houve intenções no passado. Houve intenções. Uns esquisos. Foi isso que existiu no passado. Projeto de execução, é a

primeira vez que há na Câmara da Guarda. Custou dinheiro, claro que custou muito dinheiro. Claro que custou, mas está cá o projeto de execução. E agora e face ao seu custo estimado, estamos a falar em mais de 9 milhões de euros, mais os custos da fiscalização, mais os custos dos terrenos, estão a ver a importância, se calhar, de um dia destes, termos que contrair um empréstimo para fazer esta obra, porque, senão, não há obra para ninguém. E continuamos a fazer o caminho. Este foi o segundo passo. O primeiro foi a aprovação do plano de urbanização. O segundo passo é a aprovação do projeto de execução e que agora demos conhecimento à Assembleia. E vão-se seguir outros passos: os terrenos, as expropriações, a declaração de utilidade pública, a definição, digamos, das responsabilidades na sua OPG, na sua unidade operativa, em termos de planeamento, e depois lançar a empreitada e contrair o empréstimo. São os próximos passos. Passos esses que estão a ser acompanhados e tratados, e bem, pelos técnicos do município, para que, no mais curto espaço de tempo, possa ser, efetivamente, uma realidade a variante dos F's, a variante da "Ti Joaquina", variante do Cabroeiro, aquilo que lhe quisermos chamar, porque, de facto, será um grande salto nas acessibilidades à nossa cidade para todos aqueles que vêm das autoestradas, mas que vêm também de uma grande parte do nosso concelho e que, desta forma, poderão afluír com mais rapidez ao centro da cidade. Deixem-me, já agora, a talhe de foíce, falar aqui numa questão que foi aqui falada. Os buracos da cidade. Lanço este desafio a todas e todos os Deputados Municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, esses já o fazem. Sempre que detetem um buraco nas ruas da cidade ou do concelho, façam chegar à Câmara. Em vez de andarem a publicar nas redes sociais e a falar mal dos funcionários da casa, que é o que muitos fazem, façam isso, façam chegar à Câmara. Atenção, que alguns Deputados que aqui estão e grande parte dos Presidentes de Junta de Freguesia é isso que fazem, reportam logo à Câmara, é favor de vir calendarizar essa remendagem necessária. É aquilo que vos é pedido. Façam isso. Para que, de facto, os serviços municipais possam ser mais profícuos naquilo que é o planeamento dessa remendagem de todo o concelho. Mas, senhor Presidente da Assembleia, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que hoje fique bem marcado na história democrática da Guarda aquilo que foi a aprovação do primeiro projeto de execução da variante dos F's, da "Ti Joaquina", do Cabroeiro, e agora seguem-se os próximos passos para que, no mais curto espaço de tempo, possa ser uma

realidade o lançamento desta empreitada tão desejada por todos nós e, estou certo, por todos os guardenses. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Passava, de seguida, ao Ponto 2.7... Mas, pedir um esclarecimento?” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Ficámos na dúvida. Eu não estava cá nessa altura, nem nessa data, tenho aqui companheiros meus que estavam nessa Assembleia e dizem-me que não foi chumbado, mas sim retirado o ponto da ordem de trabalhos dessa Assembleia. E já agora que falou dos buracos a que se referiu o nosso companheiro Miguel, é pá, não sei porque é que não respondeu à questão relativamente à ex-Vereadora Diana. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, deseja dar alguma resposta? Pronto. Ok, fica dito. Passávamos, então, ao Ponto 2.7, Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro... É só conhecimento... Neste ponto já não, está encerrado.” -----

- **Ponto 2.7 - Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para Obras e Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Aldeia Viçosa, Avelãs da Ribeira, Jarmelo São Miguel, João Antão, Maçainhas e União de Freguesias de Mizarela, Pero Soares e Vila Soeiro - discussão e votação.** -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está aberta a discussão. (...) Sobre este Ponto 2.7, alguma senhora Deputada ou senhor Deputado... Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de João Antão (Independente):** “Boa tarde a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. Uma obra ambicionada pela população de João Antão há vinte anos. Muito obrigado ao Executivo, a todos os Vereadores pela aprovação por unanimidade. Espero que estas obras continuem em todas as freguesias. Se há uma coisa que este Executivo vai levar, pelo menos é tentativa de apoiar ao máximo as freguesias. Quando falamos das frases de descentralização, temos que começar por cá, pela nossa terra. E este é um dos exemplos, porque qualquer conduta de água, de saneamento, de ligação a uma anexa, construção de um campo recreativo para os jovens da aldeia, aumento de um

loteamento, todas essas intervenções, também estamos a fomentar isso, desenvolver o nosso concelho. Pegando nisto e também olhando para os meus colegas, há bocado, não pensem que estas pequenas intervenções são intervenções pequenas, são muito importantes para todos nós. Por isso, obrigado e apelo ao voto favorável. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre este ponto.”

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Boa tarde. Começar por referir que sem dúvida que estas verbas, que são transferidas para as Juntas, são de extrema importância para a construção destas pequenas obras, que, como foi falado, não são pequenas. Sem dúvida que têm importância para as freguesias onde constam. Dizer que também seria positivo ter uma análise mais macro e tentar perceber se vale a pena dar um bocado a cada uma das freguesias, se algumas das freguesias não se poderiam juntar e conseguir fazer um projeto melhor, de maior impacto na sua freguesia e, depois, no ano seguinte, na freguesia do vizinho, e conseguir, se calhar, ter projetos de maior impacto. E dizer que no cabimento desta rubrica, o dinheiro que estava afeto para o orçamento deste ano já está quase todo gasto. Já só sobram 57 mil euros. Sendo que, desses 57 mil, são 57 e não são só 7, porque, de facto, o orçamento para 2024 não foi aprovado, onde apenas constava 1 milhão de euros para esta rubrica e não 1 milhão e 50, que é o que está em vigor, que era o que havia do orçamento anterior. Agora, em relação também às Juntas, queria pedir ao senhor Presidente da Câmara, porque vi há pouco o senhor Presidente da Junta de Valhelhas, que infelizmente já não aqui está, preocupado com esta situação. E eu queria que clarificasse com uma resposta de sim ou não. Portanto, é simples. Que nos explicasse a todos e aos Presidentes de Junta se realmente há motivos para estarem preocupados ou se podem estar descansados. Explique-nos, por favor, se as obras que estão adjudicadas (e, portanto, para estarem adjudicadas, suponho eu que tenham cabimento para ter essa adjudicação), se estão ou se não estão em causa por causa do chumbo do empréstimo. E, se estiverem, que explique por que é que estão. É uma pergunta simples. Sim ou não, para vermos se há realmente motivo para preocupação ou se os nossos Presidentes de Junta podem estar mais descansados. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Penso que não há mais nenhuma senhora Deputada ou senhor Deputado que deseja intervir, dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Notas breves. Estamos perante a aprovação de seis contratos interadministrativos com seis Juntas de Freguesia. Estamos a falar em 217 mil e 500 euros de investimento nestas seis freguesias, num investimento onde nos preocupa sempre a equidade nesta relação entre população e entre área territorial. Recordar também que, já nesta mesma casa, nesta mesma Assembleia, já aprovámos apoios de mais de vinte Juntas de Freguesia também por esta via, que aguardamos a proposta das restantes Juntas de Freguesia, quando entendam para proporem ao Executivo qual será o acordo de cooperação que pretendem fazer, aquelas que ainda não o fizeram. E, naturalmente, também recordar aqui aquele que foi o compromisso da delegação de competências, eu hoje já recordei, esse 1 milhão de euros que nós delegámos, pouco mais de 1 milhão de euros, nas Juntas de Freguesia para algumas competências de limpeza e manutenção das pequenas escolas, da limpeza das faixas de gestão de combustível nas nossas estradas municipais, na limpeza das aldeias, da nossa vila, na manutenção dos caminhos rurais, quando necessário. Efetivamente, esta foi uma grande evolução neste mandato, na forma de gestão, no relacionamento entre Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia. E, naturalmente, recordar o apoio para os equipamentos de proteção civil, cerca de meio milhão de euros no orçamento de 2023. Faltam apenas três (e uma delas já está resolvida e tem que ser resolvida rapidamente), três freguesias para concretizar esta medida que nós desenhámos ainda no orçamento de 2023. Dar aqui uma nota muito breve. Ó senhor Presidente, agora já podemos falar de empréstimo?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu penso que a pergunta foi nesse sentido.” -

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Pronto, então, agora, já podemos falar de empréstimo. Muito obrigado. Bom, ó senhor Deputado, o senhor Deputado deveria, em primeiro lugar, perguntar à senhora Vereadora que representa o seu partido porque é que votou contra. Ou aos restantes Vereadores do PSD porque votaram contra na reunião de Câmara. Em primeiro lugar, é a eles que deve perguntar, que os deve

questionar. Se há motivos para preocupação? Claramente que sim. Eu já falei, de manhã, sobre isso. Porque esta Assembleia, em fevereiro, deu autorização para os investimentos e aquilo que foi feito na reunião de Câmara foi chumbarem um documento meramente técnico. É bom dizer que a proposta que foi à Câmara é um documento meramente técnico, é o relatório final do concurso público. Porque a autorização prévia já tinha sido dada, por esta Assembleia, em fevereiro último. Foi isto que aconteceu. É claro que há preocupação para tudo isto, perante aquilo que eu disse, e reafirmo, na parte da manhã. Estamos a fazer a nossa análise e veremos que decisões é que nós iremos tomar, porque está em causa o arranque do PT2030, estão em causa obras do PRR, do plano de revitalização, para depois nos chegarem daqui a um ano e dizer: pois, a Câmara não fez isto, a Câmara não fez aquilo, a Câmara não fez aqueloutro. Onde é que eu já vi esta “chico-espertice saloia” permitam-me a expressão mais brejeira, onde nós, nenhum de nós quer caminhar para lá. E por isso, nós faremos a nossa análise e, naturalmente, a seu tempo, tomaremos as nossas decisões de uma forma fria. É assim que tem que ser tomada a decisão, de uma forma fria sobre aquilo que está em causa nesse ponto. Muito obrigado.” -----

- **José Relve, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado. Para? Faça favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Eu estou a fazer um pedido de esclarecimento em relação a uma pergunta que eu fiz na minha intervenção e que foi referida pelo senhor Presidente e que ele escolheu não responder. A pergunta é simples. Havia cabimento ou não, quando foram adjudicadas as obras? E, se havia cabimento, porque é que elas ficam em causa, não havendo empréstimo? A pergunta é tão simples quanto isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, deseja responder?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, vou abrir uma exceção, em honra e respeito pelas juntas de freguesia deste concelho, pelas quarenta e três. Sim, porque a Guarda também está implicada. Embora não parecendo, mas a Guarda também está implicada naquela conduta que estamos a fazer e no novo acesso para o campo do Zambito. Verdade? Que a Junta de Freguesia da Guarda também está

implicada nesta matéria. Mas vou abrir uma exceção, porque o pedido de esclarecimento é sobre a matéria do ponto. Ora, a matéria do ponto são acordos de cooperação, contratos interadministrativos. Vou responder porque quero responder, senão, não tinha que responder, nos termos do Regimento. Vou abrir esta exceção para clarificar, que é para não haver aqui nuvens, a pairarem nuvens sobre a Assembleia Municipal. É aquilo que se quer. Primeiro toma-se uma decisão numa reunião de Câmara e, depois, a seguir, tenta-se fazer pairar a nuvem. Se bem se recordam, eu disse, de manhã, pelas contas que eu referi, que nós precisamos, só daquele empréstimo, de 7,6 milhões de euros. Desses 7,6 milhões de euros, quase 6 milhões, vou falar em números redondos, serão para as intervenções nas freguesias, pelos incêndios, pelas intempéries, pelas cheias. Se bem se recordam, no saldo orçamental temos pouco mais de 6 milhões de euros. Está tudo em causa, senhor Deputado. Nós não vamos ficar a zero na conta. Porque, qualquer eventualidade, a seguir, não pagamos. E voltamos àquilo que era antigamente. Não sei se depois haverá algum PAEL ou algum PREDE para pagar essas contas. Depois, em vez de pagarmos, com empréstimos, investimentos, vamos pagar com empréstimos o papel higiénico e o sabão de lavar as mãos, entre outras coisas mais, que foi aquilo que aconteceu naquele tempo, por força das circunstâncias. É apenas isso que eu queria dizer. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Antes de colocar o ponto à votação, eu fiz-me acompanhar da proposta que foi aprovada na Assembleia Municipal, em dezembro. E vou ler pausadamente o que nós aprovámos. A proposta da Câmara era submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a autorização prévia para a realização dos investimentos a financiar. Qual é o problema agora? Não falaram aqui nos empréstimos e não foi aprovado na Assembleia? Eu estou apenas a ler o que foi aprovado em dezembro. Lá estamos outra vez. Lá estamos outra vez. Pronto... não estou obcecado. Não estou obcecado. Não os trouxeram agora? Não trouxeram o empréstimo à baila? Devo ser eu que não estou bom. Proposta 2.7 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.7 - Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro às Juntas de Freguesia para Obras e Aprovação da Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia de Aldeia Viçosa, Avelãs da Ribeira, Jarmelo São Miguel, João Antão, Maçainhas e União de**

Freguesias de Mizarela, Pero Soares e Vila Soeiro - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e um votos a favor. -----

Ponto 2.8 - Concessão do Uso Privativo do Domínio Público do Município da Guarda para Instalação de Pontos de Carregamento de Veículos Elétricos - Concurso Público - Autorização da Abertura do Procedimento - Aprovação das Peças do Procedimento - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está o ponto à discussão, se alguma senhora ou senhor Deputado desejar falar. Senhor Deputado Breia, faça favor. Levantou primeiro o braço, faça favor. Senhor Deputado, depois já lhe dou a seguir a palavra, está bem?”

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Calma! Isto vai ser calmo, está bem? Bom. O que está em causa é o seguinte. Esta medida materializa a vontade do município da Guarda em tornar este concelho mais sustentável, mais verde, mais moderno, criando condições para a descarbonização dos transportes particulares. Muitas vezes ouvimos chavões de defesa do meio ambiente e de proteção do planeta, mas que não passam de frases gerais e inconclusivas, sem nenhuma consequência. Este concurso público promove, de forma simples, mas original e muito positiva, uma ação verdadeiramente concreta de proteção do meio ambiente, aliando o melhor preço para o utilizador final ao maior retorno financeiro para o município. Materializa a vontade do município em proporcionar as condições para que o carregamento de carros elétricos não seja um obstáculo à sua aquisição. Em 2023, a venda de carros elétricos, na Europa, aumentou 37%, igualou o número de unidades de diesel vendidas. É por isso importante este investimento para o futuro, proporcionando condições para a existência de mais vinte e quatro lugares de estacionamento e carregamento de veículos elétricos, dando um impulso para a transição energética no concelho. Só assim, a talhe de foice, dois dos postos de carregamento previstos vão ser para o início, ou o fim, consoante, dos Passadiços do Mondego. Queremos, por isso, saudar a ação do Vereador Rui Melo e a equipa que o acompanha no esforço de tornar o concelho da Guarda num concelho ambientalmente responsável. Passo a passo, ação a ação, tornamos a Guarda um sítio mais acolhedor e mais sustentável.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado João Correia. Faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, muito obrigado. Hoje a imaginação tomou um bocado conta desta Assembleia e até o fantasma do empréstimo. Desde manhã que estamos nesta. Não, em lado nenhum, num ponto da ordem do dia, mas continuamos a falar da mesma história. Mas, enfim, continuamos à frente. Eu vou aproveitar, se calhar, para falar do Lago dos Cisnes, talvez, de Tchaikovski, de qualquer coisa diferente que eu traga aqui à Assembleia. Já agora, posso sempre fazer isso. Mas não, não vou fazer isso. Até trazia aqui o texto, mas não o vou ler. Acho que, na verdade, a Assembleia tinha tudo para correr bem. Longa, com muitos pontos, mas tinha tudo para correr bem. Não quiseram assim. Congratulamo-nos, obviamente, com a proposta aqui apresentada. Há, na verdade, uma necessidade crescente de mais postos de carregamento na Guarda. Consideramos também adequados os critérios da escolha, nomeadamente o custo de carregamento mais baixo e o melhor rendimento para a Autarquia. E o período de dez anos de concessão parece-nos adequado. Penso que falta aqui mais qualquer coisa, do ponto de vista ecológico, nomeadamente que esta proposta fosse acompanhada de uma preocupação de maior eficiência ecológica e de transparência da origem das respetivas fontes. E, no concurso, podia estar plasmado, devia ser acompanhado da exigência de instalação de estações de produção de energia fotovoltaica, de forma proporcional à instalação dos postos de carregamento. Não estou a dizer que era nos locais dos postos, pode ser noutra local qualquer. E é isso que eu estou a falar. E, portanto, acho que, do ponto de vista ecológico, era mais correto. Nós sabemos que a maior parte destes postos de carregamento terão garantia de uma elevada percentagem de fontes ecológicas, ecologicamente corretas ou adequadas. Mas, mesmo assim, isto permitia também aumentar a produção de energia fotovoltaica no nosso concelho. Gostaríamos apenas que o Executivo e o Senhor Presidente, ou o senhor Vereador se o senhor Presidente autorizar, gostaríamos que o Executivo nos informasse que propostas é que estão em curso ou que ideias é que têm neste momento a decorrer para melhorar a eficiência dos postos mais antigos, localizados em sítios estratégicos na cidade, que foram colocados na altura, e que têm uma potência de

carregamento muito distante da realidade e das necessidades. Já agora, o que é que estão a pensar quanto a isso. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja intervir ou algum senhor Deputado. Penso que não. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Trata-se de um ponto importante e agradecer o trabalho técnico e político que foi feito para chegarmos aqui, porque demorou, em boa verdade, algum tempo. Estamos assim no caminho da adaptação às alterações climáticas para uma mobilidade mais verde, neste caso, através da energia elétrica e tudo isto montado na estratégia que nós definimos, onde o Município da Guarda é líder regional, a rede RIHSE, a Rede Integrada de Hidrogénio da Serra da Estrela, onde cabe também a mobilidade verde elétrica, essa candidatura que nós fizemos à intervenção territorial integrada nas redes urbanas, já para o PT2030. De facto, tudo isto está envolvido na mesma estratégia. Mas eu devo recordar também, até porque não vi muitos dos Deputados que aqui estão hoje, mas pelas mais diversas razões, naturalmente, cada um tem a sua a sua agenda, esta conferência que nós fizemos aqui, foi no dia 11 de abril, foi efetivamente uma conferência muito importante, muito interessante também, mas não só, sobre esse ponto de vista. Tivemos aqui os principais players na área das energias renováveis do nosso país, particularmente dos painéis fotovoltaicos, da produção de hidrogénio, dos parques eólicos. Estiveram mesmo aqui neste palco, estiveram aqui os principais players do país. E, de facto, foi muito importante ali poder ter sido anunciado pelas empresas, depois do caminho técnico que foi feito com a Câmara Municipal da Guarda, naturalmente, também, os três novos parques solares que a Trustenergy já tem licenciados no nosso concelho. Senhor Deputado, são três parques novos solares só desta empresa. A Finerge que tem mais um parque solar já licenciado e um posto de carregamento de hidrogénio e a Smartenergy que tem também mais um parque solar no nosso concelho e mais uma central de produção e posto de carregamento de hidrogénio. De facto, nós estamos assim a acompanhar, mais do que isso, estamos mais do que a acompanhar, já estamos a ir à frente naquilo que se faz um pouco por todo o país e por toda a Europa. É claro que nós estamos a falar, são investimentos privados e

estamos a falar em investimentos de largas e largas dezenas de milhões de euros, porque, de facto, tudo isto, esta tecnologia é toda muito cara, mas foi muito importante esta conferência que foi aqui apresentada. E tudo isto leva-nos, cada vez mais, a seguirmos em frente com o caminho da descarbonização. Senhor Deputado, questionou a questão dos postos existentes que foram colocados pela Mobi.E, que é a entidade responsável pela sua gestão. Já houve um posto de carregamento que já foi adaptado à tecnologia, não há muito tempo, e esperamos que no curto/médio prazo possam fazer exatamente a evolução da mesma tecnologia. Porque se eles não fizerem a evolução da tecnologia, não têm o ganho necessário que eles querem, naturalmente. Esperamos que eles possam acompanhar também essa adaptação. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado. Colocava, então, o Ponto 2.8 à votação.” -----

- **Resultado da votação o Ponto 2.8 - Concessão do Uso Privativo do Domínio Público do Município da Guarda para Instalação de Pontos de Carregamento de Veículos Elétricos - Concurso Público - Autorização da Abertura do Procedimento - Aprovação das Peças do Procedimento - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e cinco votos a favor. -----

Ponto 2.9 - Deliberação para Constituição e Participação do Município na Associação de Municípios de Fins Específicos do Parque Natural da Serra da Estrela - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Senhora Deputada, faça favor. Sim, levantou primeiro.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, boa tarde outra vez. Nós vínhamos solicitar um pedido de esclarecimento. Questionámo-nos se vale a pena fazer uma associação para este fim, se não seria melhor criar-se um grupo de trabalho dentro da CIM, visto que já tem trabalhadores remunerados. É mesmo um pedido de esclarecimento, para entendermos porque é que foram por este lado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Gonçalo Marques, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, permita-me que, na sua pessoa, cumprimente todos os presentes e quem nos está a acompanhar na transmissão online desta mesma Assembleia. O parque natural da Serra da Estrela, cuja criação remonta ao ano de 1976, é uma das áreas protegidas mais importantes de Portugal, com uma dimensão de 891.3 km quadrados distribuídos pelos municípios de Gouveia, Seia, Manteigas, Celorico da Beira, Covilhã e da Guarda, sendo uma autêntica joia cintilante no coração de Portugal. Com a sua paisagem recortada pelos picos elevados, vales glaciares e lagos cristalinos, o parque é um santuário para a fauna e flora raras e nativas, sendo também um refúgio para as tradições culturais de muitas aldeias pitorescas, onde o calor humano das gentes da terra fazem qualquer um mergulhar na cultura e história da região. Ainda temos todos presentes na nossa memória, a fatalidade que foi o incêndio que atingiu a Serra da Estrela em 2022 e que devastou vinte e oito mil hectares de floresta, 25% dos quais parte integrante do parque natural. De facto, as perdas que aí sofremos são incalculáveis, cujos impactos se refletiram não só em termos de diversidade, mas também em impactos negativos para a economia e a população de toda a região. É neste contexto e como resposta a uma das maiores adversidades impostas a este território, que surge no seguimento da resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2024 de 15 de março e retificada pela declaração de retificação n.º 22/2024/1, o programa de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, que é, sem sombra de dúvidas, um documento estrutural para a construção e planeamento do futuro de toda a região do parque natural da Serra da Estrela. Nele, para além de estar em diversos projetos estruturantes para a proteção do ecossistema da Serra da Estrela, constam também programas de dinamização da economia regional, bem como de promoção do desenvolvimento sustentável da região, de suma importância para caminharmos de encontro aos objetivos de desenvolvimento sustentável consagrados na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. De realçar, na elaboração deste programa, a participação de diversas entidades e organismos, tais como a CCDR Centro, associações de produtores florestais e instituições de ensino superior, mas também nas autarquias locais, sendo um exemplo demonstrativo da união e da cooperação das mesmas autarquias em prol dos seus territórios e das suas gentes. É no seguimento desta cooperação e do espírito empreendido entre o município da Guarda e os municípios de Gouveia, Seia, Covilhã, Manteigas e de Celorico da Beira, que hoje vem a

esta casa a aprovação da constituição e da adesão da Guarda na Associação de Municípios de Fins Específicos do Parque Natural da Serra da Estrela. De facto, da leitura dos documentos, compreende-se a vontade de materializar o espírito de entreajuda que tem pautado os trabalhos e esforços empreendidos por parte dos municípios anteriormente citados, através da constituição desta associação que será certamente uma forma de concertar sinergias na implementação conjunta e planeada dos projetos de índole intermunicipal contemplados no programa. Desta forma, o grupo municipal do PS não pode deixar de votar favoravelmente a constituição desta associação e da adesão do município da Guarda à mesma, dadas as vantagens que da mesma poderão advir para o nosso município e para as suas gentes, mas também dada a importância e o carácter fulcral do programa de revitalização do parque natural da Serra da Estrela. Indubitavelmente, estamos a falar de uma oportunidade única para o desenvolvimento e potenciação do nosso território, funcionando como um instrumento valioso para a construção da coesão territorial, princípio orientador do esquema de desenvolvimento do espaço comunitário e meio de combate ao despovoamento, envelhecimento e empobrecimento das regiões do Interior. Assim, e tendo em consideração a extrema relevância para o município da aplicação do programa de revitalização e das inúmeras oportunidades que o mesmo poderá introduzir no nosso território, apelamos a que o senhor Presidente da Câmara empreenda todos os esforços na aplicação plena do programa de revitalização no nosso município, para além de regularmente, em sede de reunião do Executivo Municipal, mas também perante a Assembleia Municipal, informar os Vereadores e os Deputados Municipais das atividades desenvolvidas pela associação e pela sua pessoa na mesma, em representação da Guarda. São de destacar as possíveis decisões tomadas em sede de Assembleia Geral, artigo 20º da proposta de Estatutos da Associação de Municípios, bem como em sede de Conselho Diretivo e Fiscal, artigos 24º e 28º, respetivamente, da mesma Associação, por forma a haver um acompanhamento por parte dos órgãos autárquicos do nosso município de toda a atividade desenvolvida. Que este seja um pequeno grande passo para o Interior, para a Serra da Estrela e para a Guarda. Disse.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Pereira, Deputado (PG):** “Muito boa tarde, senhor Presidente, sintam-se todos cumprimentados na sua pessoa. Ou seja, o plano de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela contempla muitas coisas, contempla um conjunto de medidas e projetos a implementar em curto prazo, médio prazo, longo prazo. Nós não estaremos aqui a falar, certamente, apenas em medidas para implementar durante este ano civil. Algumas dessas medidas, que será a promoção do desenvolvimento sustentável da região, a recuperação e revitalização do seu património natural e biodiversidade, a inovação e o investimento para a revitalização dos setores produtivos e tornar o território mais resiliente às alterações climáticas. Ou seja, no fundo, preservar e valorizar o seu principal ativo patrimonial. Isto apenas alguns daqueles que considero de maior enfoque. Ora bem, a Associação de Municípios a ser constituída, do parque natural da Serra da Estrela, tem, como principal objetivo, promover a cooperação e articulação entre os municípios associados, especialmente no que respeita à reabilitação, se houver dinheiro, e desenvolvimento do parque natural da Serra da Estrela, destacando os seguintes objetivos: Desenvolver um modelo participativo e colaborativo - aquilo que é fundamental, porque, nós, normalmente, associamos o parque natural e fazemos uma visita ao parque natural e vamos à Torre. Agora, temos a sorte, vamos aos Passadiços. E o resto? Aquilo que nós temos? Quantos de nós conhecemos os Casais de Folgoso? Se calhar, a zona mais bonita da Serra da Estrela. Quantos de nós conhecemos aquilo que se falava de criar a barragem, acho que já lá vão cinquenta anos. Importante. Era importante perceber onde é que isso fica e quais as vantagens que trazia. Mas, continuando. Como objetivos de desta associação: Desenvolver os projetos constantes no plano de revitalização - é aqui que é de extrema importância essas medidas; Organizar o mercado de direitos de carbono e de serviços do ecossistema - algo que é fundamental, temos que aproveitar. Falamos em energia renováveis, não podemos esquecer esta outra vertente muito importante para nós; Desenvolver o plano hídrico do parque natural - como eu falava dessa barragem da Senhora de Assedasse, espero que, a breve trecho. Infelizmente, neste plano de revitalização, foi contemplado o seu

projeto. Na Covilhã já foi contemplada a construção de uma pequena barragem, muito pequena quando comparada com a capacidade que nós tínhamos ali na Senhora de Assedasse; Desenvolver o plano rodoviário do parque natural da Serra da Estrela - vimos todos imagens da chegada à Torre, mas o parque natural parece que fica reduzido a ir à Torre, mais uma vez; Desenvolver o plano diretor intermunicipal do parque natural da Serra da Estrela e demais instrumentos de gestão do território na área do parque e promover a animação turística e cultural do parque natural da Serra da Estrela. Ou seja, quando tem esses objetivos, isto vem de encontro, claramente, àquela análise que foi feita aquando da constituição da elaboração do plano de revitalização da Serra da Estrela em que, numa pequena análise SWOT, se identificam pontos fracos e ameaças. Esta associação, nos seus objetivos, vem claramente corresponder a essas ameaças. Quem lê o documento sabe muito bem do que se tratava. Estes seis municípios, no entanto, então, pretendem organizar um modelo de resposta pública local, assegurando a implementação de projetos de âmbito intermunicipal, tendo em vista a promoção do desenvolvimento económico e social do respetivo território. Isto, que será aplicado um modelo de agregação de governação, para efeitos da gestão e implementação pela associação de fins específicos do parque natural da Serra da Estrela, os quais constam na resolução do Conselho de Ministros 40/2024, retificado, posteriormente, pela Declaração de Retificação 22/2024 da senhora Ministra Ana Abrunhosa, Ministra da Coesão Territorial, à data. Por esta razão, senhor Presidente, congratulamo-nos com esta decisão de governação colaborativa entre os vários municípios, facilitando, claramente, o poder de decisão e entre ajuda entre todos eles. Obviamente, votaremos a favor desta associação.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Penso que não. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhor Presidente. Bom, tal como já referido, esta associação vai muito para além daquilo que será a gestão, em parte, do plano de revitalização do parque natural da Serra da Estrela, tal como o Deputado José António referiu, e bem, porque podemos falar, no futuro, na cogestão, na gestão dos recursos hídricos, no mercado do carbono, dos ecossistemas, enfim, toda a mobilidade

verde da nossa Serra da Estrela. Tudo isso pode estar em causa no futuro, poder ser gerido por esta associação de municípios de fins específicos, de seu nome Associação de Municípios do Parque Natural da Serra da Estrela. Dar apenas aqui dois esclarecimentos, porque foi questionado. Senhora Deputada Bárbara Xavier, o plano de revitalização do parque natural da Serra da Estrela tem quatro eixos de atuação, de acordo com aquilo que está plasmado na Resolução do Conselho de Ministros e no Despacho da Senhora Ministra Ana Abrunhosa. Tem intervenções que são para serem executadas pela Comunidade Intermunicipal, está lá bem definido o que é que é; tem intervenções a serem executadas pelo Estado central, nomeadamente o ICNF e mais uma ou outra entidade; tem intervenções a serem feitas pelos próprios municípios per si e tem outras que têm que ser feitas de uma forma integrada com uma associação de municípios de fins específicos. E por isso é que está aqui a ser proposta esta associação, que nós, os seis municípios, devo recordar como é que todo este movimento dos seis municípios começou à época, em final de agosto de 2022. Já hoje de manhã aqui o referi, não me vou repetir. Apenas dar aqui nota de que, apesar do plano de revitalização ter sido apenas aprovado no papel há poucas semanas atrás e não termos ainda as gavetas definidas onde é que nós vamos fazer as candidaturas para irmos buscar o dinheiro de cada uma das operações, o município da Guarda, senhor Deputado, já tem quatro intervenções em curso. Não sabemos onde é que vamos buscar o dinheiro. Não sabemos onde é que vamos buscar o dinheiro para as pagar. O projeto da estrada verde que está em curso, só o projeto custa 150 mil euros. Estamos a falar num investimento de, talvez, cerca de 10 milhões de euros, a estrada verde e com os seus capilares. O estudo dos recursos hídricos, que custará perto de 90 e poucos mil euros, os recursos hídricos do parque natural da Serra da Estrela, porque é o município da Guarda que está a liderar o consórcio destes processos. O projeto das praias fluviais ecossustentáveis que já está pronto. Este já está todo pronto, pronto a candidatar. Já para não falar na rede cultural e criativa da Guarda que o processo já está em curso e que também está no plano de revitalização. Falei em quatro que, ainda o plano não estava aprovado, já nós estávamos em curso com estes planos e veremos, no final do dia, em função de tudo aquilo que nós já aqui hoje falámos, quem é que vai pagar a conta no final do dia. Muito obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Colocava, então, o Ponto 2.9, à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.9 - Deliberação para Constituição e Participação do Município na Associação de Municípios de Fins Específicos do Parque Natural da Serra da Estrela - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com cinquenta e nove votos a favor.” -----

Ponto 2.10 - Proposta de Acordo de Colaboração entre o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P. e o Município da Guarda e Aditamento ao Acordo de Colaboração entre o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P. e o Município da Guarda - discussão e votação. -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Senhores Deputados, me permitem, trazia à colação e à vossa consideração, os Pontos 2.10, 2.11 e 2.12. No entender da Mesa estão todos interligados. Parece que estão todos interligados. E, portanto, tem sido hábito, quando há esta interligação, colocarmos os pontos todos simultaneamente à discussão e, depois, obviamente, cada um deles à votação. Portanto, abria a discussão para estes três pontos, obviamente com o tempo a triplicar, se for necessário, como é óbvio. Quem deseja...” -----

- José Carlos Alexandre, Deputado (PSD): “Boa tarde. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todos os presentes. Na Assembleia Municipal de 28 de junho de 2023, foi aprovada a constituição da empresa municipal Guarda Viva, Reabilitação Urbana e Gestão do Património Edificado. Foi então dito que a constituição desta empresa era essencial e urgente para gerir investimentos na ordem dos 40 milhões de euros. O objetivo principal era a implementação da estratégia de reabilitação urbana, da Estratégia Local de Habitação, da revitalização do centro histórico da Guarda e, no âmbito do 1º Direito, do projeto de habitação a custos acessíveis das Beiras e Serra da Estrela. Estou a citar o próprio documento. Passaram dez meses desde então. Senhor Presidente da Câmara da Guarda, qual é o ponto da situação da empresa municipal Guarda Viva, que era um dos nomes propostos. Um dos três, supostamente. Isto é já a minha primeira pergunta. A bancada do PSD vai, obviamente, votar a favor das três propostas sobre habitação que são aqui hoje apresentadas. Duas dessas propostas envolvem a colaboração da Câmara Municipal e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, o IHRU, os Pontos 2.10 referente ao 1º Direito, programa de apoio de acesso à

habitação, e o 2.12 que é referente à construção de quarenta e oito fogos no bairro das Lameirinhas, um investimento estimado em cerca de 6 milhões de euros. Ainda há uma terceira proposta, o Ponto 2.11, que envolve ainda um terceiro parceiro, que é a CIM das Beiras e Serra da Estrela e trata-se de um projeto de reabilitação de vinte e seis fogos no valor de 4,6 milhões de euros, mais IVA, na rua de São Pedro, na Urbanização de São Miguel. Esta bancada estará sempre do lado das soluções e a habitação tornou-se um dos grandes problemas nacionais e até internacionais. Um problema que se agravou imenso nos últimos anos. A habitação é, sem dúvida, um problema complexo, com várias causas e fatores, desde o aumento dos preços dos materiais de construção até ao calvário burocrático dos licenciamentos e das regras labirínticas que infernizam a vida dos empresários. Não há soluções simples. O mercado por si só, não parece resolver o problema. É necessária, portanto, uma intervenção dos poderes públicos e estes têm de atuar em várias frentes de forma coordenada, coerente e integrada. Dito isto, temos algumas questões e apreensões sobre estas três propostas aqui em discussão. Primeiro, deixo aqui uma apreensão. Estes programas são financiados pelo PRR, Plano de Recuperação e Resiliência. 2026 é o prazo final para acabar as obras. Faltam dois anos. Senhor Presidente da Câmara, qual é o ponto da situação? Em que fase estamos? Ainda vamos a tempo de executar todos os programas e receber os fundos comunitários? É verdade que os procedimentos para a constituição de gabinetes de projetos só foram apresentados há pouco mais de um mês? Se sim, estamos de facto atrasados. Segundo, deixo aqui uma questão de fundo. Uma questão que ultrapassa, em grande parte, o poder autárquico e que tem a ver, sobretudo, com as políticas para a habitação do anterior Governo. Na verdade, temos muitas dúvidas sobre a eficácia das atuais políticas públicas de habitação. O objetivo dessas políticas é aumentar o número de casas do Estado em geral e das Câmaras em particular. Pretende-se estimular a compra por parte das Câmaras de casas e a sua reabilitação, para depois estas serem entregues, e passo a citar o programa 1º Direito: «a pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não têm capacidade para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada». Fim de citação. Qual é o problema, em nosso entender, desta política ou estratégia ao ir ao mercado para adquirir imóveis? A Câmara está a aumentar a procura e, por consequência, os preços da habitação. Aumenta a procura, aumentam os preços. É uma lei básica da economia. Isto até serve de resposta a alguém que perguntou de manhã

qual era a teoria ou era a tese em que suportávamos as nossas... Enfim, era outra discussão. Mas a teoria é esta, aumenta a procura, aumentam os preços. O que fazer, então, em alternativa ou em complemento às atuais políticas? Em nosso entender, devia-se apostar mais em políticas que estimulam a oferta da habitação. Como? Para começar, com licenciamentos rápidos e regras inteligíveis para inundar, se calhar não é uma boa palavra, o mercado de casas. E isso, obviamente, faz baixar os preços. Em segundo lugar, a Câmara Municipal da Guarda devia ter uma estratégia para os seus terrenos e imóveis situados no perímetro urbano. Sim, o Estado e a Câmara são proprietários e na Guarda exemplos não faltam. As antigas piscinas municipais do estádio municipal; o antigo edifício dos bombeiros em São Vicente, na antiga garagem Carvalho dos Santos, ou os estaleiros municipais, ou os terrenos na Duque de Bragança. Enfim, estes são apenas alguns exemplos, mas há muitos mais. Resumindo, em vez de comprar casas, a Câmara Municipal da Guarda devia, sobretudo, vender os seus edifícios e terrenos a investidores particulares, por valores um pouco mais baixos do que a média de mercado, na condição de eles os reabilitarem para uso de habitação. Ou, então, a Câmara Municipal da Guarda pode usar os seus terrenos para construção de casas e depois colocá-las no mercado de arrendamento a preços acessíveis. Desta forma, usando os seus próprios recursos, agilizava os processos, aumentava a probabilidade de cumprir os prazos apertados do PRR e escusava de correr o risco de se envolver em atividades de especulação imobiliária que a compra de imóveis acarreta. O aumento da oferta da habitação leva a uma baixa dos preços. Esta é outra lei básica da economia. E esta era a melhor ajuda que a Câmara Municipal da Guarda poderia dar a muitas pessoas, a começar por muitos jovens que gostariam de ter uma casa e, nas atuais condições, não conseguem. Muito obrigado. Eram estas as minhas questões.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Luciano Calheiros, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Ora, boa tarde, mais uma vez. Na sequência daquilo que o meu colega acabou de dizer, e assino por baixo, naturalmente, acho que todos devemos estar preocupados com esta matéria, porque a habitação é muito, muito importante e cada vez mais. Naturalmente que qualquer Câmara Municipal, neste momento, estará a fazer as suas contas no sentido de utilizar todas as

gavetas disponíveis, todos os programas, nomeadamente do PRR, o 2030 e todos os instrumentos financeiros onde possam ir buscar dinheiro para requalificar o património. Naturalmente, depois, há o problema da componente nacional, mas, neste momento, acho que a grande preocupação é mesmo essa. Nós temos aqui na Guarda muitos imóveis. O centro histórico é o ex-líbris da cidade e naturalmente que, face ao conjunto de imóveis que há naquela zona, e nós não sabemos muito bem porque esse assunto nunca foi amplamente aqui discutido, o senhor Presidente naturalmente que deve estar atento, suponho eu. E, por aquilo que estamos a ver, parece-me que estará. Mas também gostaríamos de partilhar essa informação, digamos assim, porque este é um assunto muito sério. Eu, a propósito do Ponto 2.12, e no que diz respeito ao acesso à habitação, eu, no dia 17, fiz uma monitorização do Recuperar Portugal, estive a ver e, no total de 12 milhões e 300 mil euros aprovados, metade, presumo eu que seja para o valor de investimento que aparece naquele conjunto das Lameirinhas, digamos assim, que é o que vem aí no ponto 12. E a propósito disso, desse investimento, e nalgumas deslocações que vou fazendo aqui pelo centro da cidade, umas visitas, e estou atento também ao património, eu passei junto a um edifício já várias vezes e, assim, aparentemente, é um edifício grande na Rua Augusto Gil. A Câmara Municipal, creio que é o detentor do imóvel. Esse imóvel acho que foi comprado, é dos antigos bombeiros, salvo erro. Foi comprado há dois anos atrás, salvo erro, já foi este Executivo. E, portanto, o senhor Presidente comprou esse imóvel creio que por 225 mil euros, na altura. É um exemplo. É um exemplo de um imóvel que é muito interessante. Eu não sei o que é que está pensado para ali e nem vou pedir essa explicação ao senhor Presidente da Câmara, naturalmente. Não quero que venha agora dizer-me aqui o que é que está a pensar. Mas presumo eu que, quando se compra um imóvel daqueles, já se tem em mente um determinado projeto, pelo menos, daquilo que se quer fazer ali. Não sei para que é que serve, não sei se tem algum projeto, de facto. Não sei se pensa na sua requalificação. Parece-me, assim, aparentemente, pegando no telemóvel fiz assim uma medição. Aquilo deve ter à volta de quatrocentos metros quadrados de área útil, aquele imóvel. Acho que todos conhecem o imóvel a que eu me estou a referir. Nós temos uma carência de residências de estudantes na Guarda, é um dos problemas que temos. Nós temos que atrair pessoas para aqui. Não sei, por exemplo, no Porto, uma área de vinte metros quadrados conseguem estar dois estudantes, portanto, pequenas residências. Se

fizemos as contas, podíamos ter ali à volta de vinte residências para estudantes. Não sei se isso era possível ou não. Não faço ideia. Naturalmente que vocês é que têm que fazer essas contas. Agora, o que eu achava interessante é que podíamos fazer, e isso há municípios que estão a fazer, há muitos, um protocolo, por exemplo, entre o IPG, a Universidade do Porto ou a Universidade de Lisboa e a Câmara Municipal, por exemplo, para termos aqui na Guarda residências criativas. As residências criativas é um conceito muito interessante de atrair jovens, jovens estrangeiros, jovens nacionais, através da universidade. Eu acho que é uma sugestão. O UPTEC, na Universidade do Porto, trabalha muito bem esta área e nós podíamos, de facto, candidatar, fazer protocolos com as universidades e ter aqui gente válida, cujo resultado dos projetos, o resultado do produto final podia ser para as nossas empresas ou para o Instituto Politécnico da Guarda. Eu acho que, não sei se isso é possível ou não, mas candidaturas ao PRR, por exemplo, ao plano nacional para o alojamento do ensino superior é outra vertente. E, já agora, a propósito das indústrias criativas, eu acho que as boas experiências devem ser sempre, sempre observadas. E, por exemplo, nós temos, em Portugal, temos uma pessoa que é o Professor António Câmara (dou só este exemplo e é uma sugestão), uma pessoa com quem se pode falar, que tem um projeto na universidade nova, na Costa da Caparica, que é um projeto que eu visitei, aqui há uns anos atrás, que é muito interessante. E a Guarda pode atrair jovens a partir de projetos dessa natureza. Mas temos que fazer alguma coisa. E, portanto, se houver uma vontade de protocolar com instituições de ensino superior, outras que não só a nossa, e atrair jovens para aqui que seja uma mais valia para a cidade e para o concelho, eu acho muito importante. Eu dei o exemplo daquele imóvel porque é considerável, tem uma área útil à volta de quatrocentos metros quadrados, como disse, e, portanto, nós podemos atrair pessoas para aqui. Há carência dessa natureza, nós temos que fixar pessoas, temos que aumentar a nossa população, temos que ter gente qualificada. E é para isso que também os nossos imóveis, que estão devolutos, e temos que aproveitar o dinheiro até 2026, porque, a partir daí, torna-se mais complicado, como é evidente, e, portanto, se não aproveitarmos o PRR e outros programas, não vamos lá. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se... senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, senhor Presidente de Câmara, depois de aqui há uns tempos atrás o senhor Presidente Câmara apenas ter candidatado 475 mil euros relativamente a um programa, nessa altura, para se defender do facto de só ter levado 475 mil euros, o senhor Presidente de Câmara disse que não queria influenciar o mercado. Alguém lhe havia de dar razão, não é, senhor Presidente? O PSD aqui está para dar razão àquilo que o senhor Presidente dizia há uns anos atrás. E, era normal! Era normal porque é mais aquilo que vos une, do que aquilo que vos separa. Depois, dizer-lhe que, e era tal e qual, era falar acerca desta questão do 2.10, do 2.11 e 2.12 e dizer também ao senhor Presidente da Assembleia que, como é óbvio, eu ouvi-o dizer que íamos juntar os pontos todos e vi-o a sair. Não deu tempo sequer de nós votarmos se juntávamos os pontos, se não juntávamos. Foi uma decisão ad hoc e não é assim. Mais uma vez, tinha que questionar os senhores Deputados no sentido de os senhores Deputados dizerem se se importavam ou não se importavam que os pontos fossem juntos. É assim que se faz, senhor Presidente. E até porque eu tenho dúvidas em alguns destes pontos. É que, é assim, e podem ser dúvidas minhas e que, se calhar, estou completamente enganado. Mas, é assim, o primeiro ponto, que é o ponto 2.10, é uma retificação. Ou seja, estavam contratados, havia um acordo de cooperação e esse acordo de cooperação era no valor de 6 milhões e 711 mil 497 euros. Ok? Isto foi assinado em julho de 2022. Ok? E neste momento é para passar para 24 milhões. Qualquer coisa assim, não é? É para passar para 24 milhões 206 mil 762 euros. Portanto, eu gostava de saber exatamente o porquê. É que, neste caso, estamos a falar do 1º Direito. E, portanto, estando a falar de 1º Direito, eu não sei, a passagem dos 6 milhões e 600 mil foi sempre aquilo que discutimos e que falámos aqui, transformou-se em 24 milhões. Sendo que o valor de 40 milhões, que veio aqui há uns tempos a esta parte, contabilizava 30 milhões em habitação acessível. E depois eram mais os 6 milhões para o 1º Direito. Temos aqui 24 milhões para o 1º Direito. E depois, a seguir, vem mais 4 milhões 616 mil, isto aqui entre a Comunidade Intermunicipal. É que antes havia, para aquisição e reabilitação para habitação acessível com a CIMBSE, havia um valor de 400 e tal mil, dir-nos-iam que passava para 30 milhões e agora temos aqui 4 milhões 616 mil 235 euros. Não sei, é por isso que eu vos estou a dizer para me poderem explicar. E depois temos, entretanto, um ponto 2.12 onde temos mais não sei quantos milhões. E, portanto, eu queria saber se estávamos a falar dos mesmos 40 milhões que estávamos aqui há uns tempos a falar ou

se estamos a falar de outros 40 milhões quaisquer. Porque não me parecem os mesmos. Eu agora posso estar completamente enganado. E, por isso, talvez fosse melhor, senhor Presidente da Assembleia, mais uma vez lhe torno a solicitar que o senhor Presidente da Câmara possa inicialmente colocar as questões para que nós possamos ouvir. Porque, se calhar, tudo aquilo que eu estou aqui a dizer não tem nada a ver e é uma coisa facilmente explicável e eu nem sequer teria que vir aqui fazer nenhuma intervenção. Mas fiquei com esta dúvida, quando estive a ler estes pontos e, portanto, eu gostaria de os ter discutido um a um. Mas como o senhor Presidente não deu hipótese sequer de eu explicar porque é que os queria discutir um a um, pronto, cá estou eu para votar como o senhor Presidente decidir.” -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Senhor Deputado, eu hoje efetivamente estou vivo. Lá dizia o Camilo Castelo Branco, no O Romance de Um Homem Rico, que não se dão pontapés em gatos mortos. Portanto, eu continuo vivo. Só gostava de referenciar ao senhor Deputado que, quando eu saí da sala, por necessidades fisiológicas, já um senhor Deputado estava a usar da palavra e aquilo que foi dito foi que o tempo seria a triplicar. Entendi como aceitável e por isso não... Tem a palavra, senhor Deputado. Faça favor.” -----

- José Valbom, Deputado (PG): “Bom, boa tarde, mais uma vez, senhor Presidente e, em si, uma boa tarde para todos. Antes de iniciar este ponto e como é, provavelmente, a última vez que aqui venho, gostava que além, o líder da bancada do PS, Borges, gostava que o líder da bancada do PS, em meu nome pessoal, agradecesse à senhora Deputada, à senhora ex-Ministra e Deputada, agora, da Nação, a Dra. Ana Mendes Godinho, o contributo que deu para a Agenda do Trabalho Digno. É, efetivamente, um documento fabuloso. Lida com uma das coisas fundamentais que é das condições de trabalho em Portugal, lida no sentido positivo e como amanhã é o Dia do Trabalhador penso que era muito justo eu dizer-lhe isso. Porque eu gosto muito da medicina do trabalho, era muito justo eu dizer-lhe isso. Não consegui dizer de manhã, porque, quando me apercebi, já tinha acabado o tempo e, agora, peço o favor, peço perdão de não lho ter dito pessoalmente, mas eu gostava muito que lhe dissesse que é um contributo importante para as condições de dignidade no trabalho, num país que se quer moderno. E amanhã é o dia 1 de Maio, vem mesmo a propósito. Obrigado. Em relação à Estratégia Local de

Habitação, se eu estive bem atento, parece que não há fome que não dê em fartura. Todos os que na primeira fase diziam que nós não faríamos nada, Aqui del Rei que nós estamos a inflacionar o mercado, estamos a fazer demais, são milhões de mais. É pá, pronto, quer dizer, entendam-se! Se calhar, temos que dividir isto ao meio e assim vocês já aprovam. O que está explicado nos documentos é efetivamente que houve um primeiro acordo. Previamente, antes, se não se tivessem alterado as condições de acesso, se o Governo do Partido Socialista não alterasse, por pressão de todos os autarcas, nomeadamente os do Partido Socialista e da líder da Associação Nacional de Municípios, as condições de acesso, é clarinho como água, nós não concorreríamos a mais nada. Na minha opinião, até os 450 mil da fase inicial eram demais. Eu já o disse aqui. Alteraram-se as regras. É conhecido por toda a gente que há um défice de habitação em Portugal, nós temos 2% de habitação pública, é o único país da Europa que tem tão pouco. E nós estamos a fazer um esforço, muito meritório do Executivo, para tentar ir a essa luta, assim venha o que está protocolado, assim venha o que está previsto, assim o IHRU cumpra o seu objetivo, assim as verbas do PRR não faltem. Porque, efetivamente, é importante isto da habitação. Chamam-lhe, vem da legislação, o 1º Direito, verdadeiramente, se calhar, se nós falarmos na canção do Sérgio Godinho, paz, pão, saúde e habitação, é a que está pior. A habitação deve ser a que está pior. Se isso é consensual, é pá, deixem fazer alguma coisa. Deixem fazer alguma coisa. Eu penso que sim, que vão deixar fazer. Sobre, não vou dizer os números, o nosso amigo Borges já falou nisso, o senhor Presidente vai ter oportunidade de explicar isso, porque sabe isso melhor do que eu, mas só lhe quero dizer dois ou três pontos. Primeiro, grande parte do investimento, se vocês virem bem, é em reabilitação. Efetivamente, nós precisamos mais de reabilitação do que de construção, na minha opinião. A reabilitação é um ponto positivo dos pontos que vamos discutir a seguir. Penso que é fundamental. Uma outra coisa que eu gostei de ver, está escrito e vai ser cumprido, é que as Juntas de Freguesia têm aqui um papel importante. A Junta de Freguesia de Cavadoude, de Gonçalves, de Vila Cortês, de Pousade e Albardo, têm a oportunidade efetivamente de vir a jogo nesta proposta. Eu penso que é bom, fica bem ao Executivo envolver as Juntas de Freguesia. Considero um dos pontos positivos deste programa. Como também considero muito positivo que, mesmo a entidades privadas, e agora é aqui para o PSD que gosta muito do privado, eu também, efetivamente o Centro Paroquial, a Paróquia

dos Trinta, a Paróquia da Corujeira, Faia, Valhelhas, Diocese da Guarda e mesmo beneficiários particulares, podem vir. Penso que é um programa plural. É um problema plural. As casas não são demais, considerando as necessidades da população. E em relação aqui ao nosso amigo Calheiros, das residências criativas de estudantes, bem-vindo. É claro que nós temos esse contributo como muito positivo. Vem no sentido de fazer alguma coisa por esta terra que bem precisa, porque nós sabemos, temos isso como um princípio basilar, uma das âncoras desta cidade, como é óbvio, é o Instituto Politécnico. Sabemos isso. E tudo o que seja artes e criatividade e cultura, estamos aqui alguns que também gostam disso. Ainda bem que fez esse contributo positivo. Como, aliás, outros. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “É mais uma questão que eu tinha aqui. Também aqui, em todos estes protocolos, estamos a falar sempre que haverá valores onde a Câmara se terá que endividar. Questiono se sim ou se não, relativamente a esta questão. É que estivemos sempre a falar de empréstimos até agora e não sei até que ponto é que aqui também não haverá algum empréstimo que tenha que ser contraído pela Câmara, porque me parece depois de ler aquilo que li. E, portanto, se calhar, a atitude tomada pelos senhores Vereadores, até por isto, também foi responsável, porque aqui também estão alguns empréstimos. Deixava também essa questão.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Ricardo Né. Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Já agora, até um pouco naquilo que o Deputado Miguel Borges falou, quando se pergunta onde é que a Câmara pode ir buscar dinheiro a outra fonte que não seja o empréstimo, eu só quero relembrar a todos os presentes, designadamente aos senhores Presidentes de Junta que, no orçamento para 2023, que é aquele que vigora no presente ano, a rubrica «seminários, exposições e similares» tem uma dotação de 4 milhões 175 mil euros. Eu acho que há aqui muita margem para, no caso de haver alguma dificuldade

financeira, se alocar algumas destas verbas às Juntas. Portanto, há aqui uma resposta. E, já agora, também, dizer que o PSD nunca foi, não é e nunca será contra a consulta ao mercado, contra a escolha de fontes de financiamento alternativas, têm é que ter cabimento e justificação dentro do propósito ao qual se refere. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Penso que não haverá mais nenhuma senhora Deputada ou senhor Deputado, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara... deseja falar?” -----

- **Luís Soares, Deputado (CHEGA):** “Segundo tenho conhecimento, acho que os dados do INE, do Instituto Nacional de Estatística, temos mais de seis milhões de fogos para pouco mais de dez milhões de habitantes. O caminho a percorrer deverá ser o da reabilitação. Nesse sentido, o percurso que me parece estar a ser feito pela Câmara Municipal da Guarda é o correto. Penso eu que está a adquirir património, fundamentalmente no centro histórico, que é urgente valorizar. E é de dificuldade extrema tornar habitável habitações feitas em período medieval, onde as pessoas mediam metro e meio, é muito complicado concretizar para os padrões modernos. Nesse sentido, haverá que haver muita cautela, muita consulta, muita informação, muito dado do conhecimento de como é que se deve fazer essa intervenção. Lembro também que no interior rural, como diz o nosso querido Presidente, não há falta de habitação. Os dados que eu tenho aqui para a Guarda é que há mais de mil fogos devolutos. Portanto, é preciso, parece-me a mim, que é preciso meter isso na equação e considerar todos estes parâmetros, para, efetivamente, fazermos um caminho correto relativamente ao que nós pretendemos para a Guarda, em termos de valorizar, neste caso, o nosso património, a nossa joia, que é o centro histórico. Não sei se fui elucidativo, acerca desta questão. E também parece outra coisa, que é muito de pensar e valorizar a intervenção do Deputado Luciano, da Vela, porque devíamos repensar bem estas situações que podem ser, efetivamente, uma mais-valia diferenciadora para o nosso concelho. Nós precisamos de ideias diferenciadoras, porque se assim não fizermos, se fizermos como os outros, vamos ser menos que os outros. Porque neste momento o somos. Nós competimos num território e, neste mundo competitivo, neste momento, compete-se entre cidades, não é propriamente entre países. E nós temos que ser

competitivos. E é com ideias novas, inovadoras e disruptivas que nós conseguiremos fazer a diferença. Obrigado, boa tarde a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, então.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, eu tinha aqui uma apresentação que peço aos serviços para que me coloquem a apresentação. Mas, antes de a começar a fazer, porque, de facto, com este pequeno PowerPoint é mais simples responder às dúvidas que foram colocadas e outras que possam ter ficado na cabeça de alguns de nós. É normal que assim seja. Mas, só, antes disso, enquanto colocam lá a apresentação, só dar aqui duas ou três notas das questões que foram colocadas. O estado da empresa municipal, Guarda Viva de seu nome, é assim que está registada, eu devo recordar o chumbo que houve na reunião de Câmara, há poucos meses, sobre um determinado ponto em relação à empresa municipal. É bom recordar que os senhores Vereadores, os senhores representantes do PS e do PSD chumbaram uma proposta da Câmara também sobre a empresa municipal. E, depois, a seguir, o Tribunal de Contas validou. Ou seja, estávamos certos quando nós estávamos a fazer aquela proposta. Bom, nós estamos, neste momento, a arrancar com as Águas Públicas em Altitude, que é aquilo em que nos estamos a concentrar em absoluto. De facto, é um trabalho muito massudo, para que, tão breve quanto possível, possamos ter também novidades em relação à Guarda Viva e, naturalmente, com todas as candidaturas que nós já apresentamos e já falarei adiante sobre isso. Mas devo dizer também, já agora, que há uma figura, há uma instituição pública neste país que se chama IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, que ou de uma vez por todas se despacha a fazer as aprovações necessárias das candidaturas que lá tem de norte a sul do país, onde a Guarda está incluída, conforme vão verificar a seguir, ou então, de facto, tudo isto vai atrasar e ninguém sabe, no final do dia, como é que isto vai ficar. Eu sou testemunha que anterior tutela governamental quase que pedia por favor para despacharem os processos. Eu sou testemunha disso. Mas, de facto, as coisas não andavam. Esperemos que agora a nova tutela tenha, de facto, isso, e sei que tem, no cimo da pilha dos papeis que tem para resolver. Porque, de facto, se não houver força e músculo na decisão de todas estas candidaturas da habitação ligadas ao financiamento do PRR, as coisas vão

por água abaixo e não vão ser concretizadas no tempo certo, por responsabilidade do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Mas já agora que falou aí nos terrenos da Câmara: a da Duque de Bragança, já começou a obra, senhor Vereador, do coletor de águas pluviais e dos esgotos? Sabem que há ali um problema ambiental? Não há problema, já posso dizer isto, se lá forem as autoridades já está a ser resolvido e esse terreno vai ter que resolver um problema ambiental que está ali desde há muitos anos e que se precipitou, coletor de águas pluviais novo, coletor de águas residuais novo. É um suplício. Que falem os moradores ali ao lado, o que é que estão ali a evidenciar. Os estaleiros, já falei sobre isso. O antigo quartel dos Bombeiros Voluntários, falei na reunião de Câmara. É normal, em tantas páginas não conseguem ler as decisões na reunião Câmara quando nós aprovámos a aquisição desse edifício para o equipamento de índole cultural. Foi isso que ficou plasmado. O mesmo é dizer em relação aos edifícios que adquirimos na antiga judiaria para um novo equipamento ligado à interpretação da judiaria. Foi isso que ficou plasmado, também, aquando da decisão na reunião de Câmara sobre tudo isso. Deputado Miguel Borges, em circunstâncias normais, no caso concreto do 1º Direito, seria endividamento. Mas estamos a falar em PRR, onde tudo é financiado a 100%. Por isso é que é importante que o Instituto da Habitação aprove todas as candidaturas rapidamente para que não haja qualquer endividamento, porque o PRR cobre tudo isso, nesta fase, naturalmente. E, portanto, por isso é que andamos todos a correr contra o tempo, para que eles possam aprovar as nossas candidaturas. Já agora, aqui foi falada uma inverdade. Ó senhor Deputado, eu desafio-o a saber dizer o que é que consta na rubrica «seminários, exposições e similares» e depois conversamos. Bom, então, voltando... Toda a despesa que lá está carregada. Voltando à apresentação, se fizerem o favor, voltando ao ano 2021. Em junho de 2021, foi aprovada a primeira Estratégia Local de Habitação, no mandato anterior. Depois das negociações que fizemos com a então Secretária de Estado e com a anterior gestão do IHRU, em julho de 2022 foi homologado o primeiro acordo de colaboração de 6,7 milhões de euros. Acordo de colaboração. Isto não é logo dinheiro imediato. Um acordo de colaboração pressupõe uma candidatura posterior e o financiamento posterior. Acordo de colaboração. Estamos no campo das intenções ainda. Já lá vamos, a seguir, às Lameirinhas, no slide a seguir, depois já lá vamos. Ora, na primeira atualização da Estratégia Local de Habitação aprovada nesta Assembleia em setembro de 2023 e função daquilo que os senhores

Deputados, e bem, aprovaram, foi aprovada a ELH pelo IHRU e o aditamento ao acordo de colaboração, porque é um aditamento, passou a cifrar-se em 24,2 milhões de euros, que é a capacidade que nós podemos ter, em termos de acordo de colaboração, para podermos fazer face àquelas necessidades que estão vertidas na Estratégia Local de Habitação, no seu todo, que aqui foi aprovada em setembro de 2023. Passando, se faz favor. Ora, além, do lado esquerdo, temos a candidatura já aprovada da Câmara Municipal da Guarda, a construção de quarenta e oito fogos no Bairro das Lameirinhas, cerca de 6,5 milhões de euros. O contrato de comparticipação já foi assinado em fevereiro de 2024. O projeto de execução está pronto e estamos a afinar a revisão de projeto para, no mais curto espaço de tempo, podermos lançar a empreitada. Este é o estado da arte do Bairro das Lameirinhas, com financiamento garantido de 6,5 milhões de euros. Na coluna ao lado, as outras candidaturas que nós apresentámos, estamos a falar que tudo isto é 1º Direito e está a coberto deste aditamento de 24,2 milhões de euros. Isto é coberto por esse acordo de colaboração. Mas, sem candidaturas, não há acordo para ninguém, naturalmente, é uma mera intenção. Mas, desses 24 milhões de euros, do lado esquerdo já está o acordo de comparticipação assinado. Do lado direito, nós, Câmara Municipal da Guarda, submetemos candidaturas ao IHRU, do 1º Direito, de mais 13,5 milhões de euros. Ou seja, só em 1º Direito, a Câmara da Guarda candidatou-se a 20 milhões de euros. Numa parte já está o contrato assinado e aguardamos ansiosamente que nos aprovem mais estes 13,5 milhões de euros, só da Câmara da Guarda. Para quê? Para cinquenta e oito fogos no centro histórico, senhor Deputado Luís Soares, os tais edifícios que nós andámos a adquirir devolutos e onde exercemos, na maior parte deles, o direito de preferência. Não há cá especulações imobiliárias. Isso não existe porque nós temos muito cuidado nas avaliações que existem para não fazer aumentar o mercado. E quando aparece alguma coisa fora de preço, simplesmente deixamos passar e nós nem lá vamos, porque nós temos que estar muito bem cientes daquilo que estamos a fazer, porque tudo isto tem depois que ser balizado pelo IHRU. Ou seja, cinquenta e oito fogos no centro histórico, mais quatro fogos no Bairro 25 de Abril e mais sete fogos em algumas escolas do concelho que ainda estão sobre a tutela do Município da Guarda. Aparece ali, já agora, um fogo novo no Bairro das Lameirinhas, porque tem a ver, já agora, (e depois no slide a seguir vão lá verificar mais dois fogos beneficiários diretos no Bairro das Lameirinhas), que tem a ver com três proprietários

que detém a chamada propriedade resolúvel no Bairro das Lameirinhas e que têm direitos adquiridos e que nós temos que resolver o problema de uma outra forma. É um velho problema que o IHRU tem há dezenas de anos e estamos agora a encontrar a forma de resolver e esta é a forma de resolver. Ou seja, estamos a falar em sessenta e nove fogos que o Município da Guarda vai reabilitar e colocar de novo no mercado do arrendamento, ao mesmo tempo que temos ali mais cinquenta fogos, do lado de baixo, são fogos existentes que estão habitados, mas vamos fazer a sua requalificação. Estamos a falar do edifício do Polis, na Rua dos Amores, no Edifício de São Miguel e no Rio Diz, na antiga cantina. A candidatura de 13,5 milhões de euros é para tudo isto. Devo dizer que na Rua dos Amores, há cerca de quatro anos atrás, foi feita uma intervenção ao nível de eficiência energética, mas tem imensas patologias ao nível das acessibilidades e do interior da escadaria, que é aqui que nós queremos também agora reabilitar. Essencialmente tudo isto é acessibilidades, eficiência energética onde não existe e algumas patologias que existem nas zonas comuns, coberturas, enfim, tudo isso. Passando ao slide seguinte, na mesma altura que nós apresentámos estas candidaturas que eu referi há pouco dos 13,5 milhões de euros, e como previsto na Estratégia Local de Habitação que foi aqui aprovada em setembro do ano passado, algumas Juntas de Freguesia apresentaram candidaturas, a saber, Cavadoude, Gonçalbocas, Vila Cortês do Mondego e Pousade/Albardo, oito fogos no seu território. Algumas entidades promotoras privadas, com mais dezanove fogos, entre as Paróquias, entre a Diocese e o Centro Paroquial, uma IPSS. Estamos a falar, no caso das Juntas de Freguesia, em 900 mil euros de investimento candidatados ao PRR e, no caso destas entidades promotoras privadas, cerca de 2 milhões de euros de investimento, também financiados pelo PRR. Aparece ali, no final, os tais beneficiários diretos, são mais 245 mil euros a somar ao Bairro das Lameirinhas, de acordo com aquilo que eu referi há pouco. Eu estou a fazer uma apresentação integrada, mas dá resposta aos três pontos, ao conteúdo dos três pontos. Passando ao último slide, por favor. Os três primeiros slides eram relativos ao programa 1º Direito, as candidaturas da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia, das entidades privadas, enfim, dos beneficiários diretos também. Neste caso concreto, aqui, tem a ver com a habitação acessível, a habitação que decorre daquele protocolo estabelecido entre o IHRU, entre a Comunidade Intermunicipal e entre os Municípios. E há três ou quatro Comunidades Intermunicipais no país que estabeleceram esse

protocolo. Pois bem, no caso concreto da Câmara da Guarda, assinámos um acordo de colaboração para a reabilitação de vinte e seis fogos na Estação da Guarda... eu estava aqui a falar e aquilo são tempos, falta a apresentação. Vamos lá carregar novamente. É o último slide. Cá está. Vinte e seis fogos na Estação da Guarda, 4,6 milhões de euros, cujo projeto de execução de reabilitação está em curso para colocar no mercado dito acessível. Dizer também, já agora, que aquelas candidaturas dos 13,5 milhões de euros que nós, há pouco, apresentámos ou referimos, os projetos de execução estão em curso, estão a correr. Ou seja, nós adjudicámos, só em projetos, 300 mil euros de euros para correr contra o tempo, mas ainda não temos a garantia de que o IHRU faça a aprovação. Mas, para as candidaturas, tínhamos que ter os projetos adjudicados. Vejam só a pescadinha de rabo na boca. Vamos ver, no final do dia, quem é que paga tudo isto e como é que se paga. Percebem onde eu quero chegar. Mas voltando aqui e para finalizar, nas habitações acessíveis, no caso da Rua de São Pedro o acordo de colaboração está assinado, o projeto de execução está em curso. Mas também nesta candidatura do projeto da habitação acessível, estão candidatados mais cinco projetos ao IHRU para mais trezentos fogos de habitação acessível, num montante estimado de 52 milhões de euros. Algumas delas estão há meio ano à espera da aprovação do IHRU. Senhor Deputado, desta forma, com estes atrasos, não sabemos onde é que isto vai parar. O Município da Guarda, com as nossas decisões ao nível político e agradecendo muito o trabalho técnico que tem sido feito nesta casa, podem crer que foi trabalho técnico feito de dia, de noite, durante a semana, ao fim de semana, quase no dia de Páscoa a trabalharem para que nós pudéssemos chegar aqui e apresentar todas estas candidaturas, para podermos almejar executar no todo ou uma grande parte delas no futuro. É este o caminho que nós trilhámos e é este o caminho que nós vamos continuar a fazer. E por isso propusemos à Câmara e à Assembleia e que façam a aprovação, naturalmente, destes pontos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, peço desculpa. Só mais um minuto. Em notas telegráficas, o resumo daquilo que eu apresentei aqui. Estamos a falar que, no 1º Direito, em cento e quarenta e sete novas habitações, só no 1º Direito, cento

e quarenta e sete novas habitações e cinquenta existentes a intervencionar. E, na habitação acessível, temos vinte e seis novas habitações e mais trezentos novos fogos candidatados. Apenas para resumir os números que eu acabei de apresentar. Muito obrigado. Peço desculpa, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Pedir um esclarecimento? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “É apenas um pedido. É um pedido para que o senhor Presidente da Câmara possa fornecer à Assembleia Municipal o PowerPoint que agora estive a ler, no sentido de todos os Deputados ficarmos com ele. E fiquei claramente esclarecido e, portanto, mais uma vez repito, se calhar é bom que o senhor Presidente da Câmara intervenha no início, de forma a que, depois, a seguir, não estejamos aqui a perder tempo. Fiquei esclarecido, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Pedido de esclarecimento? Defesa da honra?” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente, pela sua condescendência. Há poucos minutos, fui acusado, pelo senhor Presidente da Câmara, de inverdade. E eu, como tal, eu pedia...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Já lhe dou a palavra, senhor Presidente. Já lhe dou a palavra.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Fui acusado de inverdade. E, como tal, como eu me senti lesado na minha honra e integridade pessoal, eu peço o favor ao colaborador da Câmara, da parte informática, se puder ter a amabilidade de projetar um PDF que lhe foi enviado para o email.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, a defesa da honra, presumo eu, que é usar da palavra e dizer assim: o senhor disse isto de mim, eu considerei-me ofendido. Eu acho que é isto a defesa da honra. Agora, passar PowerPoint e mais não sei o quê, não...” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Desculpe. Eu mostro a evidência. Mostro a evidência...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Em que é que o senhor Presidente da Câmara, em que o Senhor Presidente da Câmara o ofendeu, concretamente?” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Ofendeu-me quando disse aqui que a rubrica de seminários, exposições e similares tinha uma dotação de 4 milhões 175 mil euros e o senhor Presidente veio-me desmentir. E, portanto, eu queria que fossem à página 128, é logo a primeira rubrica e, portanto, está lá plasmada. Se quiserem fazer o favor de mostrar para esclarecer aos presentes e à população que nos visualiza, portanto, desta, enfim, desta inverdade. Já não foi a primeira. Mas, portanto, fica patente, se quiserem fazer o favor de mostrar para todos poderem tirar a ilação devida. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas, ó senhor Deputado, concretamente, a ver se eu consigo entender, em que é que o senhor Presidente da Câmara concretamente o ofendeu? Para eu perceber! Em quê?” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Ó senhor Presidente, o senhor Presidente, por força da sua profissão e da sua formação académica, é bom em palavras e muito melhor até em interpretação das mesmas. Portanto, quando eu afirmo um determinado valor, portanto, baseado na evidência material dos factos, e o senhor Presidente me vem aqui declaradamente dizer: isso que o senhor diz não é verdade, faça favor de verificar melhor. Ou seja, a leitura que eu faço é que me está a chamar de aldrabão, portanto, que eu estou a faltar à verdade, que não estou a ser verdadeiro. E, portanto, daí a minha ofensa, é basicamente essa. E há forma de a comprovar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado, por este caminho, ninguém pode criticar aqui ninguém e olhe que eu já hoje fui bem criticado. Portanto, acho que não vamos aqui estar aqui a defender honras. Deixemos lá. Peço-lhe desculpa, mas acho que não há ofensa da honra. De qualquer maneira, já explicou e disse o seu ponto de vista. Colocava, então, o Ponto 2.10, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.10 - Proposta de Acordo de Colaboração entre o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P. e o Município da Guarda e Aditamento ao Acordo de Colaboração entre o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P. e o Município da Guarda - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e cinco votos a favor. -----

Ponto 2.11 - Proposta de Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, o Município da Guarda e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto CIM.BSE.GRD.01 - Aquisição e Reabilitação de 26 Fogos - discussão e votação. -----

- Resultado da votação do Ponto 2.11 - Proposta de Acordo de Colaboração entre a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, o Município da Guarda e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. - Projeto CIM.BSE.GRD.01 - Aquisição e Reabilitação de 26 Fogos - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e cinco votos a favor. -----

Ponto 2.12 - Proposta de Contrato de Comparticipação entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. e o Município da Guarda - discussão e votação. -----

- Resultado da votação do Ponto 2.12 - Proposta de Contrato de Comparticipação entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. e o Município da Guarda - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e cinco votos a favor. -----

Ponto 2.13 - Proposta de Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial - Autoridade de Gestão do Programa Regional do Centro 2021-2027 e a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela - conhecimento. -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Este ponto é apenas para conhecimento. Alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja pronunciar-se? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- Paulo Teixeira, Deputado (PG): “Boa tarde a todos. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento todos os presentes e os que assistem online. No âmbito da proposta do contrato para o desenvolvimento e coesão territorial, o mesmo a estabelecer entre as autoridades da gestão do programa regional do Centro 2021-2027 e a CIMBSE, permitirá

um montante de 13 milhões, para investimento, no concelho da Guarda. É um dos concelhos com maior valor alocado e será a alavanca para inúmeros projetos a implementar. Esperamos que este contrato seja cabalmente utilizado em projetos para o desenvolvimento do nosso concelho. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Penso que não. Senhor Presidente da Câmara, deseja dar algum esclarecimento? Tem a palavra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Trata-se de um documento que nós enviámos para conhecimento, porque é um documento que entra na tal estratégia dos tais dez anos, conforme eu falei, há pouco, ao início da tarde, na aprovação das contas para os investimentos, para ajudar a alicerçar uma parte dos investimentos para os próximos dez anos. Estamos a falar de cerca de um ano e meio de intensas negociações, como podem imaginar, com a CCDR, com a Comunidade Intermunicipal, cujo plano estratégico estamos na fase final da sua elaboração, para que nós possamos almejar executar estas verbas ao longo destes próximos nove, dez anos. 13 milhões de euros. Mas estes 13 milhões de euros são apenas 85%, ou menos, dependendo do eixo de candidatura, que pode ser apoiado. Nós teremos que investir 16 ou 17 milhões de euros, consoante os casos, para podermos ter este dinheiro. Estão agora todos a perceber, mais uma vez, o porquê da necessidade da tesouraria. É que, sem tesouraria, estes investimentos não se realizam. Nem um. Sabem porquê? Porque nós temos que andar com o dinheiro à frente a pagar as obras, temos que pagar 15% ou mais, consoante os casos, conforme eu referi, de todas estas intervenções e só depois é que vem a tal comparticipação. Se não houver tesouraria, nada disto será possível. E por isso nós, apesar de todos estes constrangimentos que estamos todos a viver e que hoje já foi aqui amplamente discutido, estamos muito satisfeitos com a negociação que nós conseguimos alcançar, para que a Guarda pudesse estar, no final do dia, já citei várias vezes esta expressão hoje, mas é importante dizer desta forma, que a Guarda ficou no patamar cimeiro da região, no que diz respeito aos valores a executar pela intervenção territorial integrada da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela. O mesmo é dizer em relação ao Programa Portugal 2030. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado.” -----

Ponto 2.14 - Proposta de Deliberação de Início do Exercício dos Fins Específicos e Protocolo de Cooperação pela APAL - Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, agora, às questões relacionadas com a APAL e permito-me sugerir aos senhores Deputados, se assim o entenderem, como é óbvio, os pontos 2.14, 2.15, 2.16 e 2.17 referem-se todos à mesma questão, à APAL. Se entenderem que podemos discuti-los em conjunto por uma questão de economia de tempo e votá-los separadamente, a Mesa fará isso. Colocará os quatro pontos à discussão e, depois, colocá-los-á, obviamente, separadamente, à votação. Se algum senhor Deputado ou alguma senhora Deputada se opuser, pois discutiremos os pontos um por um e votaremos um por um. Conjuntamente? Discutidos conjuntamente. Pronto. Muito obrigado. Então, para a discussão dos quatro pontos em conjunto, alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Senhora Deputada, já lhe dou palavra. Inscreveu-se primeiro.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Senhor Presidente da Assembleia, muito boa tarde, sintam-se todos cumprimentados na sua pessoa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe só meio minuto. Estamos quase no fim da sessão. Espero que mantenhamos o quórum até ao fim. Porque, senão, teremos que cá voltar num dia muito próximo, o que trará inconvenientes para todos. Peço mais um pouco de sacrifício. Muito obrigado. Peço-lhe desculpa por ter interrompido. Faça favor.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Com certeza. Em relação ao Protocolo de Cooperação, temos apenas aqui algumas questões meramente funcionais, digamos assim, que poderiam estar, se calhar, mais bem explicadas ou, não estando, pedíamos depois que o senhor Presidente pudesse dar alguma explicação. Na data de início do exercício dos fins específicos, apesar dos municípios participantes cederem o direito de

utilização das suas infraestruturas municipais, a APAL não irá dispor dos meios técnicos e humanos necessários à prossecução dos seus fins. Obviamente, uma vez que a data que está para início é o dia 1 de junho, portanto, é normal que isso não aconteça. De qualquer forma, fala-se durante o período. E na cláusula 6 deste protocolo, diz que o prazo de duração deste protocolo de cooperação é de seis meses, com início a 1 de junho e que se prolonga automaticamente por outro período de seis meses. A questão aqui é que provavelmente poderíamos ter aqui mais alguma coisa ou alguma salvaguarda, caso um ano não chegue para que isto aconteça. Não sei se este prorrogável automaticamente por um período de seis meses é se, no final desses seis meses, pode voltar ou não a ser prorrogável por mais seis meses. Esta é uma das questões que se coloca. Depois, temos um outro ponto. Tem a ver com a cláusula 3, no ponto 8, em que se diz que o município obriga-se a disponibilizar à APAL a base de dados e o software de gestão comercial e faturação em uso na data de início de vigência do presente protocolo de cooperação. Apenas uma chamada de atenção. Não sei se está contemplado ou não. Mas é preciso ter algum cuidado quando se fala de software de gestão comercial e de faturação e do seu licenciamento, porque é possível que só com alguma autorização ou algum outro protocolo assinado poderem passar, digamos assim, esse software de uma empresa, que é a Câmara Municipal, para outra, mesmo que seja por um período de colaboração. Em relação, ainda, também, e este na cláusula 2, no ponto 3, que diz que pelo presente protocolo de colaboração dá-se por assente que os serviços a prestar serão executados tendencialmente e sempre que a razão de ordem logística e financeira não imponha solução diversa, pelos trabalhadores e meios do município. Falta aqui, penso eu, dizer qualquer coisa sobre isto, porque é verdade que, provavelmente, no início, não terão os meios nem os recursos humanos necessários para que a APAL funcione corretamente. Isso parece-nos óbvio. Mas a nossa questão fica num ponto mais à frente, quando se fala do quadro de pessoal e o que vão fazer as pessoas que estão na Câmara Municipal, ou seja, que estão nesses serviços hoje e que vão dar apoio durante este período de cooperação à APAL o que é que vai ser feito delas? Ou seja, passam todas para a APAL? Passam, se quiserem, penso eu, em termos de mobilidade. Não passam? Nesse quadro de pessoal o que é que temos afinal? Ou seja, vamos contratar tudo pessoas novas ou passam estas de um lado para o outro? Apenas estas questões que gostaríamos de ver um pouco mais esclarecidas, tendo em

conta que é um protocolo de cooperação e como tal devia estar um pouquinho mais, perdoem-me o termo, afinado nestas áreas. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma... senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Boa tarde a todos. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento todos os presentes. Dizer apenas que a 19 de fevereiro 2024, os municípios de Manteigas, Celorico da Beira, Guarda e Sabugal constituíram uns Serviços Intermunicipalizados de Águas e Saneamento de Altitude, a APAL...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, não se importa de puxar o micro um bocadinho mais para baixo?” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Isto é o problema de se ser baixinha. Obrigada. Com o objetivo de uma melhor gestão da água para consumo humano, saneamento de águas residuais, urbanas e pluviais. Estamos a falar de uma gestão profissionalizada com uma administração responsável, eficaz e eficiente, assente na intermunicipalidade, já que os recursos são comuns e também são finitos. Este sistema obedece a uma criteriosa gestão intermunicipal de carácter empresarial, congregando sinergias numa lógica de partilha de um bem que é de todos e também da preservação do meio ambiente. Assim, foi fixada, como já disse a senhora Deputada, a data de 1 de junho de 2024 para dar início à prestação de serviços, conforme consta na cláusula 3ª do protocolo do acordo de parceria. Para tal, cabe a esta Assembleia pronunciar-se sobre a aprovação deste protocolo de colaboração. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mais uma vez, como sabem, o Partido Socialista tinha, no seu programa eleitoral, que aquilo que foi o encerrar do SMAS voltasse atrás. Portanto, nós achamos que quem encerrou com o SMAS fez muito mal à Guarda. Não só nesse aspeto, mas nesse em particular. E, portanto, como é óbvio, e eu já tinha dito várias vezes, nós, no Partido Socialista, concordamos com a decisão do município da Guarda e não só, porque ainda mais achamos que faz mais sentido até que se juntem mais municípios, no sentido de criar mais massa e, portanto, a gestão ser mais fina. E,

portanto, estamos completamente de acordo relativamente a esta questão. Relativamente aos factos que hoje nos são aqui trazidos, o Partido Socialista vai-se abster, no sentido de dar liberdade a quem de direito e até dar alguma coisa... quer dizer, não queremos ser nós responsabilizados por alguma coisa que possa correr menos bem. Estamos de acordo com a formação da empresa, estamos de acordo com os princípios. Relativamente a estas questões que são questões mais técnicas, nós iremos abster-nos, no sentido de não ficarmos, depois, a seguir, responsabilizados por alguma coisa. Em princípio, não haverá nada de questão a colocar. É só isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Presumo que não. dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Notas telegráficas. Sobre as questões colocadas, senhora Deputada, o protocolo de colaboração. Nós, entre os quatro autarcas, Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal, discutimos muito estas questões todas, o período de arranque e, portanto, inicialmente até estava mais curto o período de arranque. E nós considerámos que, de facto, este é o tempo, seis mais seis, é mais que tempo para se começar esta operação. A operação, naturalmente, terá que começar pela Guarda, a Guarda que é o grosso da operação e, depois, assim que estiver toda integrada, toda a funcionar convenientemente, a seguir vão sendo integrados os outros municípios, um a um. E, portanto, foi este o período de tempo que nós considerámos mais do que razoável, também para que as coisas não se arrastem ad eternum. Se nós conseguirmos que, em seis meses, esteja tudo resolvido, então que esteja tudo em seis meses resolvido e não num ano. No que diz respeito à base de dados de faturação, isso está tudo perfeitamente articulado com as entidades. Foi das primeiras coisas que os consultores trataram. E, naturalmente, nós estamos sempre no dia a dia em negociações, em estreita articulação com o STAL, com o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, precisamente para a melhor integração possível dos trabalhadores dos municípios no novo quadro de pessoal das Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados. É claro que haverá sempre aqui algumas questões, numa área ou na outra, que poderão ter que ser ultrapassadas pelos próprios municípios. Mas para

isso é que serve o acordo de colaboração que está plasmado, precisamente para que isso possa ocorrer. Bom, os documentos, em suma, os quatro documentos que são apresentados à aprovação, são precisamente para o arranque da operação. Estamos a falar apenas em metade do ano, sensivelmente. São documentos meramente técnicos. Aquilo que nós pedimos aos serviços, aos consultores, foi para que fizessem documentos meramente técnicos para arrancarmos com a operação no mínimo possível, porque há muitas redefinições que têm que ser feitas, seja de equipas, seja de zonas de atuação. Enfim, tudo isso vai ter que ser muito articulado pela futura liderança, digamos, das Águas Públicas em Altitude. Devo dizer também que estes pontos foram aprovados já pelos restantes três municípios, Celorico da Beira, Manteigas e Sabugal. E há, naturalmente, aqui, uma outra questão, que vai sendo dirimida ao longo do tempo, que tem a ver com as empreitadas em curso que são da responsabilidade dos municípios, se é cedida a posição contratual ou não. Portanto, são aquelas muitas questões que agora, ao longo deste tempo, nós vamos dirimir entre os municípios. Por isso é que há um Conselho de Administração e há um Conselho de Parceria, precisamente para nós podermos dirimir todas estas questões. E por isso pedimos à Assembleia que vote favoravelmente estes quatro documentos para podermos alcançar esse desiderato que é constituir o maior sistema multimunicipal de águas e saneamento e águas pluviais da região, em baixa, que serão as Águas Públicas em Altitude. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Não havendo qualquer outra intervenção, colocava, então, cada ponto, per si, à votação. Começava, então, pelo ponto 2.14.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.14 - Proposta de Deliberação de Início do Exercício dos Fins Específicos e Protocolo de Cooperação pela APAL - Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e três votos a favor e nove abstenções. -----

Ponto 2.15 - Proposta de Regulamento de Organização dos Serviços - APAL - Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal - discussão e votação. -----

- Resultado da votação do Ponto 2.15 - Proposta de Regulamento de Organização dos Serviços - APAL - Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal - discussão e votação.

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e três votos a favor e nove abstenções. -----

Ponto 2.16 - Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Normas de Execução para o Ano de 2024 | APAL - Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal - discussão e votação. -----

- Resultado da votação do Ponto 2.16 - Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Normas de Execução para o Ano de 2024 | APAL - Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal - discussão e votação. -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e três votos a favor e nove abstenções. -----

Ponto 2.17 - Proposta de Mapa de Pessoal para o Ano de 2024 da APAL - SIM - discussão e votação. -----

- Resultado da votação do Ponto 2.17 - Proposta de Mapa de Pessoal para o Ano de 2024 da APAL - SIM - discussão e votação. -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e três votos a favor e nove abstenções. -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Antes de passarmos ao ponto final, que é a informação escrita do senhor Presidente da Câmara, permito-me colocar a aprovação em minuta dos pontos que foram votados para terem efeito imediato. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade, com sessenta e dois votos a favor. Muito obrigado.” -----

Ponto 2.18 - Informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Ora bem, é muito rápido. Não podia deixar passar esta oportunidade sem me referir e, portanto, vou falar de economia e turismo, é muito rápido também, sem referir aqui os Passadiços do Mondego. Em primeiro lugar, prémio, pela distinção que tiveram. É um prémio importantíssimo, não é só simbólico e, portanto, acho que estamos todos de parabéns. Agora, é preciso também potenciar esse prémio, é preciso fazer com que ele reverta também a favor da economia local. Só assim fará sentido. No entretanto, também, claro que estamos a falar de uma zona lindíssima que é o Vale do Mondego porque passadiços há muitos por esse país fora, mas nem todos têm a mesma qualidade e as mesmas características. Dizer também que, em relação aos passadiços, já agora, senhor Presidente, queria mostrar aqui uma pequena preocupação. É que, no primeiro trimestre do ano passado, houve muito mais venda de bilhética do que no primeiro trimestre deste ano. É consideravelmente superior. Ou seja, há aqui um decréscimo significativo. Não sei se de 8 mil para 30 mil, agora não sei os números de cor, mas é uma coisa mais ou menos desse género. Portanto, não sei qual é a explicação para tal, mas é um facto. Depois dizer-lhe também, não sei se isso é possível, se é exequível, mas tenho falado com algumas pessoas de outras localidades que têm vindo aqui e me dizem, devido à extensão do percurso, que falta ali algo de apoio que tem a ver com, sei lá, não digo um bar, mas restauração. Talvez um bar/restaurante, um equipamento deste género que desse apoio, porque muita gente não consegue. Há apenas um bar, salvo erro, a funcionar e é insuficiente, segundo aquilo que já me transmitiram. E, depois, também uma outra preocupação de quem já lá foi com grupos grandes de alunos e que pode acontecer que haja ali um pequeno acidente com algum dos miúdos e também não têm ali apoio médico logo num primeiro momento, digamos assim. Não sei se isso é possível ou não. Primeiros-socorros, é disso que estamos a falar. Também já me foi falado, porque a extensão, de facto, é muito grande e isso pode acontecer. Muito obrigado.” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir sobre este

ponto? Presumo que não. Não sei se o senhor Presidente da Câmara quer usar da palavra neste ponto? Ó senhores Deputados, peço... é só mais uns minutinhos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, muito rapidamente. Muito obrigado pelas palavras, Deputado Luciano Calheiros. De facto, o prémio é de todos nós e deve ser elevado, bem alto, por todos nós, sem exceção. Não é por ter sido um Executivo que promoveu a sua dinamização, que promoveu a sua difusão além-fronteiras, nesse prémio que o senhor Vereador Rui Melo foi receber a Berlim, mas, de facto, deve ser bem exibido, bem alto, por todos nós, sem exceção. Sobre aquilo que refere da bilhética, demos conta que baixou a bilhética. É normal ao fim de um ano e por isso é que nós fizemos a reativação das campanhas. Deram conta, nas televisões e nas rádios e nos jornais nacionais que nós fizemos a reativação da campanha. Azar dos azares, a seguir à reativação da campanha, vem aquela chuva da Páscoa e estragou aquilo tudo. Quinze dias de chuva e, de facto... Bom, mas ficou na memória das pessoas e esperemos que possa continuamente haver essa reativação. E por isso é que cada vez que nós estamos nalguma Feira de Turismo, seja na Feira de Madrid, em Valhadolid, na BTL em Lisboa, lá estamos nós a carregar, no bom sentido, com a divulgação dos Passadiços do Mondego. Sobre aquilo que referiu do bar/restaurante, pudéssemos nós ter vários. É uma luta desigual com o ICNF. Como está dentro do parque natural, nada se pode fazer. Bom, agora autorizaram-nos, dizia-me o senhor Vereador Rui Melo, deram-nos uma abertura para qualquer coisinha. Vamos ver essa qualquer coisinha, que é a venda de umas águas automáticas, de uma forma automática. Vamos ver o caminho. Mas por isso é que é importante que haja a revisão total do plano de ordenamento do parque natural, porque isto não faz sentido nenhum. Porque nós vamos a locais na nossa Serra da Estrela, não no nosso concelho, mas noutros, onde se vende tudo e mais alguma coisa, de uma forma desregrada, dentro do parque natural. E Aqui del Rei que agora coisas novas não podem existir. Por isso é que a revisão do plano, que está a decorrer, tem que ser uma realidade para que a economia possa funcionar na sua plenitude. Sobre o apoio médico, os controladores que são contratados, a empresa pública que ganhe, está outra vez o concurso a decorrer, o concurso público, estão preparados precisamente para os primeiros socorros e há um plano de emergência e evacuação aprovado com os agentes de proteção civil para que, em qualquer ocorrência, e já houve

